

.....

CONTAS ABERTAS

Relatório de Gestão – Presidente Renan Calheiros

Senado Federal 2013/2014

Mesa Diretora

Biênio 2013/2014

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Jorge Viana

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá

2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro

1º Secretário

Senadora Ângela Portela

2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira

3º Secretário

Senador João Vicente Claudino

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Magno Malta

Senador Jayme Campos

Senador João Durval

Senador Casildo Maldaner

CONTAS ABERTAS

Relatório de Gestão – Prestação de Contas
Senado Federal 2013/2014

Brasília – 2014

SENADO FEDERAL



.....

Sumário

INTRODUÇÃO	7
Economia.....	13
Lei de Execução Penal	16
Lei de Arbitragem e Mediação.....	18
Código Comercial.....	21
Lei de Licitações.....	23
Código Penal	26
Código de Processo Civil	28
Políticas públicas.....	33
Mais conquistas.....	38
A voz das Ruas	40
Nova Ordem.....	43
O passe livre estudantil	45
Reforma política	46
O Banco Central.....	48
Transparência.....	50
Controle social.....	52
Legislativo forte.....	55
Revisão histórica	59
Maior clareza	64
Teto salarial.....	66
Um registro histórico	68
A ampliação do voto aberto e vetos	70
Futuro e história com o PMDB	73
BALANÇO ADMINISTRATIVO.....	79
ILB: 500 mil alunos.....	81
Ações de desburocratização e de automação de rotinas de trabalho e de processo eletrônico.....	103
Ações em curso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.....	104

Transparência controle social e ampliação da comunicação com a sociedade ...	108
Sistematização de 4.800 atos administrativos.....	114
Ações institucionais.....	118
Outras ações sociais e ambientais	124
Senado inclusivo	127
Pesquisa de satisfação com os chefes de gabinetes	129
Secretaria de Gestão de Pessoas.....	130
Apoio à atividade parlamentar.....	130
Secretaria de Patrimônio	131
Secretaria de Polícia do Senado Federal	131
Coordenação da Biblioteca.....	132
Realização de reuniões setoriais	132
Pesquisas de satisfação setorial.....	132
Pesquisas externas (Sepop).....	132
BALANÇO LEGISLATIVO.....	135
Matérias já promulgadas (leis e emendas à Constituição).....	137
Matérias com veto total.....	152
Normas já promulgadas como resolução do Senado	153
Matérias aprovadas no Senado que aguardam apreciação pela Câmara dos Deputados	155
Deliberações do Congresso Nacional.....	159
TABELAS E GRÁFICOS	161
ÍNDICE ONOMÁSTICO	175

.....

Introdução

RENAN CALHEIROS,
SENADOR,
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

OS NOVOS TEMPOS exigem um novo Parlamento, com práticas e atos que a sociedade, além de cobrar, nos impõe diuturnamente. Por esta razão, o Senado Federal está passando por modificações, inclusive culturais – e não começou agora –, para se adequar à austeridade que a atualidade recomenda.

O mundo de hoje exige parcimônia com o tempo, com os recursos naturais e, principalmente, com o orçamento público. Este foi o objetivo perseguido por todos da Mesa Diretora responsável pela administração do Senado Federal no biênio 2013/2014: melhorar a qualidade do gasto público sem prejuízo da produção e da fiscalização legislativas.

A Mesa Diretora¹ do Senado Federal foi escolhida pelo voto majoritário a partir dos vetores que sugerimos durante a eleição de

1. Mesa Diretora composição – Presidente: Renan Calheiros (PMDB-AL) 1º vice-presidente: Jorge Viana (PT-AC); 2º vice-presidente: Romero Jucá (PMDB-RR); 1º secretário: Flexa Ribeiro (PSDB-PA); 2º secretário: Angela Portela (PT-RR) 3º secretário: Ciro Nogueira (PP-PI); 4º secretário: João Vicente Claudino (PTB-PI); 1º suplente: Magno Malta (PR-ES); 2º suplente: Jayme Campos (DEM-MT); 3º suplente: João Durval (PDT-BA); 4º suplente: Casildo Maldaner (PMDB-SC).

fevereiro de 2013. Defendemos então caminhos para aproximar mais o Parlamento da sociedade: a austeridade interna, a votação ágil em regime especial, como ocorreu em resposta às manifestações nas ruas em junho de 2013, o aprofundamento da transparência, e uma vacina definitiva contra qualquer tentativa de controle da liberdade de expressão.

O Parlamento, mais que qualquer outra instituição, deve incorporar e mesmo encarnar o que os alemães chamam de *zeitgeist*, o espírito da época histórica em que se vive.

Na governança política e administrativa do Senado, os sinais que o tempo nos envia recomendam que a instituição seja morada e abrigo seguro da contenção e do aprumo.

Permito-me, com a devida licença, prestar uma homenagem ao meu Estado de Alagoas nesta prestação de contas, seguindo o exemplo e amparando-me no meu conterrâneo Graciliano Ramos².

Sem a menor pretensão de sequer roçar seu talento e estilo inigualáveis, tomo emprestada dele a narrativa em primeira pessoa, tal como fez o mestre, em 1928 e 1929, quando prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, ao encaminhar seus famosos Relatórios ao governador do Estado.

No plano interno, dentro de um planejamento estratégico, racionalizamos as estruturas administrativas tornando-as mais ágeis e enxutas, implicando redução de custos e maior eficiência na prestação de serviços. Ao eliminar redundâncias e sobreposições, criamos um Senado calcado na meritocracia e na eficiência, com prazos e metas que podem ser, cada vez mais, fiscalizados e controlados pela sociedade.

Prometemos, concebemos e criamos, sem custo, a Secretaria de Transparência para coordenar as demandas sociais acerca da Lei

2. Graciliano Ramos (1892-1953). Romancista, cronista, jornalista e político alagoano. Nascido em Quebrangulo, foi prefeito da quarta maior cidade, Palmeira dos Índios, no Agreste do estado.

de Acesso à Informação e a disponibilização das informações sobre toda a aplicação dos recursos públicos da Casa, da forma mais ampla e detalhada possível. Deste modo a sociedade brasileira passou a ter controle integral dos atos e gastos praticados pelo Senado Federal.

Esta é uma necessidade já posta, desde o princípio do século XX, por Graciliano na segunda prestação de contas ao governador. Dizia ele: “O balanço que remeto a Vossa Excelência mostra bem de que modo foi gasto em 1929 o dinheiro da Prefeitura Municipal de Palmeira do Índios. E nas contas regularmente publicadas há pormenores abundantes, minudências que excitaram o espanto benévolo da imprensa.”

O Congresso Nacional, além de se abrir, precisa participar com maior frequência da formulação de políticas públicas, cuja discussão vem sendo insuficiente. É necessário robustecer o papel do Legislativo neste aspecto. Surgiu exatamente da sociedade a pressão, a exigência, no sentido de que o Senado assumisse o protagonismo, indicasse e votasse uma nova agenda para o Brasil a partir dos protestos de 2013, como efetivamente foi feito depois de recebermos os manifestantes na Presidência do Legislativo.

Também conclamamos o Congresso a encampar a defesa do nosso modelo democrático e assumir posição firme em defesa da democracia e seu mais importante reflexo, a liberdade de expressão, interditando qualquer ensaio na tentativa de criar embaraços ao livre debate no país.

Do ponto de vista conceitual, sabem todos, a liberdade de manifestação do pensamento, além de ser direito natural do homem, é premissa elementar às demais liberdades – política, econômica, de associação e de credo religioso. Não por outra razão as nações livres não mexem nesse alicerce, mestre de todas as liberdades.

A pretensão de abolir o direito à liberdade de expressão, a qualquer pretexto, inclusive administrativo, é totalmente imprópria, até mesmo insana. Não pode e não deve haver. Quem regula, gosta,

rejeita ou critica é o consumidor da informação. Ele é quem faz isso. Somente ele.

Disse eu na ocasião, e reitero: para corrigir os erros da democracia, mais democracia; para corrigir os excessos da imprensa, mais liberdade de expressão.

O ensinamento de Thomas Jefferson³, expoente democrático, merece ser lembrado, compreendido e respeitado: “onde a imprensa é livre, e todo homem é capaz de ler, tudo está seguro.”

O Senado Federal é uma instituição centenária, anterior à República. Imperfeições se acumularam ao longo dos anos e, até bem recentemente, a instituição era vista como uma caixa preta, termo em desuso após as medidas de austeridade e transparência aplicadas há duas mesas diretoras.

Os excessos e erros, entretanto, não justificam uma antropofagia institucional, como já sugerido aqui e acolá por analistas mais afoitos que advogam o unicameralismo, em detrimento do equilíbrio federativo. O que havia a ser feito – e foi feito – era diagnosticar e corrigir esses erros. O Senado precisava se modernizar, abrir-se ainda mais para a sociedade. Como nos programas de computador, que ficam superados e obsoletos, isso também ocorre aqui, em velocidade crescente. Impunha-se atualizarmo-nos periodicamente. Devíamos combater um vírus novo ou melhorar o mau desempenho, qualquer que fosse a comprometer a eficiência do sistema.

Nenhuma instituição pode se achar perfeita ao ponto de prescindir de aperfeiçoamentos. Toda instituição precisa ser refeita diariamente. Só mantêm sua respeitabilidade aquelas que têm a humildade de assimilar as críticas, que são permeáveis às depurações, e

3. Thomas Jefferson (1743-1826). Terceiro presidente dos Estados Unidos (1801/9), e o principal autor da declaração de independência (1776) daquele país. Jefferson foi um dos mais influentes Founding Fathers (os “Pais Fundadores” da nação), conhecido pela sua promoção dos ideais do republicanism.

admitem corrigir erros. Aceitar críticas é um gesto de humildade e desejo de interagir com a sociedade. Antes ser crivado pela crítica do que arruinado pela bajulação.

De outro lado, a revolução tecnológica incluiu na cultura das civilizações modernas a interatividade, velocidade nas respostas e instantaneidade na solução de problemas. Por ser uma instituição plural, complexa, democrática, composta por segmentos políticos que nem sempre representam a concórdia, o processo legislativo, em muitos casos, com pautas trancadas e obstruções políticas, não consegue apresentar uma resposta no tempo que lhe é cobrado.

Ou nos atualizávamos e nos reiventávamos para dar as respostas instantaneamente, ou cairíamos no absentéismo legislativo e no descrédito quanto a ser uma instituição capaz de transformar o cotidiano dos cidadãos. Exatamente porque, na política, o tempo gasto ou desperdiçado tem um custo altíssimo.

A política não tem método, nem manual. É mais fácil fazê-la somando do que dividindo. Na impossibilidade de somar, é preferível contentar o contente. O mais complexo é contentar o descontente e, muitas vezes, precisamos recorrer a uma indiferença lógica. Tudo nela, tanto na vida quanto na política, se resolve, quase sempre, pela razoabilidade e pela intuição. No mundo político 90% são vontade de fazer; o resto é consequência. Por isso a política precisa ter sempre alternativas na prateleira. Ou você enfrenta desafios e faz o que pode para mudar, correndo riscos, ou fica de fora resmungando, já que política é um universo para quem gosta da atividade, para quem a faz com prazer. O que se aponta como ruim, o embate, a conversação, o diálogo, a negociação e o convencimento são a melhor parte da política e que proporciona a maior satisfação. Na política, a mudança é sua melhor reinvenção.

Outro aspecto fundamental da política é a paciência; por isso desenvolvemos o hábito de conversar todos os dias. Essa rotina, ainda que seja eventualmente exaustiva, aprimora o processo. Ouvir com objetividade e entender os desejos dos interlocutores.

É célebre o diálogo entre José Sarney⁴ e Tancredo Neves⁵ em torno deste atributo, quando o primeiro perscrutou sobre o decálogo da política. Tancredo Neves resumiu:

– Na política, Sarney, 70% é paciência. Os outros 30% você coloca o que quiser.

Cabe aos homens públicos reafirmar os fundamentos da política para que ela volte a ser atraente e estimule a participação das pessoas. Atualmente muitos enxergam a política como uma atividade suspeita e dela se distanciam. Este comportamento abre espaço para o continuísmo porque, na política, como se sabe, não há vácuo, não há espaço vazio.

A sociedade muda, as leis precisam mudar e o Parlamento, mesmo não constituindo uma linha de produção, precisa reformar suas normas internas para conferir mais agilidade e objetividade à sua tarefa. Toda caminhada inicia-se pelo primeiro passo, e sabe-se que este primeiro passo já é a metade do caminho. Mas cada passo precisa ser meta em si mesmo. Cada medida só vai à frente quando tomada com determinação. A boa gestão pública é tão importante quanto a disponibilidade de recursos financeiros. E as boas práticas são pouco replicadas e, como consequência disso, há pouca informação, escasso conhecimento sobre casos que tiveram algum sucesso.

Apesar das pressões, incompreensões e resistências, concebemos, planejamos e implementamos um programa de racionalização interna, aprofundamos a transparência, conferimos agilidade às demandas da rua assim que emergiram, e resistimos aos ensaios contra a livre circulação de ideias. Recordo-me do relato das dificuldades enfrentadas por Graciliano Ramos à frente da prefeitura de Palmeira dos

4. José Sarney (1930). Advogado, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras. Foi o 31º presidente do Brasil (1985-1990). Foi governador do Maranhão (1966-1971) e senador pelo mesmo estado e pelo Amapá. Presidiu o Congresso Nacional por quatro vezes.

5. Tancredo Neves (1910-1985). Advogado e político brasileiro, foi primeiro-ministro de 1961 a 1962, ministro da Justiça e Negócios Interiores de 1953 a 1954, ministro da Fazenda em 1962, governador do estado de Minas Gerais de 1983 a 1984 e presidente eleito do Brasil em 1985.

Índios: “Encontrei obstáculos dentro da prefeitura e fora dela – dentro uma resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bÍlis. Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros me davam três meses para levar um tiro.”

Apesar dos tiros – metafóricos –, as medidas internas no Senado Federal reduziram gastos, custeio, investimentos desnecessários e às vezes inúteis, mas, sobretudo, eliminaram desperdícios e acabaram com um leque de privilégios que teimavam em continuar. Para se ter uma ideia do contorcionismo necessário para cortar gastos, basta registrar que 82% do orçamento do Senado Federal é gasto com pessoal, 14% em custeio e apenas 2% nos investimentos.

Economia

A ECONOMIA DO BIÊNIO 2013/2014 foi muito superior aos R\$ 300 milhões previstos inicialmente. A economia total no período foi de R\$ 530 milhões, portanto muito acima da meta estabelecida pela Mesa Diretora no início da gestão. Em 2013 foram economizados R\$ 288,5 milhões e, em 2014, houve uma redução de gastos na ordem de R\$ 242,5 milhões.

A racionalização ocorreu sem nenhum prejuízo das rotinas da Casa, especialmente de sua área fim, que é legislar e fiscalizar. Reitero que, em respeito ao contribuinte, devemos sempre fazer mais com menos.

Entre as medidas implantadas podemos destacar a extinção do enfermo “Hospital do Senado”⁶, que não passava de um triplo privilégio sustentado pelos contribuintes, e mais:

6. Hospital do Senado – Mesmo contando com um amplo plano de saúde, o Senado Federal tinha entre suas instalações um hospital com uma estrutura e equipe bancado com dinheiro público. O serviço era exclusivo para senadores, servidores e seus respectivos dependentes, e atendia ainda ex-parlamentares e aposentados da Casa. Os profissionais de saúde foram atender no SUS e mais de 300 equipamentos foram doados ao GDF, vários ainda encaixotados há anos.

- o fim dos inaceitáveis 14^o e 15^o salários pagos aos parlamentares que privatizavam mais de R\$ 4,3 milhões dos recursos do Tesouro;
- a extinção de 34,74% das funções comissionadas sem nenhum prejuízo das atividades, com alguma melhora da eficiência;
- o aumento da jornada de trabalho, de 6 para 7 horas corridas, responsável por uma das maiores economias; o corte dos supersalários, que mexeu em interesses de verdadeiros barões do serviço público;
- diversas fusões e incorporações administrativas, eliminando redundâncias;
- cancelamento ou revisão de contratos e de aposentadorias;
- drástica redução do número de terceirizados;
- proibição dos renitentes contratos emergenciais, uma das maiores fontes de desperdício do dinheiro público;
- e centenas de outras ações detalhadas no capítulo concernente às medidas administrativas da presente publicação.

É oportuno lembrar que, em 2006, quando presidi o Senado pela primeira vez, reduzimos pela metade o período de recesso parlamentar e eliminamos o inaceitável pagamento aos parlamentares e servidores pelas famosas convocações extraordinárias, o que significou, à época, uma economia superior a R\$ 100 milhões, o que hoje corresponde a R\$ 165 milhões.

Recomendamos, então, ao Governo federal que as economias alcançadas pelo Senado Federal durante o biênio 2103/2014 – em lugar da tradicional suplementação orçamentária – fossem aplicadas em programas sociais, notadamente o Bolsa Família, do qual tive a honra de ser escolhido o relator no Senado Federal. Sempre estive convencido da efetividade do programa, apesar dos bordões depreciativos da época, como “bolsa esmola”, “bolsa preguiça” e outros análogos. Várias pesquisas acadêmicas comprovaram o efeito multiplicador do Bolsa Família na economia interna e na redução das desigualdades.

Em dezembro de 2013, liguei pessoalmente à presidente Dilma Rousseff⁷ e comuniquei que, pela primeira vez na história dos seus 190 anos, o Senado não pediria suplementação orçamentária mas, ao contrário, devolveríamos recursos para o Tesouro. Na noite do mesmo dia me retornou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior⁸, por determinação da presidente, pedindo detalhes para providenciar o investimento a ser feito com as nossas economias.

– Ministra, fizemos uma economia expressiva e confirmei com a presidente a utilização dela em programas para as pessoas mais pobres.

– Senador, – disse a ministra – estou ligando por recomendação da presidente para que o Senado indique as rubricas economizadas e os valores exatos, pois vamos editar uma medida provisória para utilizar os recursos.

As sucessivas mudanças administrativas vieram acompanhadas de um aprofundamento da transparência e um vigor legislativo que priorizou as proposições nascidas no Legislativo, invertendo a perversa equação de que o Parlamento brasileiro se comporta como um tabelião que vive de cancelar propostas oriundas de outros poderes. Essa inversão demonstra que o Congresso Nacional é capaz de reunir maiorias não apenas para referendar propostas, mas também para propor e aprovar autonomamente políticas públicas de interesse coletivo. Neste período foram aprovados 2.364 requerimentos e apreciadas mais de 1.700 matérias, sendo que 1.284 foram aprovadas.

7. Dilma Rousseff (1947). Economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e presidente da República eleita em 2010 e reeleita em 2014. Durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil.

8. Miriam Belchior (1958). Formada pela Universidade Estadual de Campinas, foi secretária de Administração e Modernização Administrativa da Prefeitura de Santo André de 1997 a 2000. Foi Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Em busca de novas e modernas leis, foram instaladas comissões de alto nível destinadas a subsidiar o Congresso em suas deliberações sem, jamais, substituir o papel dos senadores no debate e na decisão. Entre elas, a consolidação de diplomas legais e a regulamentação de dispositivos constitucionais, a modernização da Lei de Execução Penal, a Lei de Arbitragem, da inédita mediação, de iniciativa da Comissão, já aprovada pelo Senado e hoje tramitando na Câmara dos Deputados; a comissão para o Código Comercial, a Lei de Licitações, o novo Código de Processo Civil e o Código Penal, que é de 1940, quando o Brasil tinha um perfil rural, inteiramente diferente da urbanidade atual.

Temos de contar com códigos adequados à nossa realidade, que se transforma a cada dia. São legislações que sofreram o inevitável desgaste temporal e precisavam ser atualizadas.

Lei de Execução Penal

RECEBI, COM MUITA HONRA, das mãos do ministro Sidnei Beneti⁹, presidente de uma Comissão Especial de Juristas, o anteprojeto de lei visando à reforma da Lei de Execução Penal, elaborado com conhecimento e extraordinário espírito público.

Após a condenação criminal, o poder público passa a ter obrigações com a gestão das prisões e os direitos e deveres dos presos. Este é um dos mais complexos e delicados temas do direito penal. Como a Constituição Federal repudia as penas de morte, cruéis e de caráter perpétuo, o castigo deve ser aplicado com firmeza, mas sempre direcionado à busca da reintegração social do condenado.

Atualmente, o preso recolhido à prisão não encontra um ambiente propício ao trabalho e à reeducação. As penitenciárias brasileiras,

9. Sidnei Beneti (1944). Advogado, professor, doutor em Direito Processual e ministro do Superior Tribunal de Justiça, presidiu a comissão que elaborou o anteprojeto da nova Lei de Execução Penal.

em sua quase totalidade, servem unicamente para confinar, em péssimas condições, aquele que foi condenado criminalmente. O condenado é lançado num universo selvagem, marcado pelo sofrimento, e em ambientes que inviabilizam, por completo, a sua reinserção na sociedade.

O sistema carcerário brasileiro inclui entre suas enfermidades mais graves a superlotação, abrigando num mesmo recinto os presos provisórios, os condenados e os maiores de sessenta anos. Merece atenção o vertiginoso crescimento da população carcerária no Brasil. Nos últimos 20 anos a população carcerária brasileira – a quarta do mundo – cresceu assustadores 350%. Pior, há quarenta e quatro anos, em 1970, éramos 90 milhões de brasileiros com uma população carcerária de 30 mil. Hoje somos 190 milhões de habitantes e 563 mil detentos. Se incluirmos as prisões domiciliares teríamos outras 147 mil pessoas. A população cresceu 111% e o número de presos explodiu 1.500%.

Atualmente as penitenciárias e as cadeias públicas guardam mais de 500 mil detentos, sendo quase a metade de presos provisórios. Esse número revela um assustador índice de criminalidade, que se apresenta ainda mais alarmante se for considerado o alto índice de delitos impunes. O Brasil conta a quarta maior população carcerária do mundo, não possuindo entretanto a infraestrutura necessária para enfrentar esse flagelo. Quando fui ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso¹⁰ observei que esta realidade só seria modificada quando levássemos um ministro da Fazenda a visitar estes depósitos de presidiários.

Nosso sistema carcerário registra um déficit de 240 mil vagas e existem mais de 200 mil ordens de prisão a cumprir. Ou seja: onde não cabe mais ninguém, tem-se a perspectiva de receber duas centenas de milhares de condenados.

10. Fernando Henrique Cardoso (1931) – sociólogo, cientista político, filósofo, professor universitário, escritor e político brasileiro. Senador da República, Chanceler e Ministro da Fazenda e presidente do Brasil por dois mandatos entre 1995 e 2002.

Esse caos, obviamente, não interessa à sociedade, pois estimula a indústria do crime, a reincidência, e favorece o recrutamento de novos integrantes para as facções criminosas. Para que as penitenciárias cumpram bem a sua missão em proveito da sociedade, a pena privativa de liberdade deve ser reservada aos casos indispensáveis e as medidas alternativas aplicadas aos delitos de pequeno potencial ofensivo.

Mudanças substanciais no sistema carcerário brasileiro devem ser acompanhadas de medidas concretas para redução da criminalidade urbana, especialmente a criminalidade violenta, que envolve homicídios, roubos, sequestros, estupro e latrocínios.

No enfrentamento desse cenário, seguindo a linha de humanização dos países civilizados, a lei de execução penal deve dispor de mecanismos que tornem o sistema carcerário eficiente, reduzindo os custos com os presídios e os custos sociais, além de promover a ressocialização do preso. A reforma da execução penal no Brasil vai exigir uma mudança de cultura e reflexão de todos nós para se converter num considerável avanço em termos de cidadania.

Ninguém nasce criminoso. O combate à criminalidade não se faz apenas com cadeia. São necessárias ações concretas que proporcionem educação, trabalho, saúde e segurança para os setores mais desamparados da população. Só assim poderemos alcançar a ambiciosa meta de um mundo melhor e mais feliz, objetivo que é de todos nós.

Lei de Arbitragem e Mediação

OUTRO TRABALHO igualmente denso foi elaborado pelo grupo de juristas presidido pelo ministro Luís Felipe Salomão¹¹ sobre arbitragem e mediação. O anteprojeto ofereceu um panorama claro

11. Luís Felipe Salomão (1963). Ministro do STJ, graduado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e professor de Direito Comercial e Processual Civil na Escola da Magistratura daquele estado de 1991 a 2008.

sobre diversos temas relacionados com a arbitragem, resguardando a segurança jurídica proporcionada ao longo da vigência pela Lei Brasileira de Arbitragem, que criou um ambiente de confiança e possibilitou atrair muitos investimentos para o Brasil.

O Congresso Nacional está atento à responsabilidade de alterar a Lei nº 9.307/1996, de modo a entregar à sociedade brasileira uma ferramenta moderna capaz de cumprir com maior eficácia e abrangência o seu papel pacificador. Do Parlamento saíram mudanças essenciais à efetividade do processo e o acesso à justiça. Ao longo dos últimos quinze anos, aprovamos medidas importantes para desafogar o Poder Judiciário do imenso volume de processos em tramitação, motivo principal do atraso da prestação jurisdicional.

Para a harmonia das relações sociais é indispensável que a resposta aos litígios venha em tempo razoável. Isso será possível quando prevalecer o entendimento de que o processo deve servir exclusivamente ao cidadão, com a desejada rapidez e eficácia. A vida em sociedade gera, permanentemente, conflitos de interesse. Diante dessa realidade inevitável e para que a paz pudesse prevalecer, surgiram regras de conduta e, com o tempo, a solução primitiva da vingança privada foi substituída gradativamente até o surgimento do juiz estatal.

O ideal seria que o direito sempre se realizasse espontaneamente. Como isso não acontece, os litígios devem ser solucionados com celeridade, evitando que se eternizem. As soluções dos litígios se realizam tanto pela intervenção estatal, materializada na decisão judicial coercitivamente executada, quanto à margem da atividade estatal, como acontece com os meios alternativos de solução de controvérsias, legalmente previstos.

Os métodos alternativos de resolução de conflitos inibem o acúmulo de processos nos tribunais e têm prestígio internacional. São muito utilizados no Canadá e nos Estados Unidos da América, onde a arbitragem é lecionada nas faculdades de Direito. A Europa, berço do milenar instituto da arbitragem, prestigia os modelos alter-

nativos de solução de litígios. Na França, por exemplo, desde 1987 existem os conciliadores leigos, designados pelo presidente do tribunal de apelação com a missão de estimular a possibilidade de acordo.

O objetivo primordial da arbitragem e da mediação é solucionar conflitos. O arrefecimento da carga de processos nos tribunais é consequência desses instrumentos pacificadores. A lei é expressão do direito. E fazer leis não é fácil.

O ato de formular leis exige cuidados. Entre eles, a atenção com a linguagem e a clareza do texto, de maneira que haja o necessário equilíbrio entre a linguagem jurídica e a linguagem comum. Uma boa lei deve ser entendida pelos seus destinatários para ser aplicada sem maior esforço de interpretação.

Ao parlamentar cabe identificar os anseios. Estabelecer o conteúdo é o primeiro passo na elaboração das leis, em harmonia com a vontade prevalente. O segundo passo é a sua formulação, ou seja, reduzir em palavras a vontade coletiva, a fim de que o texto legal ingresse no sistema jurídico e seja bem compreendido. Constituem avanços efetivos as alterações sugeridas na Lei de Arbitragem, entre elas a admissão da arbitragem nas questões trabalhistas, nos contratos públicos e de interesse dos consumidores e a mediação para qualquer tipo de matéria antes de iniciarem-se litígios. A mediação, proposta pela Comissão, é inédita no Brasil.

É fundamental considerar que os chamados métodos alternativos de resolução de conflitos são aliados do Poder Judiciário. Eles concretizam e ampliam o acesso à justiça, com rapidez, seriedade, informalidade e eficácia. A arbitragem e a mediação são ferramentas eficazes que complementam um sistema de distribuição de justiça.

Fortalecendo a arbitragem e a mediação, o Congresso Nacional colabora para a gradativa eliminação de uma cultura nociva que predominou durante décadas e estimulou a litigância exagerada. Só para lembrar, permitam-me, foi esta Comissão que aprovou a inédita mediação, que não existia na legislação brasileira.

Código Comercial

DA COMISSÃO ESPECIAL DE JURISTAS, presidida pelo eminente ministro João Otávio Noronha¹² e que contou com a intensa participação de todos os seus integrantes, o Congresso recebeu o anteprojeto de lei do novo Código Comercial Brasileiro, que será muito útil à sociedade.

O Código Comercial tem fundamental influência no desenvolvimento do país. Daí por que não é aceitável que o Brasil, incluído entre os sete grandes da economia mundial, disponha de uma legislação ultrapassada, fragmentada e burocratizante.

Ao longo dos anos, as normas brasileiras sobre comércio acabaram transformando-se em um corpo desconexo de leis esparsas, às vezes contraditórias e, em consequência, uma legislação de difícil compreensão.

Esse quadro confuso, ensejador de insegurança jurídica, não colabora na formação de um bom ambiente de negócios. O que resta do vigente Código Comercial, editado em junho de 1850, são normas desconectadas da crescente industrialização do país, do avanço tecnológico e da expansão do mercado de capitais.

A legislação codificada, como se sabe, apresenta inúmeras vantagens. Os códigos formam um conjunto metódico, sistemático e harmônico de normas sobre determinado ponto do direito, facilitando o entendimento e o manejo dos institutos jurídicos, além de proporcionar a indispensável segurança jurídica.

Contribuindo para o agrupamento ordenado das fontes e princípios do direito, os códigos ajudam na evolução e na boa aplicação da lei.

Nas últimas décadas, o país ganhou espaço nos negócios internacionais e não comporta mais uma legislação empresarial em descompasso com a velocidade e a complexidade das atividades econômicas.

12. João Otávio Noronha (1956). Ministro do STJ, graduado bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (1981), com especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil pela mesma instituição.

É preciso vencer a ineficiência dessa carcaça normativa, libertando o país das amarras burocráticas e proporcionando um ambiente de negócios cada vez mais tentador. Essa é a tal competitividade.

Absorvendo os avanços de nossa época poderemos estabelecer um marco regulatório confiável para o mundo dos negócios. O ideal é simplificar e racionalizar a legislação empresarial, eliminando formalidades burocráticas inúteis e imprimindo agilidade na constituição e dissolução das empresas.

As práticas contábeis devem seguir os padrões internacionais e esse objetivo pode ser atingido adotando-se as orientações técnicas do Conselho Federal de Contabilidade.

Também é indispensável substituir o papel pelos meios eletrônicos, assim como acontece hoje, com sucesso, no âmbito do Poder Judiciário.

A modernização da legislação empresarial implica utilizar a documentação eletrônica e tornar o registro público de empresas mais acessível aos cidadãos.

O comércio eletrônico, a cada dia mais abrangente, se realiza no ambiente da internet e merece um disciplinamento específico para as transações realizadas entre os empresários.

Em relação aos contratos é essencial adotar os novos modelos empresariais, em especial aqueles que envolvam logística, infraestrutura, investimentos, centros de compras e financiamento da microempresa e das empresas de pequeno porte.

No campo da segurança jurídica a clareza sobre a desconsideração da personalidade jurídica das empresas é essencial para coibir fraudes e assegurar os direitos dos sócios e administradores em relação a eventuais abusos.

O agronegócio é um importante segmento da economia brasileira e pede regras que estimulem e permitam o seu funcionamento com a desejada estabilidade contratual.

A falência transnacional é um ponto sensível que precisa ser disciplinado de modo a prestigiar o bom pagador e inibir o mal-

-intencionado que mantém seus bens no estrangeiro e se apresenta não para realizar negócios e sim para praticar fraudes.

Por sua vez, as normas sobre compra e venda de mercadorias devem estar em sintonia com a Convenção Internacional de Viena, a fim de que sejam uniformizadas as regras sobre a matéria.

Confiança, estabilidade e segurança são aspectos essenciais para o bom ambiente de negócios e o desenvolvimento comercial do país.

Esse esforço legislativo colabora para o desenvolvimento econômico do Brasil e, conseqüentemente, para reduzir desigualdades e erradicar a pobreza.

Nas democracias, a lei é expressão da vontade geral e nasce do saudável confronto de ideias e vontades. Uma boa lei leva à boa aplicação e, para isso, deve ser clara, sucinta e tecnicamente precisa. Muitas leis são apressadas e, não raro, artigos se sobrepõem e se contradizem causando insegurança jurídica e expondo o Congresso Nacional.

Lei de Licitações

OUTRA IMPORTANTE PROPOSTA de modernização legal foi conduzida pela senadora Kátia Abreu, com a indispensável colaboração dos senadores Vital do Rêgo, Wilder Moraes, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. O grupo de estudo apresentou um primoroso trabalho realizado para modernizar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Fui testemunha dos esforços do grupo no sentido de oferecer ao país um instrumento legal ajustado aos novos tempos, que são dominados pela urgência e crescente competitividade.

O relatório enfrentou, com muita competência, as questões mais complexas, resultando em um projeto de lei que observa a melhor técnica legislativa e os princípios constitucionais que regem essa importante matéria.

O estudo foi aprofundado por meio de audiências públicas, realizadas para ouvir e obter sugestões dos maiores especialistas no tema. O resultado foi um texto com regras mais rigorosas para inibir os desvios, vencer a burocracia e ajudar no combate à corrupção.

O direito, como tudo na vida, sofre o inevitável desgaste causado pelo tempo. A sociedade sempre em movimento e os avanços tecnológicos se acumulando rapidamente recomendam que seja atualizada a Lei de Licitações, com duas décadas de vigência.

Ao longo desses vinte anos, a lei passou por diversas alterações que, no entanto, não foram suficientes para acabar com certos entraves que inviabilizaram contratações importantes para a sociedade. Sabemos que a lei enrijecida pelo tempo perde a sua eficácia e, com isso, facilita o seu descumprimento. Essa deformidade, no campo das contratações públicas, é desastrosa e incita as indesejáveis condutas desviantes.

As palavras têm sentido e a república define exatamente a organização política estatal montada em benefício do interesse comum, levando à conclusão de que os atos administrativos devem ser praticados sob o comando da ética, da moralidade, da eficiência, da impessoalidade e da transparência e publicidade.

As obras, os serviços, as compras e as alienações são obrigatoriamente contratadas mediante procedimentos formais que assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes.

Com isso, permite-se a escolha da melhor proposta para a administração pública e, conseqüentemente, materializa-se a boa qualidade da despesa, em prol do erário.

O processo de desembolso de recursos públicos tem início pelo projeto básico e prossegue com a escolha da melhor proposta e a contratação, até chegar à execução e entrega do objeto contratado. Todos esses passos são públicos e devem ser criteriosamente fiscalizados pelos órgãos de controle do poder público.

É absolutamente correta a percepção de que a democracia é o governo da transparência, cujos atos se processam abertamente, sob o insubstituível controle social. Na atualidade, o cidadão brasileiro é protagonista do processo político e deseja participar mais efetivamente das decisões do poder público. O Congresso Nacional é sensível a essa realidade.

O objetivo é regulamentar, da melhor maneira possível, o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal¹³, modernizando a Lei nº 8.666, de 1993¹⁴. A meta é avançar sob o estímulo das melhores práticas internacionais, da nova realidade brasileira e da crescente participação do país na economia global, combinando o máximo de eficiência e de lisura nos processos de contratação da administração pública.

Seguindo essa lógica, o projeto de lei propõe consolidar os diferentes tipos de licitação, incluindo o pregão e o regime diferenciado de contratação, além de regras específicas para consórcios e convênios. É sempre importante lembrar que a administração pública rege-se pela legalidade, significando que deve fazer o que a lei ordena. Neste ramo do direito vigora a prevalência do interesse público sobre o interesse privado.

13. Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

14. Lei 8.666, de 1993: Lei federal brasileira, sancionada em 21 de junho de 1993. Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Daí a necessidade de aumentar o rigor na punição daqueles que fraudam o procedimento licitatório. O Congresso Nacional tem plena consciência da sua missão constitucional e de sua responsabilidade histórica. Tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados desenvolvem um trabalho sério, transparente e aberto a sugestões e críticas dos cidadãos e dos organismos da sociedade civil, como deve ser.

Código Penal

TALVEZ UMA DAS ÁREAS mais sensíveis na atualidade, a reforma do Código Penal, passou pela análise de um competente colegiado que elaborou substancioso anteprojeto da Comissão Especial de Juristas, nomeada pelo presidente José Sarney e, posteriormente, por uma comissão temporária comandada, com muita dedicação, pelo senador Eunício Oliveira e que teve como relator o senador José Pedro Gonçalves Taques, profundo conhecedor do direito penal.

No sistema jurídico brasileiro não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, por força de preceito constitucional com *status* de cláusula pétrea. O conceito de crime é normativo.

Daí resulta a importância da sensibilidade do legislador para identificar, em harmonia com a vontade coletiva, os valores que merecem proteção penal e depois reduzir as condutas socialmente reprováveis em palavras, de forma direta, clara e objetiva.

Formular leis também não é tarefa fácil e nós, parlamentares, sabemos muito bem disso, já que é a nossa rotina. A atividade legislativa desempenha papel relevante na sociedade e, no seu dia a dia, prende-se a técnicas próprias, destinadas à confecção de um texto normativo apto a ingressar sem máculas na ordem jurídica.

Neste trabalho foram avaliadas centenas de proposições legislativas e emendas formuladas pelos senadores, além de milhares de sugestões e documentos encaminhados por cidadãos e entidades da sociedade civil. Ampliando esse debate democrático, várias audiên-

cias públicas foram realizadas para colher o pensamento de renomados especialistas na matéria penal.

A matéria é complexa, e por isso tratada com absoluta seriedade e realismo, contemplando as mudanças históricas, sociais e tecnológicas ocorridas nos mais de setenta anos de vigência do Código Penal. O substitutivo apresentado pela Comissão avançou em temas importantes, eliminando as contravenções penais, expandindo o rol dos crimes cibernéticos e conferindo tratamento rigoroso aos crimes de trânsito. É sabido que o rigor, neste caso, será reduzir nossas trágicas estatísticas de trânsito. No Ministério da Justiça, ao regulamentar todo o Código de Trânsito, ajudamos a poupar 6 mil vidas naquele primeiro ano.

A proposta, afinada com as normas do Tribunal Penal Internacional¹⁵, tipificou os crimes contra os direitos humanos, abrangendo o genocídio, o extermínio, o tráfico de pessoas, a tortura, o racismo, o preconceito e os crimes praticados contra grupos vulneráveis, como os portadores de deficiência, os idosos, os índios, as crianças, os adolescentes.

Também conferiu proporcionalidade entre os delitos e as penas correspondentes, ajusta o perfil da prescrição para evitar a impunidade, aposta nas penas alternativas e tipifica novos delitos, como o terrorismo, a perseguição insidiosa e a intimidação vexatória, conhecida esta como *bullying*, para ficar apenas nesses exemplos.

A lei não acompanha passo a passo a evolução dos costumes e o direito também está sujeito à inevitável corrosão determinada pelo passar do tempo. O nosso Estatuto Penal foi editado por decreto-lei – ainda no Estado Novo¹⁶ – e as tentativas de modernizá-lo vêm desde

15. Tribunal Penal Internacional. A Corte Penal Internacional (CPI) ou Tribunal Penal Internacional (TPI), o primeiro tribunal penal internacional permanente. Foi estabelecido em 2002 na Haia, Países-Baixos, local da sua sede atual.

16. Estado Novo – Nome dado ao regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que durou até 29 de outubro de 1945, que é caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

1961. Eu mesmo, quando fui ministro da Justiça, enviei uma proposta para um novo Código. A legislação penal brasileira perdeu a eficácia e a utilidade. Necessita, portanto, ser reformada para ajustar-se às novas relações sociais. Ao direito penal cabe proteger os bens jurídicos essenciais à vida em comum, premindo as condutas socialmente reprováveis com privação de liberdade, multa ou restrição de direitos.

O Código Penal é instrumento de cidadania, de pacificação social e de elevada dimensão humana que, para atingir seus objetivos, deve corresponder aos valores predominantes na sociedade em determinado momento histórico. Sabe-se que a eficácia da lei depende da sua identidade com os fatos da vida. Por sua vez, o crime deve ser tratado tanto como noção jurídica quanto como fenômeno social e fato humano.

Sabemos, também, que a lei penal, por si só, não resolverá o grave problema da criminalidade. Porém, apenas a partir de uma boa e contemporânea legislação criminal será possível desenvolver ações realmente eficazes no combate à violência e à impunidade. O crime é fenômeno sociopolítico, decorre de um conjunto de fatores ligados à estrutura econômico-social e, em relação a estes, o direito penal tem influência reduzida.

Por isso, para combater a criminalidade também precisamos de ações concretas que melhorem as condições de vida da população, proporcionando trabalho, educação, saúde e segurança. As políticas de defesa social, para atingir seus objetivos, devem integrar ações nas áreas de educação, cultura, trabalho, renda, saúde, igualdade racial, direitos humanos, segurança pública, administração penitenciária.

Código de Processo Civil

O Senado Federal, compreendendo a importância da colaboração entre Legislativo, Executivo e Judiciário, tem possibilitado a constituição de espaços de debates e com isso apresentado diversas leis direcionadas a solucionar problemas pontuais que atingem a Justiça brasileira.

O Presidente José Sarney teve a iniciativa de propor uma reforma legislativa mais incisiva e ampla do processo civil. Assim, consolidou-se a ideia de elaboração de um anteprojeto de Código de Processo Civil no sentido de uma Justiça moderna, célere, segura e, consequentemente, efetiva. A Comissão de Juristas foi presidida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux¹⁷. O Ministro Luiz Fux é um dos Magistrados mais jovens e, nem por esta razão, perde em conhecimento, cultura geral e discernimento. É uma renovação que fez bem ao poder Judiciário. O novo código ficou sob a relatoria da Doutora Teresa Arruda Alvim Wambier e a comissão foi composta pelos Doutores Adroaldo Fabrício, Benedito Pereira Filho, Bruno Dantas, Elpídio Nunes, Humberto Teodoro Júnior, Jansen Almeida, José Miguel Medina, José Roberto Bedaque, Marcus Vinícius Coelho e Paulo Cezar Carneiro¹⁸.

Esta Comissão de Juristas se empenhou em observar, com sensibilidade, as exigências da sociedade brasileira, apresentando uma legislação processual simplificada e que garantisse não apenas o acesso à Justiça, mas a concreta proteção dos direitos do cidadão. Neste intuito, por meio de audiências públicas realizadas nas cinco regiões do país, expandiram-se os ambientes de debates a todos aqueles interessados em colaborar na elaboração dessa legislação.

Nomeada em setembro de 2009, a Comissão apresentou o anteprojeto em junho de 2010, seguindo-se, assim, o rito do processo legislativo.

No Senado Federal, os trabalhos ocorreram com agilidade, sob a Relatoria-Geral do Senador Valter Pereira¹⁹, finalizando-se em

17. Luiz Fux (1953) – Jurista brasileiro, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Presidente da Comissão de revisão do Código de Processo Civil e atual ministro do Supremo Tribunal Federal.

18. Magistrados, juristas, advogados e especialistas que integraram a Comissão do Senado Federal de revisão do Código de Processo Civil.

19. Valter Pereira (1943) – Advogado, vereador, deputado Estadual, Federal e Senador da República pelo PMDB.

quatro meses, em dezembro de 2010. Na Câmara dos Deputados, constitui-se Comissão Especial sob a presidência do Deputado Fábio Trad²⁰, relatoria do Deputado Paulo Teixeira²¹ e do Deputado Sérgio Barradas Carneiro²², filho do Senador João Durval.

A ideologia que inspira o novo Código é a da razoável duração do processo, ancorada na feliz advertência de Rui Barbosa²³ de que justiça tardia é injustiça qualificada e manifesta. Procurou-se, ademais, retocar os matizes do antigo direito processual com as cores da Constituição de 1988.

Nesse sentido, reforçaram-se as garantias constitucionais do processo, como devido processo legal, contraditório, ampla defesa, publicidade, impessoalidade, motivação das decisões judiciais e transparência.

Para dar vazão a uma demanda reiterada da sociedade de que os juízes não respeitam critérios objetivos para priorizar casos sob seu exame, adota-se um critério impessoal para o julgamento dos processos nos tribunais, que é a ordem cronológica em que o juiz recebe o processo. Esta inovação prestigia o princípio da igualdade, evitando que cidadãos que possuem melhores advogados sejam beneficiados em relação aos que não tem condições para sequer contratar um advogado, assim necessitando da Defensoria Pública.

20. Fábio Trad (1969) – Advogado, professor universitário, Presidente da OAB, Seccional MS no triênio 2007-2009. Em 2010 foi eleito Deputado Federal.

21. Paulo Teixeira (1961) – Vereador, Deputado Estadual, Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. Desde 2007 exerce o mandato de deputado federal e, na Câmara dos Deputados, foi líder do PT.

22. Sérgio Barradas Carneiro (1960) – Advogado e administrador de empresas. Foi vereador e deputado estadual e atualmente está na segunda legislatura como deputado federal.

23. Rui Barbosa (1849-1923) – Diplomata, jurista, político, escritor, filólogo, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo, foi um dos organizadores da República e coautor da Constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Morais.

Na tentativa de promover celeridade processual, uma das soluções sustentadas é a elevação da multa por litigância de má-fé. O Código vigente, de 1973 não possui desestímulos concretos aos litigantes que objetivam, na utilização do Judiciário e manipulação dos instrumentos processuais, adiar o cumprimento de suas obrigações. Multa por litigância de má-fé não poderia exceder 1%, sendo que no novo Código esta multa poderá alcançar até 10% do valor da causa. Com o aumento do limite desta multa, o legislador pretendeu desestimular de maneira mais evidente os litigantes contumazes, por meio de uma medida efetivamente coercitiva e punitiva, que representam valores expressivos.

Outra alteração com o intuito de promover celeridade na prestação jurisdicional é a punição daqueles que recorrem indefinidamente sem qualquer fundamentação razoável. Está previsto o aumento dos honorários de sucumbência recursal, valores pagos correspondentes a cada instância a que se recorre. No texto em vigor, a parte que perde em 1º grau é condenada ao pagamento de um total de 10% do valor da causa a títulos de honorários, no fim de todo o processo. Já com o novo Código, a cada etapa recursal que a parte sucumbente se dispõe a enfrentar, os honorários serão aumentados em mais 10%. Assim, só estarão interessados em recorrer aqueles que de fato acreditam ter razão, do contrário poderão ter sua situação agravada.

O novo Código apresenta a proibição de magistrados atuarem em causas que envolvam escritórios de advocacia integrados por seus parentes de até 3º grau. Esta regra, moralizadora e realizadora da isonomia, surge como resposta a uma pesquisa que demonstra que existe no Brasil um fenômeno denominado como “filhotismo”, que seria um privilégio que parentes de magistrados têm nas causas que tramitam na Justiça. A legislação atual, quando trata de suspeição e impedimentos de magistrados, não soluciona esta situação.

Ocorrerá, a partir da aplicação de norma advinda no novo Código, a suspensão de prazos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, o que tem sido apontado como reconhecimentos de férias aos advogados. Esta regra surge com o objetivo de sanar um problema

parcialmente resolvido com a Emenda Constitucional 45/2004, que reduziu as férias dos juízes a 60 dias, contados os dias do recesso referentes ao mês de janeiro.

O fortalecimento dos precedentes é um dos temas mais importantes do novo Código. Neste sentido, consolida-se a ideia de que matérias constitucionais decididas pelo Supremo Tribunal Federal, e as matérias infraconstitucionais decididas pelo Superior Tribunal de Justiça, deverão ser obedecidas. Isto se deve pela constatação de que uma das causas da morosidade da Justiça brasileira decorre do desrespeito ao que é decidido pelas instâncias superiores e a existência de um fenômeno denominado “jurisprudência lotérica”. A quantidade de decisões conflitantes proferidas no Poder Judiciário impossibilita que o cidadão identifique qual a decisão correta e estimula que se tente a sorte em busca da resposta para o seu caso.

A maior inovação do novo Código é a introdução do incidente de resolução de demandas repetitivas²⁴, que foi a solução dada pelo legislador para resolver um grande problema no Brasil, a quantidade de casos repetitivos existentes na Justiça brasileira. Com o incidente, poderá ser dada solução única a um problema em atacado, trazendo benefícios como uma prestação jurisdicional mais célere, com maior segurança jurídica e justa.

No Brasil, estes casos são relacionados a Previdência Social, serviços públicos e tributação, ou seja, casos em que uma única discussão jurídica se repete em milhares, ou até mesmo milhões de casos. Desta forma, não é razoável exigir que o Judiciário decida tantos casos repetidos baseados em uma única controvérsia, como se fossem casos diferentes que exigem um tratamento diferenciado. O incidente, quan-

24. Incidente de resolução de demandas repetitivas – O ministro Bruno Dantas aborda o tema no livro *Teoria dos Recursos Repetitivos: Tutela Pluri-Individual nos Recursos Dirigidos ao STF e ao STJ* (Arts 543-B e 543-C do CPC).

do instaurado, tem como resultado uma decisão única que repercutirá por todas as instâncias inferiores, sendo estas obrigadas a aplicá-la.

A redução da quantidade de recursos e, sobretudo, da quantidade de oportunidades em que as partes podem recorrer de cada pequena decisão do juiz proporcionará que o processo flua com mais celeridade, sem subtrair do cidadão o direito de impugnar decisões injustas quando a sentença final for proferida.

Em síntese, o novo Código procura restabelecer o equilíbrio da balança da Justiça, que tem de um lado o reclamo por celeridade e, de outro, a necessidade de que as sentenças sejam dotadas de reflexão e segurança. Atualmente, a legislação prestigia a segurança em detrimento da celeridade, e a ideia da nova lei é reequilibrar essa equação.

O pitoresco em torno desse Código é que dele saíram três ministros. O primeiro, o Ministro Luiz Fux, que presidiu a comissão, tornou-se integrante da Corte Constitucional Brasileira. Um dos integrantes, o advogado Bruno Dantas, tornou-se Ministro do Tribunal de Contas da União. Já o senador Vital do Rego, relator do Código quando o Projeto voltou ao Senado, também foi escolhido Ministro do Tribunal de Contas da União.

Políticas públicas

NO CAMPO LEGISLATIVO, como se viu, os anos de 2013 e 2014, este último afetado pela Copa do Mundo de Futebol no Brasil e pelas eleições gerais (de deputados, de um terço do Senado, de governadores e do presidente da República), sobretudo no segundo semestre, foram produtivos, na formulação de políticas públicas voltadas para os menos favorecidos. O Congresso, ao criar leis para o povo, vê seus níveis de aprovação subirem. Para sobreviver, o Parlamento precisa fazer leis para o povo, sempre na direção da vontade popular. Isso fortalece a democracia. Foram projetos de lei, complementar ou ordinária, emendas constitucionais, aperfeiçoamentos em medidas provisórias, proje-

tos de resolução e decretos legislativos, a maioria deles de iniciativa do próprio Parlamento, que conferiram consistência à sua ação.

Igualamos direitos ao aprovar a emenda constitucional que estendeu às trabalhadoras e trabalhadores domésticos os direitos trabalhistas. O tema foi promulgado e integralmente regulamentado pelo Senado, faltando apenas a Câmara dos Deputados concluir a sua regulamentação final.

Com esta emenda constitucional, eliminamos uma discriminação histórica. A aprovação da chamada PEC da Igualdade foi unânime – fato raro no Parlamento – e fez justiça aos trabalhadores domésticos, até então submetidos a uma injustificável segregação.

Assumi publicamente o compromisso de votar a matéria no início do mês de março, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Com a colaboração de todos, concluímos o processo e os direitos trabalhistas foram estendidos a todos. A promulgação da emenda constitucional corrige uma distorção inaceitável e incorpora aos trabalhadores domésticos 16 benefícios assegurados aos demais trabalhadores.

O Brasil, que já teve sua história manchada pela escravidão, mantinha inexplicavelmente essa nódoa discriminatória. Um país que se pretende moderno e aspira a ser grande potência não pode conviver com a exclusão de direitos ou com subclasses sociais. A igualdade é a nossa regra. Não por acaso as sociedades mais prósperas são as mais justas. Recordo-me, como se fosse hoje, o desabafo da presidente da Federação das Domésticas, Creuza Maria Oliveira, quando esteve comigo na sala da Presidência e, ainda incrédula com a possibilidade de o Congresso aprovar a matéria:

– Estamos esperando há muitos anos por esses direitos, Senador. Pelos dados oficiais são sete milhões de pessoas, mas nós somos mais de oito milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil. Contribuímos para a economia do país, não podemos continuar a ser tratadas como quinta categoria. Queremos ser respeitadas como qualquer outro trabalhador. Somos a única categoria que trabalha até

16 horas por dia, sem adicional noturno nem hora extra, e muitas vezes dormimos no emprego. Isso não existe em nenhuma categoria profissional. Não é justo!

É compreensível que a extensão dos direitos trabalhistas aos empregados domésticos, inicialmente, provocasse inquietações nos empregadores. Os custos são indissociáveis da democracia e a justiça social também tem seu preço.

Combater a discriminação de qualquer espécie e estimular as ações que asseguram a igualdade de direitos e a dignidade da pessoa humana é dever de todos nós. Gabriel García Márquez²⁵ definiu com muita sabedoria o sentimento de solidariedade e de igualdade ao afirmar que “um homem só tem o direito de olhar outro de cima para baixo para ajudá-lo a levantar-se”.

A incansável luta de Creuza Maria Oliveira, presidente da Federação das Domésticas, merece registro especial e foi fundamental para nossa decisão de colocar o tema em pauta e a aprovação desta revolução social. É uma cidadã exemplar, ativa e altiva, que trabalha em favor da sua categoria e merece nosso respeito e admiração.

A partir da promulgação, em 2 de abril de 2013, começaram a valer a jornada de trabalho de 44 horas semanais, horas extras, proibição de diferença de salários, de exercício de funções e critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos.

25. Gabriel García Márquez (1927- 2014). Escritor, jornalista, editor, ativista e político colombiano. Considerado um dos romancistas mais importantes do século XX, com mais de 40 milhões de livros vendidos em 36 idiomas. Foi laureado como Prêmio Nobel de Literatura de 1982 pelo conjunto de sua obra, que entre outros livros inclui o aclamado *Cem Anos de Solidão*.

Já o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o adicional de trabalho noturno, o salário-família e o seguro-desemprego demandaram regulamentações adicionais já efetivadas pelos senadores e ainda sob análise dos deputados.

Batizada de PEC das Empregadas Domésticas, esta emenda constitucional protege também babás, motoristas, caseiros e cuidadores. Por isso ela deverá ser compreendida como a PEC da Inclusão ou mesmo a PEC da Igualdade, já que a igualdade deve começar dentro de nossas casas.

O acesso de milhões de trabalhadores no mercado formal tem efeito multiplicador na economia e na arrecadação. Mais de 7,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras poderão, com essas mudanças, sair da informalidade e os reflexos positivos serão captados em diversos setores da economia a curto e médio prazo. Embora tarde, a inclusão foi muito bem-vinda.

A promulgação da emenda, dada sua relevância, me convenceu a requisitar uma rede de rádio e televisão a fim de explicar os novos benefícios trabalhistas, 125 anos após a Lei Áurea²⁶. Disse, à época, que o Brasil estava assumindo que a igualdade é a regra. E a regra tem que começar dentro de casa. Até porque está mais do que comprovado que as sociedades mais justas são também as mais ricas e mais avançadas. A emenda expressa a nossa disposição de atuar, sempre e cada vez mais, em sintonia com a sociedade.

O mesmo processo ocorreu com o Estatuto da Juventude. Foram longos nove anos de tramitação no Congresso Nacional. Esta foi a primeira legislação em nível constitucional a tratar os atos em relação à juventude como política de Estado e, neste período, recebi muitas vezes

26. Lei Áurea – Lei Imperial nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, extinguiu a escravidão no Brasil. Foi precedida pela lei nº 2.040 (Lei do Ventre Livre), de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, e pela lei nº 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe), de 28 de setembro de 1885, que regulava “a extinção gradual do elemento servil”.

os líderes do movimento. É um legado que nos foi deixado por Franklin Delano Roosevelt²⁷: “Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro.”

O Estatuto da Juventude era uma bandeira histórica dos movimentos juvenis e garantiu a todos, na faixa etária entre 15 e 29 anos, uma série de benefícios. A juventude do PMDB foi, inquestionavelmente, fator decisivo para a aprovação. Entre os direitos até então negados aos jovens está a meia-entrada em eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e lazer, uma das principais reivindicações dos jovens e que ressaltou pelo seu significado emblemático e pela solução que conseguimos negociar entre artistas e governo.

A meia-entrada permite que muitos jovens, de famílias com menor poder aquisitivo, consigam frequentar teatros, cinemas, concertos e tantos outros espetáculos de natureza cultural. A possibilidade de acesso mais barato aos eventos dessa natureza é de suma importância para a inserção dos jovens na vida cultural.

É nessa etapa da vida que o contato com as produções artístico-culturais é mais profícuo, contribuindo de forma muitas vezes determinante para a formação da personalidade do indivíduo. É nessa etapa da vida que normalmente descobrimos as nossas potencialidades, definimos a nossa visão de mundo, as nossas opções profissionais, e principalmente as bases para o nosso caráter.

O mais importante, contudo, é que a aprovação do Estatuto significou que aos jovens serão dadas melhores condições de acesso à cultura de nosso país, e sem dúvida a possibilidade de serem ainda mais ativos na construção de um Brasil desenvolvido e soberano.

27. Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). 32º presidente dos Estados Unidos (1933-1945), cumpriu quatro mandatos e morreu durante o último. Durante sua estada na Casa Branca, teve de enfrentar o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial.

O Presidente e o Secretário-Geral da Juventude do PMDB, Marco Antônio Cabral e Bruno Júlio, foram dos mais atuantes na defesa do Estatuto:

– O projeto estava parado no Senado. No início de abril, pedimos a ajuda do presidente para votar um requerimento de urgência e ele deu prioridade ao assunto. Ele convenceu os líderes partidários a incluir o projeto na pauta. O senador Renan Calheiros cumpriu o compromisso com a juventude brasileira e o apoio dele foi fundamental para aprovação do Estatuto. Nós nos sentimos engrandecidos com o trabalho do senador em favor dos jovens – afirmou à época Bruno Júlio.

Já Marco Antônio Cabral, eleito deputado federal, em 2014 ressaltou: “O presidente Renan é um grande parceiro nosso nessa conquista e sem ele, certamente, não estaríamos comemorando hoje esta vitória.”

A participação da juventude é sempre importante para o amadurecimento da consciência nacional, da cidadania e da renovação. A alma da juventude é, intrinsecamente, questionadora, revolucionária. É preciso que assim seja sempre. Se tivermos jovens irrequietos, libertários e mudancistas, não teremos adultos reacionários. Triste da nação cujos jovens envelhecem precocemente.

Falo com a vivência de quem, no movimento estudantil, esteve nas ruas lutando para implementar essa revolução que chamamos democracia. O custo, como todos sabem, foi muito alto e hoje, na maturidade democrática, não devemos ser complacentes com qualquer gesto ou intenção que tenda a abolir direitos e liberdades, principalmente, a liberdade de expressão, o direito à diferença, à divergência.

Mais conquistas

TAMBÉM TIVERAM PRIORIDADE ZERO o projeto que obriga a reconstituição de mama pelo Sistema Único de Saúde, a transparência no ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), com a regulamentação da profissão de vaqueiro, o direito de trans-

missão dos taxistas, o financiamento da saúde, o Plano Nacional de Educação, os *royalties* do petróleo para educação, saúde, estados e municípios, a ampliação das votações abertas, como exige a sociedade, o orçamento impositivo, a qualificação profissional dos beneficiários do FIES²⁸ (Fundo de Financiamento Estudantil), também de nossa autoria, e a aposentadoria especial para pessoas deficientes, legislação esta que nasceu e foi aprovada no Senado Federal. Estes são apenas alguns exemplos da profusão de votações no biênio 2013/2014.

É oportuna uma pequena digressão acerca da regulamentação da profissão de vaqueiro²⁹, já que, como nordestino, vejo no vaqueiro um personagem impregnado em nossas memórias, na literatura e no cinema nacional.

Também como forte marca cultural, o Senado Federal, ao promover outro resgate social, também regulamentou uma das profissões mais antigas do país: a do vaqueiro que, a partir da sanção presidencial, passou a contar com as garantias conferidas a todos os demais trabalhadores brasileiros.

Trata-se de um reconhecimento histórico a uma profissão que foi esquecida pela legislação, mas que agora tem os direitos das demais atividades. A lida com o gado é tão antiga quanto o Brasil e, embora o reconhecimento seja tardio, é importante para que não se apague esta profissão, sinônimo de fibra, coragem e perseverança.

A espera pela regulamentação da profissão de vaqueiro no Brasil demorou anos, embora a atividade exista desde a época colonial

28. FIES. Fundo de Financiamento Estudantil: programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

29. Vaqueiro. Uma das profissões e atividades mais antigas do Brasil. Até 2013, quando foi regulamentada, os profissionais não contavam nenhum amparo da legislação trabalhista ou previdenciária.

e seja fartamente descrita na literatura nacional. O primeiro vaqueiro citado pela História do Brasil foi Pedro de Ambrosia, também o primeiro a receber de Tomé de Sousa³⁰, governador-geral que fundou Salvador, em 1549, pagamento por cuidar do gado trazido para a colônia.

Como alagoano e admirador de Graciliano Ramos, não posso deixar de lembrar a resignada negociação entre o vaqueiro Fabiano e o patrão, no romance *Vidas Secas*, imortalizado no filme de mesmo nome, do cineasta Nelson Pereira dos Santos³¹:

– Tô acostumado, ganho um bezerro de quatro que nasce, diz Fabiano desamparado e desolado.

Graças ao resgate implementado pelo Senado Federal, doravante não haveremos de nos deparar com “Fabianos” aceitando qualquer oferta de seus patrões. Os direitos foram regulamentados e a “paga” e demais direitos trabalhistas não pode se dar como outrora, na mais perversa exploração.

Este vigor legislativo, voltado para a sociedade e não para grupos, também foi verificado logo após a volta do civismo em junho de 2013 como resposta ao que cobravam de nós. Aprovamos mais de 40 propostas em menos de 20 dias, dando respostas às demandas das manifestações.

A Voz das Ruas

O RETORNO CAUDALOSO do civismo às ruas sempre foi muito bem-vindo. Ele fortalece a democracia e faz evoluir o sentimento e conceitos de cidadania. Deixamos de ser meros contribuintes quando passamos a cobrar do estado suas responsabilidades constitu-

30. Tomé de Sousa (1503-1579). Militar e político português, primeiro governador-geral do Brasil, quando este atendia por colônia do Brasil, chegado em 1549. Faleceu aos 76 anos.

31. Nelson Pereira dos Santos – (1928) diretor de cinema brasileiro. Bacharel em direito. É considerado um dos mais importantes cineastas do país, seu filme *Vidas Secas*, baseado na obra de Graciliano Ramos, é um dos filmes brasileiros mais premiados em todos os tempos, sendo reconhecido como obra-prima. Foi um dos precursores do movimento do Cinema Novo.

cionais. Passamos, então, de contribuintes a cidadãos. Foi este o recado: cansamos de ser contribuintes passivos e exigimos ser protagonistas como cidadãos.

Da mesma forma, o civismo estreita e aproxima a relação com os poderes constituídos e a contestação desenferruja os ritos dos poderes tornando-os mais ágeis e mais permeáveis às demandas sociais. A agilidade com a qual o Congresso deliberou naquele período é a demonstração cabal do poder das ruas. O processo legislativo, contaminado todo tempo pelo jogo partidário, é modorrento, pesado, impregnado de manobras regimentais e políticas. Com a pressão popular que é legítima, voltamos a deliberar e debater na velocidade da banda larga.

A democracia avançou porque conferimos agilidade ao processo legislativo, que era lento e anacrônico, porém avançou mais ainda porque desentranhou dos escaninhos sonolentos projetos populares que se eternizavam na burocracia legislativa até encontrarem seu óbito no arquivamento definitivo a cada final de legislatura.

Aquele foi um movimento polifônico, horizontalizado sem lideranças ou com muitos que se apresentavam no papel de líderes. Eram diversas tribos, várias origens, pautas múltiplas, focos vários e, mesmo sem uniformidade, demonstraram uma inquietação comum com a qualidade e o custo dos serviços públicos. Era o grito de uma nação que paga muitos impostos e recebe de volta contrapartidas aquém do desejado.

Os protestos tiveram origem nos preços das passagens de ônibus, uma questão pontual e rotineira dos estudantes, e transbordou para temas legislativos mais distantes do cotidiano das pessoas, como, por exemplo, a PEC 37, referente à constrição dos poderes investigativos do Ministério Público, que foi rejeitada, a transformação da corrupção em crime hediondo e em gastos mínimos do orçamento público com saúde e educação. Todas as demandas, é conveniente realçar, foram aprovadas pelo Senado Federal. A força transformadora acabou nos tirando da letargia e acelerou os processos decisórios, em várias oportunidades com pareceres formulados em plenário, aprovados pelos senadores e cobrados pelos cidadãos.

Houve excessos e vandalismos em episódios isolados. A primeira tentativa de ocupação do Senado Federal, no dia 17 de junho de 2013, denominada de “Marcha do Vinagre”³², ocorreu quando eu me encontrava em São Paulo proferindo uma palestra aos empresários do grupo Lide do empresário João Dória³³. Houve pânico dos servidores, temor de quebra-quebra. Orientei à Polícia do Senado não utilizar a força em nenhuma hipótese. As tentativas de invasão com vidraças quebradas, ocorreram porque muitos, influenciados por informações inverídicas, achavam que o Legislativo era o mais vulnerável dos três poderes no quesito segurança.

Naquela oportunidade reiterei várias vezes que o Congresso Nacional é a casa do povo e que, por esta razão, deve sempre ecoar a voz das ruas, e por isso estará sempre aberto ao diálogo e disposto a mediar, encaminhar ou mesmo colocar em votação aquilo que é o desejo da sociedade.

As manifestações foram e são democráticas, lícitas. No movimento estudantil eu protestei e fui enquadrado no Decreto-lei 477³⁴, o conhecido AI-5³⁵ das Universidades. Por isso compreendi,

32. Marcha do Vinagre – Movimento de jovens que ocupou em 2013 o gramado em frente ao Congresso Nacional. Os manifestantes protestavam contra os gastos públicos com a Copa do Mundo. Batizada “Marcha do Vinagre”, em alusão ao produto utilizado para amenizar os efeitos do gás lacrimogênio.

33. Joao Dória (1957) – Jornalista e publicitário. Foi secretário de Turismo da cidade de São Paulo e presidente da Embratur. É fundador e presidente do grupo Dória de Comunicação e do LIDE – Grupo de Líderes Empresariais, com mais de 1.600 empresas filiadas, que representam 52% do PIB privado nacional.

34. Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. Baixado pelo presidente Artur da Costa e Silva durante o regime militar brasileiro. O decreto-lei previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados culpados de subversão ao regime. Na prática, o processo a que se submetia o acusado era sumário. Os professores acusados eram demitidos e impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país por cinco anos, ao passo que os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos.

35. AI-5 – O Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

imediatamente, o sentimento dessas manifestações. Houve um movimento político consistente que captou a insatisfação e se empenhou em promover as modificações exigidas pela sociedade.

Nova Ordem

VIVEMOS UMA NOVA ORDEM MUNDIAL e ela passa pelo respeito à diferença, à divergência. A democracia não é só a sociedade em que as leis são feitas pela maioria, mas sim o respeito das majorias para com as minorias. Autoridade exercida com desequilíbrio, excessos ou distante da vontade popular é uma modalidade de tirania. Nós sempre queremos estar perto da sociedade, queremos continuar sendo a caixa de ressonância do país e a referência de democracia. Congresso distante do povo, acanhado, preguiçoso ou insensível às demandas sociais é mesma coisa que ausência de Congresso.

Temos defeitos e, por isso, a democracia é feita e refeita todos os dias. Ela não se constitui modelo acabado e perfeito. Os defeitos só serão nocivos quando não houver vontade de corrigi-los. Às vezes é melhor compreender as críticas do que ter as respostas a elas. Compreender é o começo da solução porque, quem critica, também quer ajudar a resolver.

As manifestações são legítimas, mas é preciso garantir que o direito constitucional de protestar não se sobreponha ao direito de ir e vir dos demais, da integridade física de outras pessoas e mesmo da preservação do patrimônio público ou privado.

Como todos puderam acompanhar, o Senado trabalhou normalmente durante aquele período turbulento. Dez dias após o primeiro protesto, no dia 26 de junho, recebi na sala da Presidência dezenas de representantes das manifestações com suas pautas e múltiplas reivindicações. No mesmo dia, com quase 10 mil manifestantes no gramado em frente ao Congresso Nacional, o Senado se reuniu normalmente, sem se acovardar, e aprovou projetos exigidos por todos.

Muitos, naquele momento, estavam acoelhados ou, pior, escondidos. Eu próprio, permitam-me lembrar, para não pecar por

omissão, fui alvo de protestos politicamente articulados, mas que não mostraram consistência e foram diluindo-se com o passar do tempo. Houve um movimento convocado por mais de 30 dias e marcado para ocorrer em frente à residência oficial do Senado que reuniu 6 pessoas e não durou mais do que duas horas.

Organizado pelas redes sociais, o protesto, nos moldes do que ocorrera em frente à residência do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral³⁶, também do PMDB, estava previsto para durar um mês, entre os dias 18 de agosto e 7 de setembro. No Facebook, a página do evento contava milhares de confirmações. No entanto, apenas 6 pessoas compareceram e o movimento se encerrou ali mesmo horas depois, sem nenhum tipo de incidente. A desidratação deste movimento específico explica-se, em parte, pelas respostas que o Senado Federal já vinha dando diante do clamor da sociedade.

No dia específico da grande manifestação convocada pelas redes sociais e incensada pela cobertura ao vivo e integral pelas emissoras de televisão, aprovamos uma lei para agravar os crimes de corrupção tornando-os hediondos, com a presença de estudantes nas galerias do plenário.

O movimento, em intensidade e frequência, refluíu com o tempo, mas as lições quando o povo saiu às ruas não podem ser esquecidas ou negligenciadas. A página ainda não foi virada porque a insatisfação que originou os protestos de 2013 continua e é latente.

36. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho – (Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1963), político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi governador do Rio de Janeiro de 1º de janeiro de 2007 até 03 de abril de 2014, quando renunciou ao cargo para dar lugar a Luís Fernando Pezão que assumiu e foi reeleito.

O passe livre estudantil

OUTRA DEMANDA pontual dos protestos foi a lei do passe livre estudantil,³⁷ que tive a oportunidade de apresentar e foi subscrita por todos os senadores e defendida por muitos governadores e prefeitos. Trata-se de um investimento em um setor que passará a contar com recursos vultosos dos *royalties*³⁸ do petróleo, portanto suficientes para custear o passe estudantil, somente para aqueles regularmente matriculados e no percurso escolar. Era uma proposta oportuna, não oportunista, já que países desenvolvidos arcam com o transporte de seus estudantes e nós poderíamos fazer o mesmo.

– Como custear o passe? Era o que mais me indagavam naquele momento.

– Com recursos do orçamento, com o dinheiro dos impostos, respondia prontamente a todo instante sem ver nas indagações qualquer complexidade maior.

Vivemos um novo tempo e o país, como em 2013, continua exigindo nova agenda. A sociedade está atenta, questionando tudo e todos. Ela cobra uma atenção permanente das instituições e exige ser ouvida com maior frequência e ser atendida com preferência. Em coro as ruas repetem a máxima do futebol: quem se desloca recebe, quem pede tem preferência.

37. Passe Livre Estudantil – Passe livre se refere à gratuidade na tarifa do transporte coletivo para estudantes.

38. *Royalties* do Petróleo – *royalty* é o termo utilizado para designar a importância paga ao detentor ou proprietário ou um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção, ou obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia. Os detentores ou proprietários recebem porcentagens geralmente prefixadas das vendas finais ou dos lucros obtidos.

A sociedade reclamava e ainda clama por melhorias no dia a dia, notadamente dos serviços públicos. O Congresso Nacional é a casa do povo e precisa da sintonia fina com os anseios sociais. Esta Casa sempre quis o que o povo quis. Ela pulsa no ritmo das ruas porque não existe Congresso de costas para o povo. Precisamos estar, sempre, no compasso da sociedade.

A pressão e a crítica são da regra do jogo democrático e não podem nos inibir. Os desafios não podem nos abater. São eles que nos fazem ganhar forças para fazer qualquer coisa na vida. E a vida é assim mesmo, ela esquenta e esfria, aperta e afrouxa, sossega e desinquieta. O que ela cobra da gente é só coragem. O que ela repele é o medo.

É obrigação dos homens públicos enfrentar crises, ainda que nem sempre seja possível vencê-las. O Senado Federal respondeu às demandas sociais no conteúdo e na velocidade adequada. Não há demérito nisso. Antes ser pautado pela sociedade do que por forças estranhas à democracia. Só a sociedade pode e deve pressionar o Congresso Nacional. Por isso não restrinjo, em hipótese alguma, a presença de cidadãos no Senado Federal.

O fundamental é que a força transformadora do povo continue a impulsionar outras mudanças e as reformas mais prementes, como a reforma política.

Reforma política

O MODELO BRASILEIRO é anacrônico e está irremediavelmente apodrecido. Precisamos evoluir no fortalecimento dos partidos, na despersonalização dos mandatos, igualando os postulantes – especialmente homens e mulheres, pobres e ricos –, no fim das coligações proporcionais e afastar a promiscuidade entre público e privado em razão do financiamento de campanhas. A reforma não pode mais ser delongada.

Sempre defendi consultas mais assíduas à sociedade. Nunca enxerguei contradição nisso. Com a tecnologia atual podemos e devemos ampliar a democracia direta e participativa. A melhor pregação

que costumo fazer é a da superioridade da democracia. Propus um referendo do desarmamento, proibindo a venda de armas e munições, conseguimos aprová-lo no Congresso Nacional, regulamentá-lo e realizá-lo, mesmo tendo sólidas indicações de que a sociedade poderia votar em sentido contrário à posição por mim defendida, e assim votou. Na época muitos evocavam razões financeiras – o custo do referendo – para se opor à consulta à sociedade. Foi o único referendo realizado por decisão do Congresso Nacional e não por mandamento constitucional.

A sociedade deve, cada vez mais, opinar sobre seus destinos sem que o Congresso seja suprimido em seus poderes e prerrogativas. Isso completa a democracia representativa, não a enfraquece.

Nosso desafio é virar a página, fazer nosso dever de casa e entregar ao Brasil um modelo político-eleitoral-partidário nos moldes do que o Senado já aprovou e encaminhamos à Câmara dos Deputados há 12 anos. Ele previa o fim das coligações proporcionais, cláusula de desempenho com a possibilidade da federação de partidos no Congresso, a fidelidade partidária, o financiamento público e o sistema de listas para votação.

Fui o relator de pontos importantes da reforma política, como financiamento público de campanhas. Apesar de defendê-lo considero que esta inovação é impraticável. Só para se ter uma ideia, apenas na última eleição municipal tivemos mais de 500 mil candidatos. Essa enxurrada de postulantes inviabiliza qualquer iniciativa neste sentido. Defendo, sim, a cláusula de barreira, o fim das coligações proporcionais, uma regra limitando o valor das campanhas e um teto de doações da pessoa jurídica a 5% do valor total de cada campanha.

Como bem assinalou o presidente José Sarney, é preciso reformar ou mesmo recriar o modelo político implantando o voto distrital, a lista partidária, acabar com o voto uninominal que fragiliza os partidos e eliminar, em definitivo, a promiscuidade entre público e privado através do atual sistema de financiamento de campanhas.

O voto transferível é uma das maiores distorções de nossa legislação. Ele fraudava a vontade popular e confere mandatos ilegítimos. Na eleição de 2002, por exemplo, o candidato do PRONA³⁹ (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), Enéas Faria, conquistou 1,5 milhão de votos em São Paulo. Carregou com ele para a Câmara dos Deputados 5 deputados com votações desprezíveis. Entre eles Irapuan Teixeira, com 700 votos, Ildeu Araújo, com 400 votos e Vanderlei Assis, com míseros 275 sufrágios.

Além da reforma política, muitas outras propostas, também pedidas pela sociedade, ainda tramitam na Câmara dos Deputados. Longe de ser uma queixa, é uma constatação das dificuldades do processo, notadamente na Câmara dos Deputados que conta com 22 legendas, dificultando sobremaneira a tarefa de reunir maiorias para deliberação. O fortalecimento das instituições e do bicameralismo – nosso modelo de votação nas duas Casas Legislativas – exige que matérias aprovadas em uma casa seja apreciada pela outra. Podemos até rejeitá-las, assim como aprimorá-las; mas não podemos deixar de analisá-las.

O Banco Central

EM OUTRA PONTA, as propostas ansiadas pelo setor produtivo e empresarial também enferrujavam pela enervante burocracia que oxida as engrenagens legislativas. Em outubro de 2013, sensível aos soluços da crise econômica mundial, seria recomendável, naquele momento, e assim o fiz, retomar a tese da independência do Banco Central como forma de recuperar a credibilidade da economia, tema que foi ressuscitado, com aspereza, no debate presidencial de 2014.

39. PRONA – partido político brasileiro de direita. Foi fundado e presidido pelo deputado federal Enéas Carneiro

Deveríamos debater a autonomia e a fixação de mandatos para o presidente e diretores do Banco Central. O Brasil é o único país, entre os que adotam metas de inflação, cuja diretoria do Banco Central não tem mandato fixo. No momento em que um Banco Central possa ser pressionado para fazer o jogo do governo – não apenas deste, mas de qualquer um – e não mais o da estabilidade da moeda, corre o sério risco de perder respeito e a credibilidade dos agentes econômicos e, sem eles, perder a capacidade de conduzir com um mínimo de eficácia a política monetária.

Para melhorar o que já estava bom, para um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e sustentável, é inevitável que o Banco Central, fortalecido, tenha independência e fique imune a qualquer ascendência vinda da esfera política, partidária, governamental e também da área privada. Um Banco Central independente é a garantia de que a saúde da economia será sempre diagnosticada com olhos técnicos e isentos e descontaminada da visão dos governantes.

O Banco Central, que é o banco dos bancos, deve seguir políticas de Estado e não de governos. Em sociedades amadurecidas, o BC não pode servir como força auxiliar de ninguém.

O BC foi criado no governo militar, na reforma econômica promovida pelos ministros Otávio Gouveia de Bulhões⁴⁰ e Roberto Campos⁴¹. Ele nasceu como uma autoridade monetária independente. Portanto a independência vem sendo meta sempre perseguida e nunca alcançada desde a sua criação. Em todos os governos, o BC ga-

40. Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990). Economista e ministro da Fazenda, defensor da corrente econômica que prioriza a estabilidade da moeda e o combate à inflação. É classificado como neoliberal dentro do pensamento econômico brasileiro.

41. Roberto de Oliveira Campos (1917-2001). Economista, diplomata e ministro de Estado, foi um dos criadores do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no governo de Juscelino Kubitschek; teve participação no Plano de Metas.

nhou ares de autonomia, *status* ministerial, mas sempre por decisão política do presidente da República e do Congresso. Para funcionar efetivamente como guardião da moeda, os dirigentes do BC precisariam de mais autonomia, conseqüentemente, de independência.

Os requisitos são os mandatos fixos para presidente e diretores, não coincidentes com o do Presidente da República, e a prerrogativa de só serem demitidos em casos extraordinários. Independência não é a garantia de êxito, mas, sem dúvida, facilita acertos e eventuais correções de rumo. A discussão sobre a autonomia do BC foi interrompida por discordância do governo, manifestada pela presidente Dilma Rousseff e o desinteresse da oposição, verbalizado pelo candidato oposicionista à presidência, senador Aécio Neves⁴². Eles, como disse na oportunidade, interditaram o debate, conseguiram adiá-lo, mas não o sepultaram.

– Sempre disse que autonomia do Banco Central é necessária, mas talvez seja dispensável essa autonomia em lei. Em parte ela existe. Em determinados momentos de maior aflição do governo, percebemos que ali há alguma ingerência”, afirmou à época o senador Aécio Neves.

– A independência é só dos três poderes. O quarto poder, que é a independência do BC, é algo extremamente questionável, argumentou a presidente Dilma.

Transparência

A transparência que defendo e advogo para o Banco Central desejo para todas as instituições públicas. A transparência absoluta é um caminho sem volta e é uma questão de tempo até que todas

42. Aécio Neves (1960). Economista e político filiado ao PSDB. Foi presidente da Câmara dos Deputados e décimo sétimo governador de Minas Gerais, de 1º de janeiro de 2003 a 31 de março de 2010; senador pelo mesmo estado. Aécio foi candidato de seu partido à Presidência do Brasil nas eleições de 2014.

as informações públicas sejam, de fato, públicas e não restritas, ocultas ou subordinadas a uma irrespirável burocracia até que se tornem conhecidas. Na composição do Conselho de Transparência do Senado⁴³ enfrentei sérias resistências quando convidamos especialistas da sociedade para compor o referido Conselho. Muitos imaginaram que a transparência prometida seria para inglês ver, e outros, que reconheceram a seriedade da iniciativa, levantaram barreiras para o trabalho dos profissionais externos. Foram necessárias reuniões e muito diálogo com os integrantes para deixar claro, em bom português, que o Conselho vinha para ficar e que todos deveriam viabilizá-lo.

A harmonização deste grupo, que exigiu muito trabalho e noites insones, permitiu que o Senado Federal se transformasse, atualmente, na instituição pública mais transparente do Brasil. Os números desta assertiva podem ser comprovados nesta prestação de contas nos dados referentes às demandas pela Lei de Acesso à Informação⁴⁴ e nas milhares de respostas oficiais dadas, diariamente, à imprensa por uma equipe estruturada exclusivamente para, sem custos extras ou contratação de mão de obra, atender aos veículos de comunicação com as informações enviadas via correio eletrônico ou telefonemas de todo país, sejam elas relativas a recursos humanos, administração, segurança institucional, gastos, salários, aposentadorias, pensões, gastos médicos, odontológicos, enfim, absolutamente tudo relativo ao Senado Federal. O controle social, inequivocamente, nos ajuda a corrigir erros, a eliminar vícios, desperdícios e extinguir distorções.

A confirmação de que o Senado Federal é a instituição pública mais transparente do Brasil veio no final de 2014. No mais

43. Conselho de transparência – criado em fevereiro de 2013, é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. Sua presidência é exercida pelo Diretor da Secretaria da Transparência.

44. Lei de Acesso à Informação – A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de novembro de 2011) ou LAI regulamenta o direito constitucional do cidadão ao acesso a informações produzidas ou detidas pelo governo. Entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012.

abrangente estudo sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, a Fundação Getúlio Vargas⁴⁵ pesquisou instrumentos de transparência em 138 órgãos públicos de todos os poderes e nos três níveis de governo. O Senado foi a instituição a responder 100% das solicitações, enquanto a Câmara dos Deputados deixou de responder a 18%, as câmaras de vereadores responderam apenas 56% e as assembleias pesquisadas recusaram 41% das respostas. A pesquisa constatou ainda que o Senado é muito ágil, uma vez que as respostas são dadas em 15 dias, quando o prazo da lei é o dobro, 30 dias.

O curioso e atípico, como a desestimular as iniciativas de transparência, foi a abordagem feita pelo noticiário que preferiu segmentar a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas por poderes, analisando globalmente o desempenho do Executivo, Judiciário e Legislativo, desprezando os desempenhos individuais, como foi o caso do Senado Federal que foi 100% transparente, mas ficou prejudicado em razão da taxa de resposta dos outros, especialmente as Assembleias e Câmaras que ainda não assimilaram a cultura da transparência. Pelo noticiário o Poder Executivo apresentou taxa de resposta de 69%, o Legislativo também atendeu a 69% das questões e o Judiciário respondeu a 73% das demandas. Na análise individualizada, entretanto, o Senado Federal chegou onde queríamos. Ser uma referência nacional em transparência.

Controle social

UM CASO CONCRETO ilustra o quanto o controle social possibilita atalhar os equívocos. Logo nos primeiros meses, sem o conhecimento do presidente do Senado (e não foi a única vez), a burocracia da Casa, que, eventualmente, age de maneira automatizada e

45. Fundação Getúlio Vargas – Surgiu em 20 de dezembro de 1944 com o objetivo inicial era preparar pessoal qualificado para a administração pública. A FGV expandiu seu foco de atuação e passou para ciências sociais e econômicas e avançou pelas áreas da pesquisa e da informação, até converter-se em sinônimo de centro de qualidade e de excelência.

mecânica, reproduzindo rotinas que se repetem todos os anos, editou uma licitação para aquisição de gêneros alimentícios da residência oficial do Senado Federal.

A residência oficial, longe de ser apenas a moradia temporária do presidente, é um local para reuniões com líderes, bancadas partidárias, presidentes de comissões técnicas, setor produtivo, representantes da sociedade civil, recepção de delegações estrangeiras e permanentes reuniões de trabalho.

Feito o esclarecimento, retomo a licitação que incluía quantidades desproporcionais, produtos totalmente supérfluos e muitos superfaturados. Fomos alertados do exagero por um determinado veículo de comunicação que teve acesso ao edital através do Portal da Transparência, criado para este fim. Quando me deparei com os valores, as quantidades e os itens, não hesitei um segundo para determinar o cancelamento imediato da aquisição. Alguém ficou contrariado porque não foram pagos R\$ 90,00 ao quilo de camarão em uma quantidade exorbitante. Certamente não foi o presidente da Casa. Da mesma forma não foi a direção da Casa, nem os senadores que se queixaram quando cancelamos a compra de quase 1 tonelada de presunto, 2,4 toneladas de queijo (1,2 de queijo tipo lanche e outra 1,2 tonelada de queijo tipo mussarela) que recheavam os sanduíches generosamente servidos em gabinetes e no cafezinho do Senado Federal às custas do contribuinte.

– Você pode repetir: quanto compramos de presunto e queijo? Indaguei estupefato ao diretor-geral, rodeado de senadores na sala da Presidência.

– No total são 3,3 toneladas, sem considerar os biscoitos, respondeu.

– Meu Deus, manda cancelar agora, imediatamente, determinei ao diretor diante dos olhos incrédulos dos senadores que acompanhavam a conversa.

Além de bolachas, manteiga e outros itens, o Senado bancava 3,3 toneladas de ingredientes para sanduíches. Pois tudo isso acabou.

Em 2014 e após o início da participação do SENAC⁴⁶ nas dependências do Senado os famosos lanchinhos passaram a ser cobrados e, curiosamente, o fluxo de pessoas ao notório cafezinho do Senado diminuiu.

Em outra oportunidade, reunido com a equipe na Presidência do Senado, fui interrompido por uma ligação urgente do senador Pedro Simon⁴⁷, por quem, para além das divergências, tenho grande estima e respeito. O senador gaúcho me alertava, muito preocupado, de um processo de locação de automóveis para cada unidade da federação no intuito de atender os senadores em seus estados.

– Jamais isso poderia acontecer, falava possesso o senador Pedro Simon.

– Uma obscenidade, no mínimo, disse eu concordando, já que os senadores têm verbas específicas para esse fim. Seria outra redundância absurda, inconcebível.

– Senador Simon, não se preocupe porque vou resolver, garanti e, minutos depois determinei o cancelamento do procedimento que se anunciava.

Como em uma combustão espontânea, fruto de um contrabando, sempre anônimo, lá estava o Senado diante da possibilidade de uma grave e nova exposição negativa sem o conhecimento da Mesa Diretora da Casa. Obviamente determinei o imediato cancelamento da licitação cujo mentor, como é de praxe, nunca aparece. O serviço público mereceria uma polícia aduaneira especializada em combater o contrabando, tamanha a frequência com a qual nos deparamos, nos documentos e textos oficiais, com enxertos, conteúdos, vírgulas, incisos e alíneas e, como se viu, contratos absolutamente alienígenas.

46. Senac – O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial fundado em 1946. Instituição de educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Mais de 55 milhões de atendimentos já foram prestados pelo Senac.

47. Pedro Simon(1930). Advogado, professor universitário e político brasileiro. Foi ministro da Agricultura e senador pelo estado do Rio Grande do Sul, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Legislativo forte

A AFIRMAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO também pôde ser verificada em vários episódios da vida nacional. Adotamos medidas internas a fim de fortalecer a Instituição, como as sessões temáticas para adensar as discussões dos temas nacionais e a obrigatoriedade dos dirigentes das agências reguladoras, dos ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça de prestarem contas anuais ao Senado Federal.

Na primeira convocação do gênero, o diretor-presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde) desmarcou o depoimento. Na segunda convocação enviou um substituto, mas o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Vital do Rego⁴⁸ (PMDB-PB) reagiu duramente e exigiu a presença do diretor que acabou retratando-se e comparecendo para prestar a sabatina. É importante que, em determinadas ocasiões, o Poder Legislativo afirme sua autoridade.

O ano de 2013, inquestionavelmente, mostrou um grande avanço na perspectiva institucional. As sessões temáticas representam uma inovação que proporciona maior densidade nos debates da instituição. Por economia processual, o regimento interno do Senado Federal é rígido com a marcação do tempo e números de oradores nas sessões ordinárias. Embora se ganhe em agilidade, as limitações do regimento acabam por restringir o debate em razão do tempo. Tanto que uma das tarefas mais difíceis a administrar é exatamente encerrar a palavra de um orador por amarras regimentais ou distribuir a palavra quando nossos iguais a solicitam ao mesmo tempo. Há mais divergência na ordem de oradores do que na discussão de mérito das matérias. As suscetibilidades são tão recorrentes que foi necessário adaptar um pequeno programa de computador na Mesa

48. Vital do Rego (1963). Advogado, médico e político brasileiro filiado ao PMDB. Foi vereador de Campina Grande e deputado estadual da Paraíba. Em 2006, eleito deputado federal, e mais votado de seu estado. Nas eleições em 2010, foi eleito senador e presidiu a CPMI do Cachoeira e a Comissão de Constituição e Justiça.

Diretora para diagnosticar quem primeiro levanta o microfone com o intuito de falar, já que este mapeamento era visual e, na prática, acarretou várias injustiças.

A solução encontrada para que o Senado Federal debatesse os grandes temas nacionais sem as restrições do regimento interno foram as sessões temáticas, em que um tema é selecionado para o livre debate com especialistas no assunto. No ano de 2013 realizamos três sessões temáticas: a reforma política, com a ilustre presença da ministra Carmem Lúcia⁴⁹, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral; as fontes de financiamento para a saúde pública, que contou com a participação dos ministros Alexandre Padilha⁵⁰, da Saúde, e Miriam Belchior, do Planejamento; e, por último, o debate sobre a urgência de um novo pacto federativo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. No pacto federativo, depois de reuniões entre o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves⁵¹, o presidente do Senado, governadores e prefeitos, o Senado já aprovou o Fundo de Participação dos Estados, a mudança do indexador das dívidas – já sancionada – e a partilha mais equânime dos tributos arrecadados no comércio eletrônico, que se encontra na Câmara dos Deputados. Igualmente foram aprovados o Fundo de Participação dos Estados, restando ainda neste campo a convalidação dos incentivos fiscais e as novas regras do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Foram debates técnicos, densos, ricos e que foram consolidados em uma publicação do Senado Federal, e sem dúvi-

49. Carmem Lúcia (1954). Jurista brasileira, ministra do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Procuradora do Estado de Minas Gerais. Foi a segunda mulher nomeada ao cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal.

50. Alexandre Padilha (1971). Médico e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi ministro das Relações Institucionais no governo Lula e ministro da Saúde no governo Dilma Rousseff.

51. Henrique Eduardo Alves (1948). Advogado, empresário e político brasileiro no exercício do décimo primeiro mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Norte, presidente da Câmara dos Deputados.

da, serão muito úteis para o público em geral, estudiosos, historiadores, estudantes, dirigentes públicos, empresários e jornalistas.

Depois da lei que obriga a discriminar o preço dos impostos nos produtos, que teve a honra de apresentar e aprovar nas duas Casas e cuja aplicação foi retardada em dois anos por decisão do governo federal, o Senado começou em 2014 a avaliar o Sistema Tributário Nacional e aferir a carga tributária que recai sobre a atividade produtiva para poder rediscutir a distribuição das receitas tributárias entre a União, estados e municípios.

A avaliação também ocorre com as políticas públicas promovidas a cargo das comissões permanentes, também a partir de 2014. Este é o principal papel do Congresso Nacional.

Igualmente adotamos um novo critério para análise de vetos que é a última etapa do processo legislativo. Eles deixaram de ser um entulho legislativo que se amontoava com matérias inservíveis dentro do Congresso Nacional. Os vetos publicados a partir de 1º de julho de 2013 têm 30 dias para serem analisados, do contrário a pauta do Congresso ficará trancada. Com a medida evitaram-se novos acúmulos de vetos. No exato momento da mudança dos critérios para análise de vetos, havia um estoque de 3 mil vetos aguardando deliberação, sendo que 1.478 foram declarados prejudicados por perda de objeto, já que se referiam a questões superadas pelo tempo.

O primeiro veto derrubado foi o que incidia sobre os *royalties* do petróleo que envolvia uma enorme pressão da ampla maioria dos governadores em detrimento do Rio de Janeiro. A apreciação deste veto trouxe ainda uma mácula indesejada para o Congresso Nacional, infelizmente. Houve uma fraude comprovada na votação. O deputado Jorge de Oliveira, conhecido como *Zoinho* (PR-RJ), teve o nome assinado na lista de presença, estava ausente do plenário e viajando para o Rio de Janeiro, estado que dividiria receitas nas redistribuições dos *royalties*.

Fiz um apelo pessoal ao Ministério Público, à Polícia Federal e à própria Polícia Legislativa para que aprofundassem investi-

gações e analisassem todas as hipóteses envolvendo o caso. Em qualquer inquérito ou investigação a primeira pergunta a ser respondida é sobre a quem interessa o crime. Infelizmente, a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, que denunciou a fraude, não conseguiu responder a esta crucial indagação.

Era necessário que autoridades identificassem e apontassem o autor do delito a fim de afastar a principal suspeita: a de fraude intencional com objetivo de anular a sessão. O Congresso Nacional disponibilizou tudo o que foi necessário para elucidar a fraude e identificar o autor, incluindo vídeos, fotografias e outros documentos em poder da instituição.

Validei a sessão que derrubou o veto porque o voto fraudado não interferiu no resultado da votação. A urna onde foi depositado o voto do referido deputado continha 39 votantes. Ainda que toda a urna fosse anulada seria insuficiente para alterar o resultado final.

Infelizmente, em que pese todos meus esforços e empenho para elucidar o caso, até hoje não foi apontado o nome do fraudador.

Já no Supremo Tribunal Federal, por provocação do Senado Federal, venceu a tese de que não se pode fazer o controle preventivo das leis. Também por iniciativa do Senado Federal mantivemos o tamanho das bancadas nos estados que só podem ser modificadas por lei complementar e não por atos do Tribunal Superior Eleitoral.

No primeiro caso, o STF entendeu que não cabe ao Tribunal fazer o controle prévio de constitucionalidade de projetos de lei. O caso se reportava ao PLC 14/2013 que versava sobre a criação de partidos políticos. Uma liminar do próprio STF havia suspenso a tramitação do projeto de lei a pedido do senador Rodrigo Rollemberg⁵² (PSB-DF), que classificou a proposta como “nítida situação de abuso legislativo”. O STF, como se sabe, entendeu exatamente o contrário.

52. Rodrigo Rollemberg (1960). Filiado desde 1985 ao PSB, em 2006 foi eleito deputado federal. Em 2010 elegeu-se senador e, em 2014, elegeu-se governador do Distrito Federal.

No segundo episódio, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei Complementar 78/93 e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que definia o tamanho das bancadas dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados. Restou decidido que a definição do tamanho das bancadas deve ocorrer apenas por lei complementar, ou seja, por decisão do Congresso Nacional.

Foram ações democráticas e legítimas junto à Corte Constitucional que nunca interferiram na ótima relação que mantivemos com o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa⁵³, que sempre trabalhou em favor da harmonia dos poderes. Tanto que ele solicitou a mim e ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, para não promulgarmos a emenda constitucional que criava novos tribunais regionais da Justiça Federal. O ministro invocava, além dos custos elevados, vício formal da iniciativa e ausência de planejamento. A promulgação, feita pelo vice-presidente do Congresso Nacional, só ocorreu durante uma viagem de trabalho que fiz ao exterior.

O relacionamento com o presidente do STF foi sempre muito produtivo e respeitoso, ao ponto do ministro Joaquim Barbosa anunciar sua aposentadoria durante uma visita de cortesia que fez à Presidência do Senado.

Revisão histórica

AO MESMO TEMPO, também com o propósito de afirmar o Poder Legislativo, fizemos revisões históricas – das quais tenho orgulho – e restituímos mandatos retirados ilegalmente do senador

53. Joaquim Barbosa – jurista brasileiro (1954). Advogado, procurador da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, do qual foi presidente de 2012 a 2014. É professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Luís Carlos Prestes⁵⁴ e do presidente João Goulart⁵⁵. A pedido do filho do presidente João Goulart solicitamos informações ao Senado norte-americano que foram respondidas e trazidas ao Congresso Nacional pelo vice-presidente norte-americano e também presidente do Senado Federal, Joe Biden⁵⁶.

O presidente João Goulart, como se sabe, foi deposto quando ainda se encontrava em solo brasileiro tentando resistir ao golpe junto com o apoio do III Exército.

Na madrugada de 21 de novembro de 2013 o Congresso Nacional aprovou um memorável projeto – promulgado em 18 de dezembro do mesmo ano – que, objetivamente, reconciliou o Brasil com a verdade e apagou uma nódoa da história do país. O projeto anulou a sessão de 2 de abril de 1964, na qual foi declarado vago o cargo de presidente da República.

– O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. O Sr. Presidente da República abandonou o governo – anunciou debaixo de protestos e muito tumulto a voz imponente do então presidente do Congresso, Auro Moura Andrade,⁵⁷ voz que ecoou assombrosamente pelos Congresso Nacional durante uma eternidade.

54. Luís Carlos Prestes (1898-1990). Militar e político comunista brasileiro. Foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e senador da República; escolhido um dos 100 maiores brasileiros de todos os tempos, por concurso realizado pelo SBT e pela BBC em 2012.

55. João Goulart (1919-1976). Conhecido popularmente como “Jango”, foi o 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961, quando recebeu mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek.

56. Joe Biden (1942). É o 47º e atual vice-presidente dos Estados Unidos, eleito junto com o Presidente Barack Obama em 2008. É membro do Partido Democrata e serviu como Senador dos Estados Unidos de 3 de janeiro de 1973 até renunciar em 15 de janeiro de 2009 para assumir a vice-presidência.

57. Auro de Moura Andrade (1915-1982). Em 1947, elegeu-se deputado estadual em São Paulo pela União Democrática Nacional (UDN) e, em 1950, deputado

Mais do que justiça, a anulação daquela sessão é a exumação da própria história brasileira. Recusamos uma falsidade que perdurou por 49 anos e nos reencontramos oficialmente com a verdade. Afinal, a mentira é tão nociva quanto o silêncio sobre ela.

Anular aquela sessão, sem porém apagá-la da memória, é reconhecer que João Goulart foi deposto e, mais grave, com a participação direta do Congresso Nacional, o que é inadmissível. É afirmar que ele foi vítima de uma ilegalidade. É igualmente uma desculpa histórica que o Congresso Nacional deve ao país, aos seus cidadãos, ao presidente João Goulart e sua família.

Não se pretendeu retroagir no tempo ou manufaturar uma nova história, reescrevendo-a ao nosso gosto. Versão não se confunde com História. A versão, calcada na mentira, é efêmera e inconsistente, já a verdade é eterna e sólida, como bem definiu Francis Bacon⁵⁸: “A verdade é filha do tempo, não da autoridade.”

Não podemos revogar muitas das páginas pálidas da nossa História, mas sempre devemos reformá-las a fim de iluminar as futuras gerações do país no respeito à verdade que é um dos pilares da democracia.

A História nunca tem ponto final, especialmente se ela foi forjada na falsidade e, nesse caso, ela precisa mesmo ser reescrita. Se não podemos revogar páginas da nossa história, podemos e devemos revogar a máxima de Joseph Goebbels⁵⁹ de que “de tanto se repetir

federal. Em 1954, elegeu-se senador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Em 1961, foi presidente do Senado.

Declarou a vacância do cargo presidencial em 1964, o que significou o prenúncio do golpe de Estado contra o presidente da República, João Goulart, legítimo sucessor de Jânio Quadros.

58. Francis Bacon (1561-1626). Político, filósofo e ensaísta inglês, barão de Verulam, visconde de Saint Alban. É considerado o fundador da ciência moderna.

59. Joseph Goebbels (1897-1945). Ministro da propaganda na Alemanha Nazista, de 1933 a 1945. Um dos principais associados, e grande seguidor, de Adolf Hitler, ficou conhecido pelos seus discursos públicos e pelo seu profundo e violento antissemitismo, que o levaram a apoiar o extermínio dos judeus.

uma mentira, ela acaba se transformando em verdade”. Não se constroem homens e nações erguidos sobre mentiras.

Repor a verdade sempre que necessário. Foi o que fizemos, quando também revogamos a decisão da Mesa Diretora do Senado de 9 de janeiro de 1948 que, arbitrariamente, havia cassado o mandato de Luís Carlos Prestes e seu suplente Abel Chermont⁶⁰.

Prestes, há que ressaltar, apostava na crença de que o diálogo e a compreensão abrem caminhos para o entendimento, convicções essas essenciais para a vida parlamentar, sem as quais, inclusive, não há como exercer com êxito as atividades públicas.

Por tudo isso, foi lastimável a arbitrária resolução da Mesa do Senado Federal de 9 de janeiro de 1948, que cassou o mandato do senador Luís Carlos Prestes e de seu suplente, Abel Chermont. Somente agora em maio de 2013, após 55 anos, por iniciativa do senador Inácio Arruda, simbolicamente, resgatamos o nome de Luís Carlos Prestes.

Em março de 1946, o deputado Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁶¹, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral uma denúncia contra o PCB, alegando o caráter internacionalista da agremiação e pedindo a cassação de seu registro.

O parecer do procurador-geral foi pelo arquivamento do processo, mas o Tribunal optou por não aceitá-lo e deu prosseguimento à apuração. Isso não arrefeceu os ânimos da oposição, bem articulada politicamente e contando com a simpatia de importantes setores do próprio Estado Novo.

60. Abel Chermont (1887-1962). Advogado, jornalista, deputado e senador brasileiro. Membro do Partido Republicano Federal, participou do levante militar em 1916, que depôs o governador Enéas Martins. Fundou o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares visando combater o avanço do Integralismo em defesa da vigência das liberdades constitucionais.

61. Partido Trabalhista Brasileiro – Partido político brasileiro, tendo existido durante dois períodos: no período democrático de 1945 a 1965 e sendo recriado após a Abertura do Regime Militar.

Em maio de 1947, outro parecer da Procuradoria da República argumentou que havia irregularidades no estatuto do partido e seu caráter político era realmente internacionalista. No Plenário da Corte, decidiu-se por três votos a dois o cancelamento do registro do PCB. Os votos vencedores concluíram, pasmem, pela procedência das acusações baseados no preceito constitucional que vedava a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático. O preceito estava baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Dias depois, o Ministério da Justiça iniciava o fechamento das instalações do PCB e, em janeiro de 1948, todos os parlamentares eleitos pelo PCB perderam seus mandatos, porquanto o partido não existia mais.

Diante da iminente cassação do mandato de Prestes, o também senador José Américo de Almeida⁶² disse da tribuna que não iria comungar com aquela violência.

– Não serei eu que ajudarei a expulsar companheiros de um recinto que não é mais meu do que deles, de uma casa que só o povo pode abrir ou fechar com uma chave que é a mesma que abre e fecha as urnas eleitorais, pontuou corajosamente José Américo.

O país se redimiou de um equívoco histórico seguindo os ensinamentos do próprio Prestes, quando disse que errar é dos homens e, diante dos enganos, haverá possibilidades de corrigi-los, mesmo que, como o fizemos, tardiamente.

A devolução de mandato de senador Prestes se constituiu em uma modestíssima homenagem ao homem que foi Luís Carlos Prestes e, por extensão, à sua família que compareceu ao Senado Federal: Maria do Carmo Ribeiro, viúva de Prestes, os filhos Luís

62. José Américo de Almeida (1887-1980). Promotor público, procurador-geral do estado da Paraíba, secretário de governo, deputado federal, ministro da Viação e Obras Públicas nos dois governos de Getúlio Vargas, senador, ministro do Tribunal de Contas da União e governador da Paraíba.

Carlos Prestes Filho, Zoia Ribeiro Prestes, Mariana Ribeiro Prestes, Ermelinda Ribeiro Prestes e os netos João Luís Prestes Rabelo, Ana Maria Prestes Rabelo e Eduardo Prestes Massena. Também foram homenageados os familiares de Abel Chermont: Carlos Eduardo Chermont e Auta Paula Chermont.

Para além da merecida homenagem, essa sessão serviu ainda como reflexão aos homens públicos, uma vez que a cassação, violando o ordenamento jurídico e a própria democracia, se deu porque o Tribunal Eleitoral cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil⁶³ em 1947.

Ainda que de maneira simbólica e tardia, os mandatos populares foram restituídos aos legítimos e únicos detentores. Valeu a pena mesmo depois de décadas de um silêncio institucional incompreensível.

Estas foram, entre outras, algumas das decisões que fortaleceram a instituição no momento em que comemorávamos os 25 da Constituição Federal e 190 anos do Congresso Nacional.

Maior clareza

MUITAS INICIATIVAS foram rumorosas e ocuparam generosas páginas do noticiário e, outras, nem tanto. O episódio envolvendo o uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira foi fartamente noticiado dado que ocorrera quando o Congresso suspendeu suas atividades rotineiras, gerando o que é conhecido em Brasília como “flor do recesso”. Os ares de denúncia ocultavam a prerrogativa – ou a ausência dela – do presidente do Poder Legislativo e do Judiciário em requisitar e utilizar aeronaves oficiais como o faz o presidente da República inclusive por ocasião das férias.

63. Partido Comunista do Brasil – Partido brasileiro de esquerda, baseado ideologicamente nos princípios do marxismo-leninismo com forte penetração nos meios sindicais e estudantis. Fundado em 25 de março de 1922, teve sua refundação em 18 de fevereiro de 1962.

Em nome da transparência, mesmo enfrentando suas contradições rotineiras, respondendo e pagando pelo passado, advoguei que os outros poderes também ampliassem sua visibilidade. O fiz, concretamente no episódio envolvendo o uso de aeronaves por autoridades brasileiras.

Ainda que respaldado pelo decreto 4.244/2002, que normatiza o uso de aeronaves, recolhi, preventivamente, aos cofres públicos os valores relativos ao custo das viagens. Diante de interpretações jurídicas conflitantes quanto ao uso de aviões por chefe de poder, não hesitei em arcar com os custos das mesmas nas duas ocasiões em que foram suscitadas dúvidas. Nos momentos em que houve questionamentos públicos, providenciei o imediato pagamento das referidas viagens de acordo com o cálculo feito pela FAB (Força Aérea Brasileira).

Não estava mais em discussão a legalidade da prerrogativa, mas sua aceitabilidade. Prerrogativas não são eternas e podem ser revistas, a qualquer instante, por diplomas legais ou revogadas pela sociedade. Por isso, buscando a completa luminosidade, avançamos ainda mais para demonstrar que não tínhamos nada a esconder.

Em uma reunião da Mesa Diretora, conforme compromisso público, fiz questão de aprovar o requerimento do líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira⁶⁴ (SP), assumindo em pessoa a responsabilidade de aprovar o requerimento. Nele eram requisitadas informações pormenorizadas de todos os voos da FAB desde 2010, como o número total de viagens, nome das autoridades requisitantes, itinerários, horários e nomes dos passageiros. Minha disposição, anunciada publicamente e concretizada, era de divulgar todas as informações no Portal da Transparência do Senado Federal.

64. Aloysio Nunes Ferreira (1945). Senador, deputado federal e ministro do governo Fernando Henrique Cardoso na Secretaria-Geral da Presidência e no Ministério da Justiça. Eleito senador, é o líder do PSDB no Senado Federal.

– Senador Aloysio, faço questão de aprovar este requerimento porque as informações trarão clareza sobre os critérios e eventuais abusos na requisição de aeronaves à disposição das autoridades brasileiras. Assim que as informações chegarem ao Senado vou torná-las públicas, disse naquela ocasião.

Viu-se posteriormente que, ao contrário do que se propalava, os presidentes do Congresso Nacional eram os mais comedidos na utilização das aeronaves, bem abaixo de vários ministros de estado cujas requisições de voos superavam 100 vezes por semestre. Outra consequência instantânea e inevitável da aprovação do requerimento foi a decisão do Ministério da Defesa de, a partir daquele momento, tornar públicas as requisições de aeronaves a contar do dia 12 de julho de 2013. Foi, sem dúvida, uma iniciativa elogiável que aconteceu porque teve o dínamo do Congresso Nacional.

Teto salarial

NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, recordo-me, particularmente, da controvérsia a partir da decisão da Mesa Diretora de aplicar, imediatamente, o teto salarial dos servidores do Senado Federal, que é determinado pela Constituição. As dificuldades foram extremas, resistências explícitas e sub-reptícias, além de muita cara feia que dominava o tema.

Após o Senado Federal provocar, o Tribunal de Contas da União⁶⁵ – através de um acórdão – determinou o corte dos valores recebidos acima da remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O ministro Marco Aurélio⁶⁶, do STF, determinou em limi-

65. Tribunal de Contas da União – Instituição brasileira prevista na Constituição Federal para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta.

66. Marco Aurélio de Mello (1946). Magistrado que atuou na Justiça do Trabalho como procurador do Trabalho, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, corregedor-geral da Justiça do Trabalho e ministro do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal. Foi Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

nar que se fizesse o contraditório, ouvindo individualmente todos os interessados. Cumprida a delonga de ouvir individualmente cada um, conversei com o ministro aventando a possibilidade de aplicar o teto imediatamente, ao que ele me respondeu:

– Se você já cumpriu a liminar, faça o que a lei manda, aplique a lei, aconselhou o ministro, cujo vasto conhecimento e coragem são unanimidade no mundo jurídico.

– Farei exatamente isso, ministro, muito obrigado por sua atenção, respondi ao ministro Marco Aurélio.

Diante da anuência do Supremo Tribunal Federal, determinei ao diretor-geral aplicar o teto na folha de pagamento. Era dia 17 e a folha só seria paga três dias depois, no dia 20. O diretor afirmou que a folha estava rodada e já tinha sido encaminhada ao banco com valores que estavam acima do teto constitucional. Em razão do ocorrido, não me sobrou outra alternativa senão substituir o diretor-geral. Não o fiz, óbvio, com satisfação por se tratar de um profissional que sempre teve minha consideração.

A propósito do tema salarial, convém recordar que, por respeito ao trabalho do servidor público, fui o único presidente do Congresso – e me permitam lembrar, mesmo que alguns não gostem – a derrubar um veto integral do presidente Luís Inácio Lula da Silva⁶⁷, em 2006, que recaiu exatamente sobre o aumento da remuneração dos servidores do Congresso e do Tribunal de Contas da União, fato que estremeceu por muito tempo as relações entre o Legislativo e o Executivo. Porém, tratava-se de uma causa meritória dos servidores tendo em vista a recomposição salarial que vinha perdendo pontos para a inflação acumulada.

Assim como o corte do supersalários, os mais cépticos duvidaram que a Mesa Diretora levaria a cabo a prometida centraliza-

67. Luís Inácio da Silva (1945). Ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro. Foi o trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 1^o de janeiro de 2003 a 1^o de janeiro de 2011, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

ção administrativa, deslocando toda a administração da Casa, outrora dispersa, para um único espaço permitindo mais interatividade, mais concentração e, portanto, mais racionalidade e agilidade na tomada de decisão. Mais de 750 servidores que estavam espalhados em diferentes espaços físicos foram concentrados em uma única aérea (incluindo 2.940 metros quadrados do já sepultado hospital do Senado), permitindo a liberação de 2.480 metros do Anexo I do Senado Federal onde devem funcionar, também de maneira mais integrada, os gabinetes dos senadores, onde está a atividade fim.

O ano de 2014 teve contornos dramáticos em seu encerramento. A Comissão Mista de Orçamento aprovou na undécima hora o texto final do projeto de lei que autorizou o Executivo a economizar menos para pagar os juros da dívida pública, o chamado superávit primário. As sessões foram tensas e envolveram rugas entre os parlamentares.

O projeto permitia ao governo abater da meta fiscal os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶⁸ e as desonerações tributárias concedidas ao longo do ano. Na prática, o governo poderia fechar o ano até com déficit nas contas públicas. A oposição, natural, acusou o governo de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal⁶⁹ ao mudar a meta fiscal, fixada inicialmente em R\$ 116,07 bilhões, para conseguir fechar as contas em 2014.

Um registro histórico

VÁRIAS DESTAS INICIATIVAS, hoje realidades irretorquíveis, foram objeto de tentativas de desqualificação e até utilizadas com o fito de intrigar os integrantes da Mesa Diretora com as gestões an-

68. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Lançado em 28 de janeiro de 2007, como um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

69. Lei de Responsabilidade Fiscal – lei brasileira que tenta impor o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos des-
ses entes políticos.

teriores, como, por exemplo, a do presidente José Sarney. Com seu temperamento cordato, pacificador e eterno reformista, o senador José Sarney, que tanto fez pelo Brasil na transição democrática, na liberdade de expressão, só me trouxe palavras de estímulo e de apoio quanto à necessidade e oportunidade da reforma de nossos métodos e hábitos. O presidente José Sarney é e sempre será um reformista irrequieto.

A propósito do presidente José Sarney, é conveniente registrar, carrego comigo o privilégio de ser seu amigo e contemporâneo. Trata-se de um líder nato, trabalhador incansável, competente, correto e com um senso público raro. É um formulador engajado permanentemente na defesa da democracia e de seu aperfeiçoamento. Sua tolerância e capacidade de compreensão o levaram a consolidar a democracia brasileira. Muitas das ações de transparência foram iniciadas em sua gestão e, resalte-se, ele as implantou com muito estilo e elegância. Devemos e deveremos sempre esta reverência histórica ao papel do presidente Sarney. Um presidente que teve desprendimento, visão política e envergadura ao trazer o Brasil, com mãos firmes, da escuridão para luminosidade democrática.

Logo após o anúncio das metas de redução de custos e do lançamento das primeiras medidas, alguns poucos setores da mídia tentaram desqualificar o projeto e, por diversas oportunidades, duvidou-se da implementação dos cortes. Quando estes setores, mais refratários, se convenceram de que a mudança era para valer, orquestrou-se outra leviandade: a de que a Mesa Diretora tinha exagerado na dose e poderia estar ameaçando jogar a instituição em um colapso administrativo. No final, nem uma coisa, nem outra.

Os cortes aconteceram e, como foram resultado de um planejamento cirúrgico, não afetaram as rotinas do Senado Federal. O planejamento também atirou no vazio vários boatos, alguns delirantes, de que a biblioteca seria fechada, que haveria demissão em massa dos terceirizados e até um calote no pagamento da chamada pecúnia, que é nada mais do que a conversão em dinheiro de licença-prêmio não gozada pelo servidor público.

A ampliação do voto aberto e vetos

ALGUNS AVANÇOS LEGISLATIVOS também enfrentaram duras resistências dentro do Congresso Nacional. Um deles, há muito tempo tramitando no Legislativo – também demanda da sociedade – ampliou as modalidades do voto aberto, ampliou a possibilidade e participação popular.

A sociedade considerava inadiável abolir o voto secreto para muitas situações no Parlamento. Se era isso que a sociedade desejava, não poderíamos ser contrários. O placar da votação espelha bem esta realidade. O Senado Federal aprovou a proposta, em segundo turno, por 58 votos a 4, o texto da proposta de emenda da Constituição que acabou com o voto secreto nas sessões de cassação de mandato parlamentar e de análise de vetos presidenciais.

O conceito de transparência como elemento inafastável do controle público deve ser adotado em todos os níveis. No Senado, é bom que se registre, aprofundamos a transparência tanto na área legislativa, com abertura total dos votos, quanto na esfera administrativa.

A opacidade, seja ela nas decisões administrativas seja nas votações, embaça a compreensão da sociedade. Por isso é natural que caminhemos celeremente para a clareza absoluta.

No Brasil a Constituição estabelece como regra geral o voto aberto e, apenas em situações excepcionais, existe a salvaguarda do voto secreto para preservar a independência do mandato e a autonomia dos poderes. O voto secreto é adotado em vários países democráticos e, no Brasil, vem desde a Constituição de 1934⁷⁰. Apenas

70. Constituição de 1934 – promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, foi redigida “para organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico”, segundo o próprio preâmbulo. Ela foi a que menos durou em toda a História Brasileira: apenas três anos.

a Constituição de 1967⁷¹ – a mais autoritária de todas havidas no século XX – aboliu todos os tipos de voto secreto.

Não é recomendável, por exemplo, abolir o voto secreto em escolha de autoridades, como o chefe do Ministério Público, magistrados e presidentes do Banco Central. Consensual e de bom senso foi acabar com o voto secreto em perdas de mandato e apreciação de vetos.

O voto secreto foi uma decisão política do constituinte de 1988 e esteve presente em todas as constituições democráticas do país. A intenção foi garantir que o parlamentar votasse segundo a sua consciência, a salvo das pressões políticas, financeiras ou de governos. Ele está intrinsecamente associado às liberdades de garantias individuais e à democracia.

Ele visa proteger a livre manifestação dos parlamentares, a exemplo do que se pratica em democracias consolidadas, como os Estados Unidos da América, a França, Inglaterra e Suécia. Em contrapartida, o voto aberto encontrou ambiente na Alemanha nazista e na ditadura militar brasileira.

O sigilo do voto, através da História, tem garantido muitas vitórias populares contra regimes totalitários. O voto secreto é um dos pilares da democracia estável. Esta inviolabilidade do eleitor e dos representantes está diretamente ligada a sua liberdade e atuação independente.

Antes de 1934, o voto era aberto. Nas eleições, o cidadão estava sempre acompanhado de incômodas testemunhas: o capanga e o voto de cabresto que sustentou a velha república e suas mazelas.

71. Constituição de 1967 – Foi outorgada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março de 1967. Foi elaborada pelo Congresso Nacional, a que o Ato Institucional nº 4 atribuiu função de poder constituinte originário (“ilimitado e soberano”). O Congresso Nacional, transformado em Assembleia Nacional Constituinte e já com os membros da oposição afastados, elaborou, sob pressão dos militares, uma Carta Constitucional semi-outorgada que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar consequente do Golpe de 1964.

Instituições e seres humanos precisam aprender e reaprender todos os dias, já que ninguém sabe tudo, de que somos humanos e, portanto, falíveis. Não acertamos em tudo e reconhecer os próprios erros será sempre um aprendizado para não os repetirmos, visto que erros reiterados se transformam em vício. O erro também permite reabilitações e, melhor do que a reabilitação em si, é merecê-la. Deus, quando abre a janela do arrependimento, o faz para que todos aprendam a pedir perdão às pessoas a quem, involuntariamente, tenham magoado. Mas o medo de errar não pode ser o de inovar.

Este medo, cabe-me ressaltar, também não assombrou os demais membros da Mesa Diretora que enfrentaram altivos o desafio de modernizar o Senado e, por este motivo, desde logo agradeço o trabalho, a solidariedade, a compreensão e, às vezes, a paciência, do 1º vice-presidente, Jorge Viana; do 2º vice-presidente, Romero Jucá, do 1º secretário, Flexa Ribeiro, da 2ª secretária, Angela Portela, do 3º secretário, Ciro Nogueira, do 4º secretário, João Vicente Claudino, e dos suplentes da Mesa Diretora, Magno Malta, Jayme Campos, João Durval e Casildo Maldaner. Agradecimento que estendo a todos os servidores em nome dos diretores da Casa, Cláudia Lyra, Luiz Fernando Bandeira.

Gostaria de agradecer, nominalmente, a todos os senadores sem o apoio dos quais não haveria tantos avanços: Acir Gurgacz, Aécio Neves, Alfredo Nascimento, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Amélia, Ana Rita, Angela Portela, Anibal Diniz, Antônio Aureliano, Antônio Carlos Rodrigues, Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro Neto, Ataídes Oliveira, Benedito de Lira, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Douglas Cintra, Eduardo Amorim, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Eunício Oliveira, Fernando Collor, Fleury, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves, Gim, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Ivonete Dantas, Jader Barbalho, Jarbas Vasconcelos, Jayme Campos, João Alberto Souza, João Capiberibe, João

Durval, João Ribeiro, João Vicente Claudino, Jorge Viana, José Agripino, José Pimentel, José Sarney, Kaká Andrade, Kátia Abreu, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Magno Malta, Marcelo Crivella, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Marta Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Odacir Soares, Paulo Bauer, Paulo Davim, Paulo Paim, Pedro Simon, Pedro Tiques, Randolfê Rodrigues, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Sérgio Petecão, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Wilder Moraes, Wilson Matos e Zezé Perrella.

Futuro e história com o PMDB

NÃO PODERIA FINALIZAR esta introdução sem consignar que as mudanças só foram realizadas porque recebi a confiança do meu partido, o PMDB⁷², para conduzir estas transformações. A trajetória do partido se mistura com a história e com o futuro do Brasil.

Somos uma legenda que pertence ao dia a dia da sociedade brasileira, às suas instituições e à cultura política do país. Todo mundo que transita pela vida pública tem, em seu DNA, um pouco de PMDB.

Afinal foi o saudoso MDB que comandou nas ruas o processo de redemocratização e conquistou a volta das liberdades e dos direitos individuais e coletivos. O partido manteve por muito tempo o traço de frente partidária. Por isso albergou comunistas, trotskistas, maoístas e outras matizes ideológicas que, depois da redemocratização, fundaram seus próprios partidos.

72. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – O maior partido político brasileiro. Fundado em 1980, possui uma orientação política desenvolvimentista. É sucessor do Movimento Democrático Brasileiro, legenda de oposição ao Regime Militar de 1964.

Foi o PMDB que lançou um anticandidato à Presidência nos anos de chumbo, figura simbólica e fundamental para o Brasil, foi o PMDB que conquistou a anistia, acabou com o bipartidarismo, com o processo espúrio do colégio eleitoral e puxou o coro vitorioso das diretas-já. Foi o PMDB que capitaneou as últimas revoluções do país, muitas delas silenciosas.

A maior foi, inequivocamente, a Assembleia Nacional Constituinte⁷³, conquistada junto com a sociedade pelo PMDB, convocada pelo nosso presidente José Sarney e competentemente comandada pelo inesquecível e saudoso Ulysses Guimarães⁷⁴. A Constituição Cidadã transformou o Brasil. Devolveu as prerrogativas e poderes de um Congresso garroteado pela ditadura, deu autonomia ao Judiciário e ao Ministério Público até então decorativo.

Restabelecemos as eleições livres e diretas e os direitos sociais e coletivos foram resgatados. A constituição de 1988, mesmo com suas imperfeições compreensíveis, enterrou a ditadura, o atraso, e devolveu o Brasil para sua vocação de futuro, caminho que continuamos a trilhar. Eu mesmo, nas três vezes em que presidi o Congresso Nacional, promulguei 23 Emendas Constitucionais (46 a 55 e 72 a 84), sendo que em 2014 tivemos o maior número de Emendas Constitucionais promulgadas da história da República.

De 1988 para cá, o PMDB vem conquistando a confiança dos brasileiros e, entre as grandes legendas, é um dos poucos parti-

73. Assembleia Nacional Constituinte – Instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. Os trabalhos da Constituinte foram encerrados em 2 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira.

74. Ulysses Guimarães (1916-1992). Deputado estadual, por São Paulo, à Constituinte de 1947 e ministro da Indústria e Comércio no gabinete Tancredo Neves, durante a curta experiência parlamentarista brasileira. Exerceu a Presidência da Câmara dos Deputados em três períodos (1956-1957, 1985-1986 e 1987-1988) e presidiu a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988.

dos que crescem a cada pleito. Temos o maior número de filiados, o maior número de prefeitos, vereadores, deputados estaduais, a maior bancada do Senado Federal, a segunda bancada da Câmara dos Deputados e, em 2014, elegemos 7 governadores.

Em quantidade de votos absolutos, inclusive nos grandes centros, o desempenho do PMDB também tem surpreendido até seus maiores críticos. Tradução numérica de que o nosso partido está sintonizado com a sociedade ao definir e acertar os rumos da legenda nos últimos anos.

A última eleição presidencial, a de 2014, foi histórica para o Brasil e, particularmente, para o PMDB. Depois de anos de autofagia, divisões internas, o apoio firme, desassombrado e majoritário a um programa de governo que está dando certo apagou as ambiguidades do passado. Estamos vivendo a plenitude de nossa unidade, que nunca ambicionou – e nem poderia desejar – ser unanimidade.

A formalização de uma nova aliança com a Presidente Dilma Rousseff, com a indicação do presidente Michel Temer,⁷⁵ foi um gesto de coerência de quem ajudou a implementar e a aprovar as políticas hoje vitoriosas. O vice-presidente Michel Temer é aglutinador, jurista respeitado, experiente, e por estas virtudes conseguiu a proeza de agregar o partido que tem dado grandes contribuições ao Brasil.

A trajetória do PMDB está atrelada à responsabilidade. Ao longo dos últimos anos nosso partido tem sido o pilar da governabilidade. Pena que este seja um conceito só valorizado em crises. Em tempos democráticos e estáveis, a governabilidade é até tratada pejorativamente.

O PMDB, frustrando profecias que a toda eleição insistiam em nos empurrar para papéis secundários, vem recebendo mais votos a cada eleição que disputa e vem conquistando, apesar dos pesares, mais

75. Michel Temer (1940). Advogado, doutor em Direito e político brasileiro, presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), vice-presidente do Brasil no governo da presidente Dilma Rousseff por dois mandatos. Foi presidente da Câmara dos Deputados por três vezes.

cadeiras a cada pleito, inclusive com a reinserção do partido em grandes centros urbanos. Estamos experimentando crescimento permanente no número de deputados, senadores, governadores, prefeitos, vereadores, no número absoluto e total de votos. É uma legenda que, a despeito de oráculos trincados, mantém a credibilidade da população que, inclusive, vem reinserindo o partido em grandes centros dos quais estava afastado. Dados esses que mostram a coerência e acertos do partido.

O eterno interesse em torno do PMDB é natural, dada sua credibilidade, aceitação e capilaridade. Temos muito zelo por este patrimônio e tenho certeza de que, graças ao esforço que vem sendo desenvolvido, continuaremos a ampliar este número a cada eleição.

Em respeito aos votos confiados ao partido, o PMDB segue honrando seus compromissos históricos com o Brasil. Depois da reconquista dos direitos mais elementares, a democracia precisa ser completada com justiça e inclusão social. As novas transformações vieram e continuam acontecendo no campo socioeconômico.

Como disse, temos o período mais longo de democracia plena da República. Boa parte deve-se ao PMDB e ao Congresso Nacional, como um todo, que vem aperfeiçoando legislações, regulamentando-as, alterando práticas, mudando a Constituição onde ela apresenta fadiga e avançando na relação institucional com os outros poderes.

Olhar para trás nos dá a sensação de dever cumprido, mas ainda há muito a ser feito. Democracia não é só o direito de ir e vir, o direito de votar. É também mobilidade econômica, igualdade de oportunidades para todos e justiça social. Sem isso, nenhuma democracia estará completa, nenhum democrata estará satisfeito. Construimos a democracia, construimos a cidadania e vamos ajudar, cada vez mais, a criar um país melhor para todos.

O Brasil, queiram ou não, está avançando e exige que suas instituições se modernizem e se abram cada vez mais. Por este motivo estamos mudando as leis e também o Legislativo. Essas mudanças estão apenas começando. Elas, até aqui, foram grandes e peque-

nas. Preocupei-me com ambas, com a mesma atenção. Desde cedo, aprendi que precisamos priorizar a resolução dos pequenos conflitos que têm potencial para se converterem em graves obstáculos. Afinal, todo grande incêndio é deflagrado por uma centelha.

Novamente sigo o exemplo desta prestação de contas e amparo-me – também no estilo, em primeira pessoa, embora me incomode bastante – no conterrâneo, Graciliano Ramos, que foi prefeito da cidade de Palmeira dos Índios entre 1928 e 1930. Quando falo em Graciliano, obrigo-me a uma concisão e impaciência com a imperfeição que me é muito difícil. Naquele cargo, Graciliano Ramos produziu, com inventividade rara, seus célebres relatórios administrativos que detalhavam ao governador de Alagoas, Álvaro Paes⁷⁶, em minúcias, tudo que era feito com o dinheiro público em sua cidade. Na conclusão do primeiro relatório, e a ele, mais uma vez, me somo, o autor de *Vidas Secas*⁷⁷ sintetiza sua enorme vontade de acertar: “Procurei sempre os caminhos mais curtos. Nas estradas que se abriram só há curvas onde as retas foram inteiramente impossíveis.”

Brasília, 30 de novembro de 2014.

76. Álvaro Paes – Governador de Alagoas, de 12 de junho de 1928 a 10 de outubro de 1930. Político e jornalista, foi o último governador no primeiro período republicano do Brasil. Sua administração aconteceu às portas da revolução de 1930, e por isso foi contrastada por uma época de violência, e de perseguições a jornalistas.

77. *Vidas Secas* – Quarto romance do romancista e memorialista Graciliano Ramos, escrito entre 1937 e 1938, publicado originalmente em 1938 pela Editora José Olympio. A obra é inspirada em muitas histórias sobre a vida de retirantes.

.....

Balanço Administrativo

ENTRE AS PRIMEIRAS AÇÕES da nova direção está a eliminação do indefensável décimo quarto e décimo quinto salários que eram pagos aos parlamentares. Economia de R\$ 4,3 milhões todos os anos.

Nos gabinetes parlamentares, nas lideranças, na Mesa Diretora e na administração da Casa foram extintas 672 funções comissionadas, o que corresponde a 34,74% do total das funções disponíveis anteriormente. Só o corte das funções comissionadas, que desencadeou reações coléricas, gerou uma economia de R\$ 10,4 milhões em 2013 e R\$ 11,1 milhões em 2014.

Na esfera dos gastos pessoais foi implementada a jornada corrida de sete horas. A alteração resultou em maior disponibilidade de servidores e maior eficiência na prestação de serviços. Cinquenta mil horas foram adicionadas à jornada anual, evitando novas contratações. A ampliação da jornada de trabalho acarretou uma economia de R\$ 160 milhões no biênio.

Após decisão do Tribunal de Contas da União – provocada pelo Senado Federal – em outubro de 2013, houve a aplicação ime-

diata do teto salarial constitucional, que atingiu os servidores que recebiam remunerações acima do permitido pela Constituição federal.

A aplicação do teto constitucional atingiu cerca de 500 servidores por mês, gerando uma economia de R\$ 3,9 milhões em 2013 e R\$ 8,1 milhões em 2014.

Visando eliminar redundância, extinguiram-se vários cargos, diretorias, secretarias e houve fusão de diversas estruturas administrativas, como Interlegis, Unilegis e ILB.

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Programa Interlegis tiveram suas raízes lançadas no mesmo ano, 1997. Caminharam até 2013 separados, mas com um objetivo comum: colaborar, cada um a seu modo, pelo fortalecimento do Legislativo. Enquanto o ILB conduziu sua ação em âmbito interno, como órgão de educação direcionado aos servidores, o Programa Interlegis se pautou em integrar e modernizar o Legislativo em suas três esferas (federal, estadual e municipal).

A fusão se deu em março de 2013, tendo o ILB permanecido como órgão supervisionado do Senado. Como consequência da reforma administrativa implementada nessa ocasião, a Secretaria Especial do Interlegis (Sinter) foi extinta e o Programa Interlegis passou a ser executado pelo ILB.

O novo ILB, com essa reestruturação, passou a ter como competência, entre outras, “gerir e executar a Política de Capacitação do Senado Federal e o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo Brasileiro (Interlegis); conceber, formular, executar e avaliar as ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, considerando a diversidade de conhecimentos técnicos institucionalmente requeridos e incluindo as dimensões estratégica, tática e operacional no que tange aos conhecimentos gerenciais”.

Além disso, o ILB também passou a acumular as competências da Unilegis – Universidade do Legislativo Brasileiro –, que oferecia educação superior, em nível de pós-graduação, aos servidores do Senado. Tal oportunidade foi viabilizada por meio de convênios com instituições federais de ensino. Contudo, com o

credenciamento, fornecido pelo Ministério da Educação, aos cursos de pós-graduação lançados pelo ILB, o caminho natural foi este Instituto absorver a missão antes desempenhada pela Unilegis. Para isso, o ILB possui a Coordenação de Educação Superior.

ILB: 500 mil alunos

A CRIAÇÃO DO ILB traduziu um ideal modernizador, um centro de altos estudos dedicado a qualificar servidores – público que depois foi muito ampliado – para o exercício pleno de suas funções, com medidas no campo da educação, cultura e cidadania. Disponibilizou, em seguida, as suas atividades à rede de parceiros institucionais. São mais de cem convênios formalizados com instituições de ensino e formação nacionais e internacionais, casas legislativas municipais, estaduais e estrangeiras e diversos órgãos públicos.

O ILB promoveu centenas de cursos presenciais e à distância, além de vídeos educativos e inúmeras outras atividades, que são disponibilizadas por vários meios. Entre elas, destacam-se simpósios e seminários, alguns com a participação de representantes dos três Poderes e outros de nível internacional.

Os números são superlativos: o ILB tem alunos de todas as unidades da Federação e está presente em mais de 2 mil municípios, sendo que os alunos acessam os cursos a partir de mais de 80 países.

Em 2013, o ILB passou a oferecer cursos de pós-graduação, certificados pelo Ministério da Educação. São, portanto, três modalidades de cursos: a distância, presenciais e de nível superior. Foram 22 cursos a distância, sem tutoria, e dois minicursos. Os cursos presenciais e de nível superior estão disponíveis apenas para servidores do Senado e de órgãos conveniados. Em 2014, a Coordenação de Ensino à Distância atingiu a meta de 160 mil inscrições.

Limite do fracionamento dos 12 cargos em comissão nos gabinetes parlamentares a, no máximo, 55 cargos. Anteriormente o fracionamento poderia atingir 79 cargos, gerando custos trabalhistas ao Senado Federal.

A chefia de gabinete, outrora reservada, corporativamente, a servidores da carreira, pode ser exercida por servidor comissionado, bloqueando a chefia de gabinete destinada a servidor efetivo. Considerando-se somente os gabinetes de senadores, a Mesa Diretora e lideranças, a economia anual é de R\$ 5,5 milhões.

Proibição de nomeações nas áreas de Polícia Legislativa (117 cargos bloqueados), de Saúde e Assistência Social (42 cargos bloqueados, sendo 28 de analistas e 14 de técnicos de saúde e assistência social).

Em cada um dos gabinetes parlamentares, de lideranças e de membros da Mesa, foi extinta uma função comissionada, totalizando 103 funções.

Rodízio, sem recondução, para os cargos de diretor da Secretaria de Administração de Contratos e diretor da Secretaria de Controle Interno, com prazo máximo de 2 anos. São cargos responsáveis por decisões importantes e a alternância, que sempre defendi, evita vícios e amplia a transparência.

Revisão, cancelamento e redução dos valores de contratos com terceirização de mão de obra. Contratos desnecessários que ao longo dos anos, por pedidos e pressões, foram acumulando mão de obra ociosa.

Redução de 512 pessoas no apoio administrativo.

Redução de 61 pessoas no arquivo.

Redução de 20% nos contratos de vigilância.

Redução de 25% nos contratos de jardinagem.

Redução de 10% dos postos da Central de Atendimento do Prodasen.

Redução de 10% no contrato de mão de obra da Gráfica⁷⁸.

Redução de 15% no maior contrato da Casa feito para atender mão de obra com os veículos de comunicação do Senado Federal.

Sete contratos sofreram redução de valores e dois foram completamente extintos. No total ocorreu a redução de 25% dos contratos de terceirização da Casa.

Revisão de 117 aposentadorias por invalidez, com a determinação de retorno imediato ao trabalho de 15 servidores, a partir de denúncia de irregularidades flagradas pelo programa “Fantástico”, da Rede Globo.

Implantação do programa Jovem Aprendiz⁷⁹, que tem por objetivo proporcionar aos jovens aprendizes formação técnico-profissional e aquisição de hábitos, experiências e atitudes que estimulem e favoreçam sua inserção, reinserção e manutenção no sistema educacional e auxiliem na capacitação para ingresso no mercado de trabalho, prevendo a contratação de jovens entre 14 e 18 anos.

Convocação de 168 concursados, aprovados no concurso de 2011, para diversos cargos e especialidades, repondo, em parte naquilo que era importante, as 435 aposentadorias ocorridas no período.

Assumimos a Direção do Senado em fevereiro de 2013 com 3.310 servidores. Ao final de 2014 eram 3060, já que neste período muitos servidores se aposentaram.

78. Gráfica do Senado – Em quase meio século de existência, a Gráfica do Senado tornou-se a mais diversificada do setor público e uma das mais modernas do país. Concentrou os investimentos mais recentes em tecnologia digital e equipamentos que dispensam insumos químicos. Se destaca por manter um serviço de tipografia funcionando e oferecer impressões em braile.

79. Jovem Aprendiz – Programa do Senado Federal que beneficia adolescentes em idade escolar. A iniciativa colabora com jovens em fase de desenvolvimento e formação.

Redução da tiragem das obras do Conselho Editorial⁸⁰, proporcionando uma economia de R\$ 74.530,00; e na redução de tiragem, com a redução do formato, geramos outra economia no valor de R\$ 300.730,00.

Os contratos emergenciais foram proibidos e os gastos com material de consumo, como combustíveis, material de expediente entre outros, foram reduzidos à metade do que vinha sendo gasto, conforme pode ser visto no capítulo “Tabelas e Gráficos” deste livro.

Eliminação de privilégios quando os profissionais do Serviço Médico (médicos, odontólogos, técnicos de radiologia, técnicos de enfermagem e enfermeiros) – do chamado hospital do Senado – passaram a atender a toda a população no SUS, e o mesmo ocorreu com os equipamentos hospitalares. Foram doados 300 equipamentos ao SUS – alguns sem uso algum e outros ainda encaixotados –, 6 mil medicamentos e 34 mil materiais perecíveis, como agulhas, gazes e seringas. Economizamos anualmente R\$ 6 milhões.

O Senado Federal oferece a seus servidores, mediante contrapartida, um plano de saúde compatível com o mercado privado de assistência médica e que, agora, inclui serviços odontológicos. Simultaneamente oferecia uma estrutura paralela de consultas e exames custeada pela União. Todos os anos o Senado, em sua contribuição patronal, aportava R\$ 110 milhões.

Como compensação dos servidores de saúde cedidos ao SUS/GDF, o Senado Federal recebeu profissionais na área de gestão de políticas públicas e manutenção predial, setores onde a instituição apresentava carências.

Em 2013, houve a migração dos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde (15 mil pessoas) para o plano Saúde Caixa, em

80. Conselho Editorial - Criado pela Mesa Diretora em 31/01/1997, o Conselho Editorial do Senado Federal tem por missão editar obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do país.

substituição ao plano anterior, com consideráveis ganhos financeiros e ampliação da rede credenciada. Aderindo a um plano de saúde com mais de 320 mil associados, as negociações do custo e da área de cobertura com a rede credenciada são mais vantajosas em virtude do volume de beneficiários.

Manutenção do atendimento de emergência, inclusive no posto próximo ao Plenário, das perícias sobre ressarcimentos feitos no SIS e para realizar atividades de junta médica e medicina do trabalho, nos termos da legislação.

Instituição da assistência odontológica para beneficiários do Sistema Integrado de Saúde.

Extensão do plano Saúde Caixa aos senadores e ex-senadores, permitindo que eles possam utilizar a rede credenciada, simplificando, reduzindo custos e tempo para serviços médicos e odontológicos de menor complexidade. A medida simplifica, agiliza e barateia o serviço.

Fixação de tabela de honorários estabelecendo tetos para atendimento fora de Brasília, notadamente em São Paulo, onde os preços, invariavelmente, são majorados quando se trata do Senado Federal.

Incremento da perícia médica para possibilitar maior controle das despesas.

Encerramento do uso de recursos do Banco Mundial por meio de empréstimos para aplicação em consultorias e equipamento para câmaras municipais e assembleias estaduais. Cancelamento do programa de distribuição de *kits* de informática para as câmaras municipais, por não ser tarefa do Senado Federal. Economia de R\$ 7 milhões, a despeito de mensagens, protestos e pressão de vereadores de todas as regiões e dos servidores que estavam habituados a viajar pelo programa.

O contingenciamento de Atas de Registro de preço gerou uma economia de R\$ 13,4 milhões. Em 2014, considerando somen-

te as Atas que já caducaram, há um saldo não utilizado de R\$ 11,4 milhões.

Fim do contrato do *clipping*⁸¹ de notícias, resultando numa economia de R\$ 1,5 milhão anuais. O mesmo serviço atualmente é feito pelo próprio Senado com melhor qualidade e mais fácil acesso. Em setembro de 2013, expirou a vigência do contrato 007/2008, firmado com a Empresa Brasileira de Comunicação,⁸² cujo objeto era a distribuição da mídia impressa, sem ser firmado o mesmo contrato.

Economia de R\$ 4 milhões na redução de gastos com diárias e passagens. Conforme pode ser verificado no capítulo “Tabelas e Gráficos” deste livro. Em 2013, o valor pago em diárias apenas para feiras e eventos somou R\$ 1,2 milhão e, em 2014, caiu para R\$ 900 mil.

Mudança nos critérios para aquisição de passagens aéreas – há muito tentada – a fim de acabar com a inaceitável discrepância entre o preço pago pelo Senado e pelo próprio senador quando adquiria passagens para seus familiares nos mesmos voos com sobrepreços, em alguns casos, de até 150%. Com o novo modelo, espera-se a solução definitiva deste problema.

Fixação da taxa de ocupação dos imóveis ocupados por não senadores. O custo dos imóveis envolve manutenção, luz, água e jardinagem. Depois de reuniões com ministros e das pressões que envolviam até ameaças de esposas retornarem ao Estado de origem caso ficassem sem o apartamento, a taxa de ocupação está sendo paga.

As reuniões de comissões compostas por não parlamentares passaram a ser realizadas exclusivamente em Brasília. Em muitas ocasiões os encontros eram realizados fora de Brasília, caracterizando

81. Clipping – Resumo das principais notícias de jornais, revistas e TVs condensados em uma publicação diária.

82. Empresa Brasileira de Comunicação – Mais conhecida pela sigla EBC, é uma empresa pública do Brasil, criada em 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais.

um inaceitável turismo com recursos públicos. A economia foi de R\$ 500 mil no biênio.

Os ramais foram limitados para fazer ligações DDD, DDI e celulares. Apenas 30% dos aparelhos da área administrativa têm permissão para efetuar ligações DDD. As ligações DDD são proibidas a partir das 21 horas e houve redução de 50% nas ligações DDI. Economia de R\$ 120 mil. Na área administrativa foram bloqueados 691 ramais para realizar ligações DDD, DDI e celulares, o que representou uma redução de 37% no universo de ramais, antes habilitados para esses serviços.

Quanto às ligações DDI, a partir de abril de 2013 foram adotadas as medidas de restrição e houve redução de 1.106 chamadas DDI, em relação ao ano de 2012, o que representa uma diminuição de 16% nesse serviço. Em 2014, até outubro, houve uma redução de 3.003 chamadas DDI, em relação ao ano de 2013, o que representa uma diminuição de 51% nesse serviço.

A partir de abril de 2013, quando foram adotadas as medidas de restrição em questão, a economia na realização de chamadas telefônicas em todo o Senado Federal originadas no PABX MX-ONE foi de R\$ 2.228,142,25 em relação a 2012, o que representa uma redução de 42%. A economia acima detalhada também decorre de ações de gestão do Contrato nº 0022/2013, que reduziram em média 30% as tarifas de chamadas para celular local.

Em 2014, até outubro, foi mantido o perfil de chamadas telefônicas do ano de 2013, com o acréscimo de reajuste contratual de 4,61% promovido pelo 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2010. Ainda assim, existe uma indicação de redução de R\$ 118.673,05 registrada pelo sistema tarifador do Senado Federal.

Também foi extinta a lotação de servidores no antigo “Senadinho”⁸³ do Rio de Janeiro. O chamado “Senadinho” foi extinto

83. Senadinho – antiga Representação do Senado no Rio de Janeiro, conhecida com pouco mais de 40 servidores que acarretava custos desnecessários aos cofres públicos.

na primeira reforma administrativa, da qual fui o relator, mas muitos servidores ainda ficaram lotados na antiga capital, distorção que, agora, foi corrigida.

Economizamos 15% no maior contrato da Casa, feito para atender mão de obra com os veículos de comunicação do Senado Federal. Trata-se de um contrato cuja longevidade é, no mínimo, desaconselhável e que sempre mantém as mesmas pessoas em diferentes empresas.

O fim deste contrato foi responsável por eliminar um desperdício de mão de obra (510) que vinha se acumulando no Senado Federal ao longo dos anos. Muito se conjecturou, especialmente em jornais da época, que a extinção deste contrato iria paralisar o Senado Federal. Foi obtida uma economia de R\$ 2,1 milhões sem nenhum prejuízo da conservação nas nossas dependências.

Extinção dos serviços de oficina, lanternagem e garagem, como consequência da implantação do sistema integral de frota alugada. A estrutura ocupava 300m² e contava com servidores efetivos e terceirizados que atendiam uma quantidade de veículos da frota própria do Senado que podiam ser contados nos dedos de uma mão. Os servidores foram realocados e o espaço físico utilizado para instalar novos estúdios da TV e Rádio Senado.

Suspensão do transporte circular entre o Senado e a Rodoviária, com economia de R\$ 250 mil no biênio. Além da baixa demanda, as empresas contratadas se utilizavam deste artifício para deixar de honrar suas obrigações legais, como a de fornecer o vale-transporte aos empregados de empresas terceirizadas que era pendurado ao Senado Federal nos contratos.

Economia superior a 8,5 milhões de folhas de papel por ano, eliminando-se as publicações em papel do Relatório da Presidência e da impressão da ordem do dia, onde consta a relação de matérias a serem apreciadas nas sessões.

Adoção de novo formato padrão dos livros a serem impressos, com leitura mais confortável e economia de 30% ao evitar desperdícios de cortes e aparas.

Unificação dos 9 almoxarifados independentes que existiam no Senado e adoção do sistema de gestão informatizada do Patrimônio e Almoxarifado, permitindo um controle maior dos estoques. Foram unificados os almoxarifados central, de gêneros alimentícios, material técnico-eletrônico, material de telecomunicações, de Engenharia, de Informática, de produtos gráficos, de transporte e de serviço médico.

O modelo era tão ineficiente que um servidor terceirizado foi flagrado vendendo tinta de impressoras adquiridas com dinheiro público e o esquema, que funcionava desde 2008, alcançou cifras milionárias. Depois do processo administrativo os dois servidores implicados nos desvios foram demitidos.

Implantação de etiquetas eletrônicas em todos os bens patrimoniais do Senado, permitindo levantamento deles via radiofrequência. Quase 14 mil bens adquiridos e tombados (10.334 em 2013 e 3.629 em 2014).

Regulamentação do uso e administração dos recursos de impressão dos gabinetes de senadores, dos membros da Comissão Diretora, das lideranças e dos blocos parlamentares.

Unificação dos processos administrativos (gestão de contratos, recursos humanos e assessoramento jurídico) do Prodasen e da Gráfica, permitindo melhor controle da gestão ao mesmo tempo que economiza o pagamento de funções comissionadas.

Instalação do Comitê de Governança Corporativa e Estratégica do Senado para estimular e aprimorar mudança da cultura administrativa da Casa.

Aprovação do planejamento estratégico do Senado Federal composto pelo Mapa Estratégico Institucional e o Plano de Metas da Administração.

Elaboração e utilização do Plano de Contratações no Senado Federal para o exercício 2014, com vistas ao planejamento das contratações e economia de despesas.

Criação da Política de Acessibilidade do Senado com intervenções em vários setores da Casa, como: demarcação de vaga para deficientes na chapelaria no espaço cedido pela Presidência, sinalização em braile nas dependências do edifício-sede, postos para cadeirantes no plenário, antes inexistentes, instalação de microfones acessíveis nas comissões, adaptação de portas acessíveis no Plenário e comissões, retirada de cadeira fixa das primeiras filas das bancadas do Plenário e comissões para acomodar cadeirantes e a instalação da rampa de acessibilidade entre o Plenário e a Mesa Diretora.

Implantação da Ficha Limpa para servidores no Senado antes mesmo da aprovação da Lei na Câmara dos Deputados. Já em vigor no Senado Federal. Só toma posse servidor que demonstrar, documentalmente, que é ficha limpa.

Implantação do sistema de cotas no Senado Federal para afrodescendentes nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, bem como nos editais de concursos públicos para provimento de cargos efetivos. Afinal, no século XIX, a escravidão era constitucional e todos nós precisamos arcar com esta dívida pesada com práticas e ações afirmativas.

Por sugestão da senadora Vanessa Grazziotin⁸⁴, no dia da eleição da Mesa Diretora, foi criada a Procuradoria da Mulher, sem

84. Vanessa Grazziotin (1961). Farmacêutica e política brasileira filiada ao Partido Comunista do Brasil. Foi vereadora em Manaus, deputada federal e, nas eleições gerais de 2010, elegeu-se senadora pelo Amazonas. Em 2013, foi eleita procuradora da Mulher do Senado, presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas e presidente da CPI da Espionagem.

aumento de custos ou cargos, e celebrado acordo de cooperação técnica entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Criação, também sem custos, do Senado do Futuro, nos moldes da experiência adotada no Chile, com a função de debater temas neste setor com convidados internacionais e uma agenda de discussões.

Ampliação da cobertura da rede sem fio (*wire-less*) a fim de cobrir 100% das dependências da Casa. O projeto está em fase de elaboração. Estimativa de conclusão: 2015.

Foram realizados dois leilões em 2013, com 4.799 itens, que arrecadou R\$ 1.035.170,00. O leilão de 2014, listou 5.346 itens a serem leiloados, com a avaliação de R\$ 480.200,00.

Regulamentamos a concessão de horas extras, que permitiu um controle mais rigoroso e a limitação a 60 horas de serviço extraordinário por ano para cada servidor e houve também limitação por gabinete. As horas extras, em muitos casos, eram utilizadas para compor salários. Com esta medida a economia foi de R\$ 2,2 milhões em 2013, e de R\$ 4,5 milhões até outubro de 2014.

A Comissão Permanente de Verificação e Acúmulo de Cargos Públicos examinou mais de 1.200 processos de nomeação, zerando os passivos da comissão. Além disso, foi celebrado convênio com o INSS e o Ministério da Previdência para que o Senado tenha acesso ao Cadastro Nacional de Informações Sociais, que permitirá o cruzamento com dados das empresas privadas e de estados e municípios para identificar com mais facilidade casos de acúmulo ilegal de cargos.

Foram pagas as licenças-prêmio convertidas em pecúnia a mais de 709 servidores que se aposentaram no período, no valor total de R\$ 56,6 milhões de reais.

Acordo com o Tribunal de Contas da União que acompanhará e auditará as licitações efetuadas pelo Senado Federal com vistas à economicidade e eficiência das compras.

Venda da folha de pagamentos para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil propiciando uma receita extraordinária de R\$ 100 milhões investidos em modernização das comissões permanentes, no painel eletrônico, na troca de equipamentos mais modernos para TV Senado⁸⁵, na centralização administrativa e no parque de informática do Prodasen⁸⁶, aquisição de *tablets*, mobiliário para as residências oficiais entre outros. Procedimento já feito há anos pela Câmara dos Deputados e o Senado não conseguia, ou não queria, implementá-lo.

As inovações relativas à modernização das comissões e ao novo painel do Plenário merecem alguns detalhes adicionais. O novo sistema das comissões conta com painel eletrônico em alta definição para exibição da presença dos senadores, para realização de votações eletrônicas e para exibição de apresentações em audiências públicas. Cada senador tem à sua disposição computador com a pauta eletrônica da comissão, dispensando a impressão de avulsos. Nessa mesma máquina é possível votar e examinar as matérias da pauta, bem como acompanhar notícias e mensagens eletrônicas.

Na entrada da sala de comissão há um *totem* de registro de presença com biometria e muito em breve na entrada das alas Alexandre Costa e Nilo Coelho, telões apresentarão tudo que está ocorrendo em cada comissão, inclusive, quando for o caso, o item da pauta que está sendo deliberado.

Além disso, substituímos os estofados das poltronas, foram desenvolvidos painéis decorativos inspirados nas obras de arte do Se-

85. TV Senado – Primeira emissora legislativa de alcance nacional, foi criada no dia 5 de fevereiro de 1996, pelo senador José Sarney, então presidente do Senado, com base na Lei 8.977/95. Canal de televisão brasileiro, transmite eventos, debates, votações e procedimentos do Senado Federal do Brasil.

86. Prodasen – Prodasen, que é a sigla de Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, foi fundado em 1972.

nado Federal para compor o ambiente das comissões, na parede atrás da Mesa, bem como foram produzidos novos painéis de ex-presidentes das comissões, afastando o risco de acidentes com as antigas molduras com vidro, que por vezes caíam no chão, quebrando-se.

No Plenário a substituição do painel eletrônico trouxe diversas inovações. Inicialmente, nele é possível acompanhar a transmissão ao vivo da TV Senado, de modo a permitir que das galerias, independentemente do ângulo de visão, seja possível visualizar o orador que está com a palavra. O painel permite o registro da orientação de liderança, o que antes era impossível, e permite, em sessões solenes e especiais, que sejam exibidos vídeos e apresentações pertinentes ao tema em pauta.

Talvez mais importante que tudo isso é que os novos equipamentos de votação do Plenário são acessíveis, inclusive, àqueles que não possam mover as mãos. Serão disponibilizados postos de votação que permitem o reconhecimento da íris do parlamentar e possibilitem o voto com o piscar dos olhos ou com os pés, a depender da necessidade do parlamentar. Além disso, as teclas têm registro em braile, permitindo o voto por deficiente visual.

Finalmente, o novo sistema permite a publicação, em tempo real, dos resultados da votação em meio eletrônico. Até então, o antigo sistema só permitia a impressão do resultado das votações, e qualquer reprodução ou estatística que se desejasse fazer exigia fotocópia e redigitação dos dados.

Todas essas melhorias, que incluem a aquisição de painéis para o Plenário e para todas as comissões, bem como o fornecimento dos postos de votação, servidores, leitores de impressão digital e mais de 360 computadores, para uso exclusivo dos senadores no Plenário e nas comissões, foram feitas a um custo total inferior a 4 milhões de reais, inteiramente custeados com recursos da venda da folha de pagamentos.

Ainda na área legislativa, apoiamos a criação de comissões de juristas para modernizar a Lei de Arbitragem⁸⁷, para desafogar o Judiciário, a Lei de Execuções Penais, a fim de aprimorar a política carcerária, o novo Código Comercial, que data de 1850, o Código Penal,⁸⁸ a consolidação e regulamentação de dispositivos da Constituição federal e a revisão da Lei de Licitações.

Criação das sessões temáticas, em que temas de interesse nacional são debatidos, sem as restrições do regimento, temas prioritários com autoridades e especialistas. Foram realizadas sessões do Pacto Federativo, em outubro de 2013, financiamento da saúde em setembro de 2013, reforma política em agosto de 2013.

Criação da política de gestão de riscos institucionais do Senado. Aprovação da reestruturação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivos do Senado Federal e do Congresso Nacional (Ato da Comissão Diretora nº 21/2013).

Mudança e implementação de nova sistemática para emissão de cotas de correspondências com redução de 50% na cota anual.

Planejamento das contratações do Senado para o exercício de 2014.

Criação do Manual de Identidade Visual de Publicações do Senado, evitando a multiplicidade de marcas e símbolos que caracterizam a Casa.

Ampliação da possibilidade de participação de servidores comissionados nos cursos de pós-graduação promovidos pelo Senado.

87. Lei da Arbitragem – A arbitragem está prevista em nosso ordenamento jurídico há aproximadamente 200 anos. A Constituição de 1824, em seu art. 160, já possibilitava às partes a nomeação de árbitros para resolver questões cíveis. Do mesmo modo, o Código Civil de 1916 previa, como forma de solucionar uma obrigação, a realização de compromisso arbitral (arts. 1.037/1.048).

88. Código Penal – O Código no Brasil foi criado pelo decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo. O atual código é o 3º da história do Brasil e o mais longo em vigência,

Treinamento e qualificação da Polícia do Senado, a fim de que adote um modelo de polícia cidadã, respeitando o direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que promova a proteção da integridade das pessoas e do patrimônio do Senado, devendo tal postura ser estendida aos serviços de vigilância e recepção – executado com 600 horas/aula de instrutoria.

Distribuição e comercialização pela Coordenação de Edições Técnicas das obras editadas, reeditadas, coeditadas ou impressas pelo Senado Federal.

Eleição para preenchimento dos cargos eletivos do Conselho de Supervisão do SIS, devido à abertura de uma vaga para servidor efetivo do Conselho.

Implantação gradual de medidas de aprimoramento gerencial nos setores vinculados à Diretoria Geral e extinção de uma diretoria adjunta.

Compatibilização, determinada pelo presidente do Senado Federal, da meta de resultado orçamentário e financeira para o biênio 2013-2014 com os gastos previstos e realizados.

Implantação do sistema de Gestão Estratégica e Projetos – GEP, que permite aperfeiçoamentos na sincronização e priorização das agendas administrativas e legislativas.

Início do mapeamento e redefinição dos processos licitatórios, objetivando a identificação dos ajustes necessários para reduzir o tempo e a burocracia nas aquisições.

Estabelecimento de diretrizes para planejamento e definição de prioridades à área administrativa do Senado Federal em cada biênio.

Extinção da Coordenação de Apoio a Parlamentares e transposição de suas competências para outras unidades da estrutura administrativa e a extinção de mais uma função comissionada de diretor-geral adjunto.

Modificação dos procedimentos de ressarcimento com recurso da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar dos Senado-

res (CEAPS), a qual foi disciplinada pelo Ato da Primeira Secretaria nº 05/2014.

Alteração do Regulamento de Compras do Senado Federal, possibilitando a revisão das competências e a supressão de redundâncias de tarefas.

Modificação da sistemática de hospedagem, alimentação e transporte dos colaboradores eventuais que desempenham missões, trabalhos e ações institucionais do Senado Federal.

Criação dos espaços e autorização para instalação de bicicletários.

Criação do subprograma "Prática de Mobilidade Sustentável", vinculado ao Programa Senado Verde, destinado a criar as condições e orientações necessárias para o fomento do uso de facilidades de transporte aos servidores e prestadores de serviço em geral.

Criação da política de qualidade de vida no trabalho do Senado Federal.

Restrições de uso de produtos fumíferos nos espaços do Senado.

Troca dos microfones centrais das bancadas do Plenário por modelos mais novos e com melhores captadores.

Automatização de rotinas burocráticas, como interrupção e cancelamento de férias; designação e dispensa de função comissionada; alteração da lotação de exercício de servidores comissionados; e atestado da frequência dos estagiários.

Aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Pessoal (Ergon), para permitir a criação de nova folha de pagamento para controlar os recolhimentos de PSSS (Plano de Seguridade Social dos Servidores).

Aprimoramento dos programas de qualidade de vida e reabilitação funcional em curso na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Realização do programa para o acolhimento dos novos servidores e consequente criação de um clima organizacional favorável ao comprometimento com a instituição.

Realização do Curso de Ambientação com a transmissão de conhecimentos básicos e indispensáveis aos servidores que ingressam no Senado Federal, com foco nos seguintes aspectos: estrutura organizacional do Senado, principais programas e aplicativos comuns a todos, direitos e deveres e ética profissional.

Iniciativas regulatórias estruturantes realizadas, especialmente, em atendimento ao TCU.

Realização de 47 cursos de capacitação de servidores em diversas áreas, como direito constitucional, eleitoral, orçamento público, licitações, contratos, entre outros.

Obtenção junto ao Ministério da Educação para emissão de diplomas de pós-graduação como “Escola de Governo” e outros cursos como inglês, espanhol e francês.

Modelo de credenciamento para que os senadores possam escolher a prestadora de serviço de telefonia celular (a ser implantado) e substituição dos aparelhos utilizados pelos senadores e diretores da Casa.

Centralização da administração – impensável até pouco tempo – do lado norte da via N2, em particular utilizando a estrutura física do antigo hospital do Senado Federal. Isso significou a realocação e o uso mais racional do espaço por 750 servidores e a liberação de 2.480m² para gabinetes parlamentares nos anexos e no prédio central, implodindo, de vez, qualquer expectativa ou necessidade de construção de novos prédios.

Ampliação do número de ramais instalados, para atender a solicitações dos gabinetes parlamentares.

Saída de emergência no auditório Petrônio Portella, que vinha operando com capacidade reduzida em virtude de dificuldade de escoamento do público.

Reabertura das saídas de emergência entre os 14º e 16º andares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Transferência e incorporação ao acervo patrimonial do Senado do patrimônio da Secretaria de Editoração e Publicações e do Prodasen (unificação dos patrimônios).

Monitoramento de todos os ramais de alimentação de água do Senado, com identificação e correção de vazamentos.

Ações de acompanhamento e readequação da rede de energia elétrica geraram uma economia de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Substituição da subestação de energia que atende ao Anexo II e ao Prodasen.

Cooperação com a equipe de jardinagem para formalização de rotina de rega, com redução de 38% do consumo de água (conforme pode ser visto no capítulo “Tabelas e Gráficos” deste livro).

Regularização da rede de esgoto da Secretaria de Editoração e Publicações perante a Caesb (havia risco de cobrança de tarifa suplementar).

Retirada de produtos químicos da rede de água pluvial da Secretaria de Editoração e Publicações.

Limpeza da galeria subterrânea de instalações do Senado Federal.

Inspeção das redes de água e esgoto juntamente com a Novacap e Caesb.

Recuperação hidrossanitária do Bloco 6 da Secretaria de Editoração e Publicações.

Desobstrução e construção de rede de águas pluviais do Anexo II, blocos A e B.

Adaptação de pintura, piso, forro, parede e instalações da Unidade de Apoio 4 (antigo prédio da Secretaria de Assistência Médica e Social) para receber a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, SIS e emergência da Secretaria de Assistência Médica e Social; da Unidade de Apoio 2 para receber a Secretaria de

Administração de Contratações, Secretaria de Patrimônio, Secretaria de Controle Interno, setor da Secretaria Geral da Mesa, depósito da Secretaria de Patrimônio; das instalações do Bloco 6 da Secretaria de Editoração e Publicações para receber Edições Técnicas, e adaptações da Secretaria de Arquivo; do Bloco 2 da Secretaria de Editoração e Publicações para receber Edições Técnicas e setores da Secretaria de Editorações e Publicações; do Bloco 7 da Secretaria de Editoração e Publicações para receber a Secretaria de Recursos Humanos; do Interlegis para receber a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, Advocacia do Senado Federal e Reitoria da Unilegis.

Reformas de gabinetes envolvendo pintura, alvenaria, instalações e divisórias, destinando todos os andares do Anexo I para novos ocupantes.

Implementação do novo contrato de manutenção civil. O novo contrato, assinado entre o Senado Federal e a empresa ECC Construtora Ltda., tem validade de 6/6/2014 até 5/6/2015, com valor de R\$ 2,4 milhões. O referido contrato tem como objeto a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de revestimentos, vedações, forros, pinturas e pavimentação viária do complexo arquitetônico do Senado Federal, durante o período de doze meses consecutivos. Até o presente momento, 10,4% dos recursos do contrato já foram utilizados.

Dentre os serviços realizados destacam-se os de manutenção corretiva (advindos de demandas dos usuários e da observação da fiscalização) e de manutenção preventiva (advindos do pré-programa de manutenção preventiva, que está presente no edital do Contrato nº 039/2014). Vários reparos pontuais (retoque de pintura em gabinetes, por exemplo), assim como estruturantes (pintura geral das Unidades de Apoio 3, 4 e 5, por exemplo), foram e estão sendo realizados em todo o complexo arquitetônico do Senado Federal.

Implementação do *software* de controle de manutenção civil (Engeman). No âmbito da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra),

atualmente quatro contratos de manutenção fazem uso do *software* Engeman®. Mais especificamente, os contratos de manutenção elétrica (nº 032/2011); manutenção hidrossanitária (nº 057/2013); manutenção civil (nº 039/2014) e manutenção de sistemas de ar-condicionado (nº 042/2014) fazem uso do referido *software* de gerenciamento de manutenção.

Em relação aos contratos fiscalizados pela Coordenação de Obras (Coobras), o *software* Engeman está em fase intermediária de implantação. Para o contrato de manutenção hidrossanitária (nº 057/2013), os planos de manutenção preventiva já estão implementados no sistema, de forma que todas as ordens de serviço relativas a esse tipo de manutenção são geradas automaticamente no ambiente do *software*.

Substituição de mais de 50 quadros elétricos terminais em muitos locais do Senado Federal.

Substituição de aproximadamente 150 circuitos (condutores e conectores) da instalação elétrica interna da sala-cofre do Prodasen.

Substituição de aproximadamente 30 circuitos (condutores e conectores) da instalação elétrica interna do datacenter do Interlegis.

Substituição de bancos de capacitores em subestações do Senado Federal.

Realocação de *nobreaks* localizados na laje do Bloco 8 da Secretaria de Editoração e Publicações (eliminação do risco de desabamento).

Reforma na estação transformadora que atende ao Serviço de Transportes.

Substituição do transformador do ramal de emergência na estação transformadora do Ed. Principal/Anexo I, por outro de maior capacidade em melhor estado.

Simplificação do controle da temperatura do ar condicionado do Anexo I e Ed. Interlegis.

Eliminação de dois transformadores de saída dos *nobreaks* do Prodasen.

Acompanhamento de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas do Prodasen (quatro desligamentos realizados em 2014).

Novo contrato de manutenção do sistema de ar condicionado.

Atendimento a demandas de usuários (fornecimento de réguas, adaptadores, novos pontos de eletricidade, eventos).

Termo de referência para aquisição de para-ciclos para instalação em diversos locais do Senado Federal.

Finalização de proposta para o novo Manual de Endereçamento do Senado Federal.

Catologação do acervo de desenhos técnicos da Secretaria de Infraestrutura.

Termo de referência para manutenção das fachadas em concreto do Anexo II e do Anexo I, Edifício Principal.

Termo de referência para locação de equipamento para impressão e digitalização em grandes formatos.

Leiaute dos três primeiros bicicletários.

Projeto de arquitetura para novas guaritas na residência oficial da 309 Sul.

Vistorias de levantamento da situação dos apartamentos funcionais da 309 Sul.

Elaboração de projeto básico para contratação de empresa de manutenção da vidraçaria do complexo arquitetônico do Senado Federal.

Criação de banco de dados e catálogo de equipamentos, ferramentas e materiais frequentemente adquiridos pela Secretaria de Infraestrutura.

Elaboração de termo de referência para aquisição de equipamentos, ferramentas e materiais no âmbito da Coordenação de Obras e Manutenção Civil e Coordenação de Projetos de Infraestrutura, totalizando 181 itens.

Estudo para modernização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário e das comissões.

Projeto do estacionamento para a área verde entre o Depósito de papel e a Unidade de Apoio 2.

Projeto de reforma do estacionamento do Bloco 7 da Gráfica.

Proposta de desocupação do corredor do terreiro do Ed. das Comissões.

Estudo de reforma do sanitário e copa do Plenário nº 2 do Ed. das Comissões.

Estudo da Galeria de Retratos dos ex-presidentes das comissões. Finalizado.

Elaboração de estudo e nota técnica acerca da instalação de arquivos deslizantes na Coordenação de Arquivo.

Elaboração de documento que estabelece diretrizes para projeto e confecção de mobiliários pela Marcenaria do Senado Federal. Finalizado.

Projeto de realocação do Serviço de Contratos na antiga Edições Técnicas.

62 estudos e serviços de leiaute de ambientes, levantamentos, estudos de viabilidade e planejamento físico de mudanças do complexo arquitetônico.

Elaboração de termo de referência para substituição dos elevadores, cuja maquinaria já data de mais de 50 anos, a ser custeada com recursos da venda da folha. A troca dos elevadores está sendo estudada no âmbito do Processo 00200.011194/2014-26.

Nesse processo, estamos elaborando o projeto básico que contempla a substituição de quatro elevadores do Anexo I, cinco elevadores do Anexo II e um elevador da Chapelaria do Ed. Principal.

O custo estimado é da ordem de R\$ 10 milhões. O primeiro elevador está previsto para ser substituído em 02/2016, sendo que a instalação do décimo e último elevador está prevista para o segundo semestre de 2018.

Elaboração de termo de referência para troca das esquadrias e construção de guaritas na 309 Sul.

Ações de desburocratização e de automação de rotinas de trabalho e de processo eletrônico

GESTÃO DE COLETORES DO SISTEMA BIOMÉTRICO e responsabilização dos gestores.

Automação da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, reestruturação do Sistema de Acompanhamento de Estágio (SAES).

Implementação do Processo de Movimentação de Servidor Eletrônico de designação de substitutos eventuais e temporários.

Automação da rotina de publicação do auxílio pré-escolar, auxílio-natalidade e licenças que o Serviço de Direitos e Deveres Funcionais possui competência para deferimento e registro.

Automação da rotina de contagem de tempo para atualização dos períodos aquisitivos de licença-capacitação no sistema Ergon.

Implementação do Processo de Movimentação Eletrônico para a alteração de exercício de servidor comissionado.

Aprimoramento do atendimento de posses, atendimento telefônico e presencial de servidores comissionados; redução do índice de erros e aceleração da instrução dos processos de nomeação, exoneração e movimentação de servidores comissionados.

Rápida busca em pesquisa; rápida resposta ao usuário tanto da Coordenação de Pagamento de Pessoal como da Secretaria de Recursos Humanos; controle eficaz das rotinas de trabalho; melhor controle de tempos no atendimento das demandas.

Confirmação e controle do processamento dos créditos remuneratórios, dentro do sistema Ergon.

Transformação dos processos e documentos de Pensão de Alimentos em processos eletrônicos, com a digitalização/scaneamento de todos os documentos pertinentes ao assunto, que somam mais de 70 pastas tipo A-Z manuais, de todo o Senado Federal.

Criação de mecanismo automático, dentro do sistema Ergon, para apurar os valores de PSSS, cuja folha de pagamento é gerada especificamente para este objetivo.

Mapeamento e criação de rotinas automatizadas de recuperação dos créditos a servidores falecidos, que deixaram débitos remuneratórios ao Erário.

Integração do atendimento feito aos clientes da Secretaria de Recursos Humanos em um único local – o Serviço de Atendimento ao Usuário da Secretaria de Recursos Humanos, com a finalidade de prestar um atendimento moderno, rápido e de qualidade.

Ações em curso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (prazo – julho 2015)

PROJETO “SENADO POR ELAS” da Procuradoria da Mulher no Senado. Participação em grupo de trabalho para construção de documentário e livro sobre as servidoras e parlamentares pioneiras do Senado Federal.

O incentivo e apoio constantes ao Comitê-Gestor para que cada unidade representada cumpra com a ação, sob sua responsabilidade, tem possibilitado a transversalização da temática de gênero e raça nos diversos órgãos da Casa. O cumprimento das ações, com qualidade, possibilitará ao Senado auferir o selo de reconhecimento de boas práticas na temática de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho. Note-se que o Senado já ganhou o selo na 4ª edição do programa, o que aumenta a responsabilidade na continuidade desse compromisso.

Acesso dos servidores, colaboradores e gestores acerca dos dados da estrutura de pessoal da Casa, em especial pelas categorias

sexo e cor/raça; possibilitou a elaboração de diagnóstico das desigualdades e a tomada de decisão da alta administração da Casa, a exemplo da ação afirmativa de cotas no concurso público.

Evidenciar o quadro funcional dos ocupantes de função, mostrando as desigualdades porventura detectadas para os gestores e servidores. Os resultados da pesquisa, ainda em andamento, poderão subsidiar mudanças na cultura organizacional de seleção de gestores.

Levantamento de possibilidades quanto às ações que beneficiarão mulheres e homens. Processo deflagrado para criação da Sala de Apoio à Amamentação.

Promoção de seminários e/ou ciclos de encontros via ILB/ Interlegis com o objetivo de promover sensibilização quanto aos temas de gênero e raça.

Publicação mediante seleção de artigos sobre a temática de gênero e raça e inserir ao longo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça nas publicações editadas pela Secretaria de Editoração e Publicações, nos espaços em branco, ao final das ordens de serviço.

Criação de vídeos dinâmicos, em pílulas, para capacitar o público interno e externo, sobre conceitos de gênero e raça.

Inserção no Portal da Transparência⁸⁹ dos dados sobre o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Publicação do Ato da Diretoria Geral nº 19/2014, que institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) do Senado Federal. Este ato legitima as ações de QVT, dando espaço para o avanço de diversas frentes de trabalho que até então contavam com pouco respaldo institucional para serem implantadas. Isto posto, seguem abaixo as ações diferenciadas dos programas do SEQVR.

89. Portal da Transparência – Espaço do Senado Federal na rede de computadores onde são disponibilizados todos os atos, contratos, gastos, custos e informações do Senado Federal.

Elaboração, impressão e distribuição de 500 cartilhas de preparação para aposentadoria às diversas unidades do Senado Federal; realização do curso de preparação para aposentadoria (em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB), que contou com a participação de 14 servidores; realização de acordo de cooperação técnico-científica com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (em andamento); realização de curso de fotografia, preferencialmente para servidores que se encontram próximos à aposentadoria, em parceria com o ILB (previsto).

Realização de pesquisa de clima organizacional na Secretaria de Administração de Contratos (SADCON) e no ILB (aplicação, análise dos resultados em parceria com o DataSenado, elaboração de relatório e apresentação dos resultados às unidades demandantes); realização de pesquisa de clima organizacional na Secretaria Geral da Mesa (em andamento, fase de aplicação); publicação de quatro artigos na intranet do Senado; palestra do psicólogo Sidney da Silva Pereira Bissoli (servidor do Senado) no I Seminário de Estudos e Pesquisas no Poder Legislativo.

Elaboração do ato que regulamenta a movimentação de servidores efetivos, a ser aprovado pela Comissão Diretora; realização de atendimento para acompanhamento funcional de 52 servidores; acompanhamento do Programa de Trainees da SERH (quatro trainees); publicação de um artigo na intranet; realização de laudos psicológicos para subsidiar decisões da Junta Médica em caso de avaliação das aptidões e/ou capacidade laboral do servidor e de reversão de aposentadoria.

Atendimento/acompanhamento de servidores portadores de dependência química; elaboração e execução, em parceria com o Núcleo de Comunicação Interna – NCINT, da Campanha de Atenção ao Tabagismo; elaboração de minuta do Ato da Primeira Secretaria nº 12/2014; publicação de 2 artigos na intranet, além de matérias sobre o assunto produzidas em parceria com o NCINT; concessão

de duas entrevistas à Rádio Senado, sobre o tema do tabagismo; participação no projeto de aquisição de “bituqueiras” para reciclar os resíduos de cigarro, em parceria com o Núcleo de Ações Socioambientais; realização de palestra com pneumologista e coordenador do Programa de Antitabagismo da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; organização de exposição em parceria com o Sesc sobre os males do tabagismo; campanha de sensibilização dos servidores a respeito dos novos locais onde será proibido fumar; orientação de gestores a lidar com situações de dependência química nos setores, com distribuição de cartilhas específicas.

Realização de oficina sobre análise de embalagem de alimentos; oficina de culinária saudável, realizada no SENAC; publicação de 3 artigos educativos na intranet do Senado; publicação de material educativo nos forros de bandeja distribuídos no Espaço do Servidor; elaboração de projeto de concurso de emagrecimento; elaboração de lista de alimentos para compra da máquina de alimentos a ser instalada nas dependências da Secretaria de Recursos Humanos e do Anexo II; palestra da nutricionista Thaís Castro Paixão (servidora do Senado) junto ao Programa de Preparação para a Aposentadoria; tratativas para inclusão de um ponto das bicicletas na portaria da Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf).

Coaching de carreira e de reabilitação funcional; *coaching* de preparação para aposentadoria; diagnóstico organizacional no ILB; publicação de 2 artigos na intranet do Senado; apresentação da pesquisa sobre prazer e sofrimento na Coordenação de Pesquisa e Opinião (Copop), como conclusão do trabalho de desenvolvimento de equipes naquela Coordenação; *coaching* para líderes na Sererp (Secretaria de Registro Parlamentar) – a ser iniciado em outubro.

Ginástica laboral; consultoria ergonômica; pesquisa sobre dor na Copop; palestra sobre prevenção de dores ocupacionais; publicação de dois artigos na intranet do Senado.

Como um subprograma do Pró-Saúde Ocupacional realizou oficinas de consciência corporal e gerenciamento de estresse na COPOP e na Coordenação de Relações Públicas – COREP também aberta ao corpo funcional; oficinas de dança de salão (salsa, samba e forró); oficina de tai chi chuan (em andamento); palestra com o escritor, poeta e monge bodhisatva Padma Querido Obelar; publicação de três artigos na intranet do Senado.

Trinta e nove atendimentos individuais realizados; 27 atendimentos já agendados (previstos até dez./14); distribuição de cartilhas sobre orientação financeira; veiculação de artigo sobre empréstimo consignado na intranet e nas redes sociais do Senado; palestra do contador Anderson Alves de Oliveira (servidor do Senado) junto ao Programa de Preparação para a Aposentadoria.

Avaliação e orientação de servidores em situações de conflito; veiculação de dois artigos na intranet sobre comunicação e violência no trabalho; distribuição de cartilhas sobre assédio moral (em parceria com o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal); proposição de curso de capacitação em mediação de conflitos.

Transparência, controle social e ampliação da comunicação com a sociedade

O Senado Federal é a instituição pública mais transparente do Brasil na atualidade. O controle social, derivado da absoluta transparência, nos ajuda a corrigir erros, a eliminar vícios, desperdícios, e aperfeiçoar distorções. Este é um processo irreversível embora tenhamos que conviver diariamente com as contradições inerentes à abertura total das informações.

No quesito transparência e controle público aprofundamos o muito que já havia sido feito pelo presidente José Sarney.

Criação da Secretaria de Transparência e instalação do Conselho de Transparência, que conta com servidores do Senado e integrantes da sociedade civil especializados no assunto: Cláudio

Weber Abramo, do Transparência Brasil, Jorge Abrahão, do Instituto Ethos, e Domingos Meirelles, da Associação Brasileira de Imprensa, que substituiu o jornalista Maurício Azedo.

Pela primeira vez no Brasil, com relação a um dos poderes da República, foi criado um conselho externo fiscalizando e determinando novas ações que visem eliminar qualquer opacidade nos procedimentos do Senado Federal.

Inclusão no Portal da Transparência dos valores dos salários, proventos e pensões de servidores inativos e pensionistas e de ex-parlamentares.

Inclusão do bem ou serviço contratado com recursos da verba indenizatória, entre outras informações, como salários, contratos, licitações, etc. Só não está disponível a informação legalmente protegida por sigilo.

Divulgação no Portal da Transparência *link* para acessar o consumo de materiais e bens patrimoniais do Senado Federal. A consulta pode ser feita pelo órgão solicitante do material ou pelo bem patrimonial.

Em novembro de 2014, a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 138 órgãos públicos concluiu que o Senado Federal é a instituição mais transparente do Brasil e que respondeu 100% das demandas encaminhadas à instituição. Foi o mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

No âmbito do Legislativo, a Câmara dos Deputados respondeu a 81% das demandas, as assembleias legislativas apenas 58% e as câmaras de vereadores responderam a 56% do que foi solicitado. Apenas o Senado, entre todas as instituições, respondeu a tudo do que lhe foi demandado. Além disso, o Senado foi o mais ágil nas respostas, consumindo um tempo médio de 15,8 dias, quando o tempo determinado pela lei é de 30 dias.

Por este motivo, o baixo retorno das assembleias legislativas e câmaras de vereadores é que, agrupado, o Poder Legislativo ficou

com uma taxa de resposta de 67%. Mas analisando os dados individualmente constatamos que chegamos onde queríamos: o Senado Federal é a instituição mais transparente do Brasil.

Para incentivar a cultura da transparência e avaliar a evolução dos legislativos brasileiros no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, a Secretaria de transparência, por iniciativa do Conselho de Transparência do Senado Federal, sistematizou um projeto para medir o índice de transparência nos legislativos de todo país.

Ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e criação do portal do Congresso Nacional, o portal das Comissões, da Procuradoria Especial da Mulher, da Ouvidoria do Senado Federal, da Infância, do Conselho de Comunicação Social, o banco de dados socioeconômicos e abrimos a possibilidade de a sociedade votar sobre os projetos que tramitam na Casa.

Publicação no Portal da Transparência dos extratos dos cartões corporativos em uso no Senado Federal. No Senado há sistema Supri, que é alimentado com todas as informações referentes a suprimento de fundo, que pode ser utilizado na forma de cheque ou cartão corporativo. Desde a solicitação do suprimento até a aprovação, autorização, toda movimentação é cadastrada em dois relatórios (concessão de suprimento de fundos e relatório de despesas executadas). Ambos são publicados no Portal da Transparência a cada nova operação.

Divulgação em painéis eletrônicos nos principais pontos de circulação do edifício do Senado Federal, informando os recursos economizados, com atualização diária, ampliando a transparência das ações do Senado Federal.

Projeto de Lei 224/2013, sugerido pela Comissão Diretora, determinando a criação de CNPJ a gabinetes destinado à gestão da verba indenizatória dos mandatos parlamentares ainda em tramitação.

Atualização do Portal E-Cidadania.

Modernização do Portal da Atividade Legislativa.

Reformulação do *site* do Instituto Legislativo Brasileiro e da Intranet do Senado Federal.

Em 23 de agosto de 2013 criamos, sem custo algum, uma unidade dentro do Senado Federal que trabalha exclusivamente para responder às demandas dos jornalistas de todo o país. De lá saem informações oficiais sobre todos os questionamentos da imprensa, sejam eles referentes a gastos, licitações, contratos, pessoal, investimentos, enfim, qualquer informação solicitada.

Importante destacar que as perguntas, em sua grande maioria, são enviadas por correio eletrônico, ficando, portanto, cadastradas e as respostas são fornecidas no mesmo dia, na agilidade e velocidade que os veículos de comunicação, notadamente aqueles com sítios na internet, necessitam.

A demanda, como prevíamos, foi superlativa. Em 2013, através de questionamentos enviados via e-mail, foram atendidas 300 solicitações de jornalistas que exigiram pesquisa, sistematização e redação. Só para se ter uma ideia, no primeiro mês de funcionamento do serviço – agosto de 2013 – chegaram ao Senado 94 questionamentos que nunca se restringem a uma ou duas perguntas. Cada mensagem recebida pelo Senado inclui entre 5 a 10 perguntas. O recorde seguinte foi verificado em novembro do mesmo ano, com 90 demandas. Em 2013, em apenas quatro meses, foram 300 requisições feitas através do email da assessoria de imprensa.

Se acrescentarmos a estes os pedidos de informação feitos por telefone, teremos outras 300 ligações buscando informações para matérias jornalísticas, o que totaliza um total de 600 atendimentos a diversos veículos entre os meses de agosto a dezembro de 2013.

Em 2014, em virtude da Copa do Mundo de Futebol e das eleições, que provocaram um recesso branco no Congresso, foram respondidas 310 solicitações feitas através do correio eletrônico e outras 299 demandas feitas pelo telefone. Neste setor não há demora e

nem perguntas sem respostas, exceto, repito, aquelas cujos sigilos são protegidos por lei. Além de, prontamente, responder aos veículos de comunicação, este novo serviço também indica à instituição eventuais falhas na transparência, como ausência de dados, dificuldades de navegação no Portal da Transparência e quaisquer outros empecilhos para que a informação seja pública.

No Serviço de Atendimento ao Cidadão, atendendo ao disposto na Lei 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), no período compreendido entre janeiro de 2013 e outubro de 2014 foram recebidas 2.089 solicitações de informações, amparadas pela Lei de Acesso à Informação, o que representa uma média aproximada de 95 solicitações por mês. Em 2013 foram 1.322 pedidos de informação, com média de 110 pedidos mensais. Em 2014, até o mês de outubro, foram 767 pedidos de informação, com média de 77 pedidos mensais. Mantida a média deste ano, estima-se que serão recebidas 920 solicitações de informação em 2014, perfazendo um total de 2.242 solicitações de informação no biênio. Percebe-se que com o aperfeiçoamento da transparência ativa no Senado Federal, com aumento da quantidade e qualidade do conteúdo publicado nos portais da Casa, houve queda significativa no número de pedidos entre os anos de 2013 e 2014.

Promoção da interface com o cidadão que busca informações no Senado, com base na Lei de Acesso à Informação. No período foram 1.302 solicitações externas recebidas pela LAI e 1.266 respondidas. Por questões de sigilo legal, não puderam ser respondidas apenas 3% das demandas vindas da sociedade, imprensa e pesquisadores. A absoluta maioria das respostas ocorreu abaixo do prazo legal, que é de 30 dias.

Controle de fluxo de documentos internos com a implantação do Sistema Integrado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal. Para utilização dessa moderna ferramenta, mais de 1.400 servidores passaram por treinamento em cursos e palestras.

Elaboração do Plano de Trabalho de Implantação do Processo Eletrônico, bem como o levantamento do fluxo de trabalho e tipologias documentais dos projetos pilotos, confecção da minuta de normatização do Processo Eletrônico e Regulamentação e dos Projetos de Capacitação e Divulgação do Processo Eletrônico no Senado Federal.

Elaboração e publicação dos seguintes novos instrumentos importantes para a gestão documental: Manual de Procedimentos e Normas de Protocolo Administrativo; Manual de Consultoria Arquivística; Manual do Sigad; Apostila do Curso Gestão Documental; Plano de Classificação de Documentos de Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional e atualização da 2ª edição; Tabela de temporalidade dos documentos do Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional e atualização da 2ª edição.

93.186 usuários foram atendidos na Biblioteca; 55.015 ações de empréstimo, devolução e reserva de material bibliográfico, 180.000 páginas do acervo de obras raras digitalizadas da Biblioteca; 39.285 referências bibliográficas incluídas na Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional; 48.529 publicações guardadas e reorganizadas nas estantes de livros e periódicos na Biblioteca; e 5.164 livros nacionais e estrangeiros adquiridos.

Unificação das bibliotecas do Senado e Prodasen. A transferência física da Coleção de Informática para o acervo da Biblioteca do Senado em outubro de 2013. O trabalho de organização nas estantes, concluído no final de novembro, totalizou aproximadamente 1.450 (mil, quatrocentos e cinquenta) livros organizados por ordem de classificação em 45 prateleiras. Quanto aos periódicos, foram recebidas 30 caixas contendo fascículos, cujos títulos estão sendo comparados com os títulos de periódicos do Senado.

Acordo de Cooperação Técnica nº 22/2014, com a Capes, para a criação do Repertório Nacional de Revistas Jurídicas na Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF). Este acordo dará mais

visibilidade à Casa, uma vez que a BDSF centralizará a pesquisa das principais e mais renomadas revistas jurídicas do país.

Renovação dos acordos de cooperação técnica da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI). A Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional é coordenada pela Biblioteca do Senado Federal desde 1975. O catálogo coletivo da RVBI é formado por mais de 1.000.000 de documentos bibliográficos, entre livros, folhetos, periódicos (revistas e jornais), artigos de revistas, artigos de jornais, multimeios e recursos eletrônicos e digitais. O compartilhamento de recursos materiais e humanos, pelas bibliotecas da RVBI, subsidia as atividades de seus órgãos mantenedores, facilitando o acesso a informações relevantes, atualizadas e pontuais, além de contribuir para a difusão do conhecimento, com o uso de novas tecnologias para dar acesso às bases de dados via internet.

Funcionários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-DF) higienizaram 5.500 livros do acervo e mais de 7.700 pessoas passaram a seguir as páginas da Biblioteca no Facebook, Youtube e Twitter, totalizando 11.266 seguidores. Higienização de 10.961 livros do acervo pelos funcionários da APAE-DF.

Sistematização de 4.800 atos administrativos

SANEAMENTO de aproximadamente 9,8 mil atos administrativos na base de Normas Administrativas do Senado Federal (NADM). O saneamento consiste em adequar os atos já incluídos na nova base às regras de descrição, indexação e padronização textual.

O escopo principal do NADM são os atos administrativos normativos, ou seja, aqueles que visam disciplinar o funcionamento da administração e a conduta funcional dos administrados, como atos da Comissão Diretora, Primeira-Secretaria e Diretoria-Geral. O trabalho consiste na inclusão de todos os atos normativos que são publicados diariamente nos veículos oficiais: Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF), Diário Oficial da União (DOU) e Diário do Senado Federal (DSF).

504 caixas com documentos relativos a CPIs e CPIMs, pesando cerca de sete toneladas, foram tratadas e arquivadas.

Quase 600 caixas de documentos legislativos, inclusive de proposições, passaram a integrar o acervo.

Para facilitar a pesquisa, o Senado inventariou e revisou 2.831 proposições legislativas, que estão arquivadas em bancos de dados.

836 projetos do período entre 1946 e 1948, além de outros 324 do Senado Império, foram analisados e incluídos em sistema informatizado.

Revisão de 716 proposições legislativas.

Elaboração do Plano de Trabalho de Implantação do Processo Eletrônico, levantamento do fluxo de trabalho e tipologias documentais dos projetos pilotos: licença médica, pedidos de informação e processos de contratação no Senado Federal.

Elaboração da minuta de normatização do Processo Eletrônico e regulamentação de projetos de capacitação e divulgação do Processo Eletrônico no Senado Federal.

Atuação junto à Secretaria de Transparência, na atualização da seção “Legislação Relacionada” do Portal da Transparência e da seção “Perguntas Frequentes do Portal do Senado Federal”.

Projeto Arquivo S, com publicação no *Jornal do Senado*, mensalmente, com o objetivo de divulgar atos e fatos ocorridos no Senado Federal e no Congresso Nacional. A coluna dá publicidade à relação existente entre os eventos históricos passados e contemporâneos brasileiros, relevantes para a Casa e para a sociedade, correlacionando-os aos parlamentares que atuaram na época, bem como aos documentos pertencentes ao acervo arquivístico da instituição.

Candidatura da série documental “Falas do Trono de 1826 a 1889” produzida pelo Senado Federal ao Projeto “Memória do Mundo do Brasil – 2014”, da Unesco – MoW-Brasil.

Acompanhamento e suporte ao Sistema de Gestão Arquivística do Senado Federal implantado em 2013.

Para utilização dessa moderna ferramenta, mais de 1.650 servidores passaram por treinamento em cursos e palestras de agosto de 2013 até hoje, atendimento no primeiro semestre a 847 atendimentos pelo Sigad Suporte.

22.886 usuários foram atendidos na Biblioteca, 33.936 ações de empréstimo, devolução e reserva de material bibliográfico; administração da base bibliográfica (SEN01) com 182.310 correções; estudos da linguagem de indexação no VCB em 381 termos; administração da Base de Autoridades (SEN10) com 803 inclusões/alterações; na Base de Ajuda de Periódicos (SEN11) e na Base de Sugestões de Termos (SEN12), 330 inclusões/alterações, 26.427 publicações guardadas e reorganizadas nas estantes de livros e periódicos na Biblioteca.

Funcionários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-DF) higienizaram 2.544 livros do acervo e mais de 9.000 pessoas passaram a seguir as páginas da Biblioteca no Facebook, Youtube e Twitter.

Sistematização de cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) atos administrativos na base de Normas Administrativas do Senado Federal (NADM). Atuação junto ao Prodasen na especificação do sistema, do leiaute, e na realização de testes do novo NADM, entregue agora em setembro.

Entrega de 78 traduções escritas de inglês (1.029 laudas). Realização de oito interpretações (traduções orais) em diversos eventos da Casa.

Atendimento a 728 pesquisas no Arquivo.

Recebimento de 1.332 caixas de documentos transferidos e 1.073 documentos (ordens de serviço) e realização de 17 consultorias arquivísticas às unidades do Senado.

Organização do acervo histórico: remanejamento de 161 caixas, identificação de 596 caixas, digitalização de 3.986 páginas de documentos históricos.

Para facilitar a pesquisa, o Senado inventariou 324 proposições do Senado Império em sistema informatizado.

Remanejamento de aproximadamente 3.000 caixas entre documentos de CPIs e proposições; 329 caixas com documentos relativos a CPIs e CPIMs, tratadas e arquivadas.

Recebimento de 650 caixas de proposições (documentos legislativos) e 20 caixas de documentos de CPI, que passaram a integrar o acervo.

Autuação de 32.757 processos administrativos pelo Protocolo Administrativo.

Acesso mais ágil à internet em virtude do aumento da capacidade de filtragem por meio de *proxies*, dobrando o acesso à internet.

Incremento da banda de 300 *megabits* para 500 *megabits* por segundo.

Acordo com o YouTube, que ampliou a divulgação dos trabalhos do Senado e permitiu a disponibilização do acervo de mais de 80 mil vídeos que geraram mais de 2 milhões de minutos de visualização apenas entre os meses de maio e setembro de 2014.

Modernização da central de PABX, com disponibilização de novos ramais IP e softphone, que utilizam a tecnologia de transmissão de voz e dados via internet.

Área de tecnologia gerenciou as atividades de captação, sonorização, gravação e registro de mais de 2.600 horas de áudio das sessões plenárias, reuniões das comissões e outros eventos legislativos, além das demandas da Presidência, dos gabinetes, da residência oficial e do Auditório Petrônio Portela.

Instalação dos transmissores da TV Senado em São Luís (MA), João Pessoa (PB) e Maceió (AL). Em João Pessoa e em São Luís, a TV e a Rádio Senado já operam no sistema digital, e em Maceió a previsão é de entrar em operação até o final de 2015.

Mais de 1.600 documentos foram captados ao vivo em formato digital com o registro das sessões plenárias e reuniões das comissões. Em 2013/2014 foram captadas, respectivamente, 3.414 e 3.932 horas de vídeo de eventos legislativos.

Mais de 200 mil atividades de gerenciamento, entre catalogação, descrição, indexação e revisão de documentos. Ao mesmo tempo, os documentos analógicos do arquivo da TV Senado, com gravações desde o início da emissora, em 1996, seguiram sendo digitalizados e incorporados ao sistema.

Implantação da nova fitoteca robotizada para expansão da capacidade de armazenamento de áudio, vídeo e fotografias das reuniões de plenário e comissões, vídeo de programas da TV Senado, áudio de programas da Rádio Senado e fotografias do *Jornal do Senado*. O novo equipamento também permitirá realizar cópias de segurança de todo conteúdo digital (já digitalizado) do Cedoc multimídia, compreendendo mais de 61 mil horas de vídeo, 229 mil fotografias e 26 mil horas de áudio.

Implementação de 68 atualizações nos *softwares* em manutenção ou em desenvolvimento pelo Centro de Documentação.

Digitalização, *ingest* e preservação de 229 mil fotografias, 62 mil horas de vídeos, 27 mil horas de áudio de reuniões de plenário, comissões e programas da Rádio Senado, totalizando 799 *terabits* de armazenamentos em fitoteca robotizada.

Nos anos de 2013 e 2014, após a implantação do *software* Cedoc Cview, foi feito *download* de vídeo pela intranet, que equivalem a 3.625 DVDs.

Digitalização do acervo de áudio e vídeo do Prodasen.

Ações institucionais

FIXAÇÃO DE PRAZO mínimo de sete dias de antecedência para dar tramitação no Senado Federal antes que uma medida provisória perca a validade. Em consequência disso, negou-se seguimento a três medidas provisórias que chegaram ao Senado em prazo menor que o fixado em função da delonga da Câmara dos Deputados. A Constituição confere ao Congresso Nacional a prerrogativa de aceitar ou não as medidas provisórias (MPs) para que elas possam continuar

a ter eficácia, e a Constituição não é um pormenor, é a Lei Maior do país. As MPs precisam ser regulamentadas. Hoje ainda temos dúvidas. Votamos essa regulamentação no Senado Federal quando era presidente o peemedebista Ramez Tebet, mas até hoje essa transição não acabou. Isso nos atrapalha a continuar oferecendo aos governos um instrumento rápido de decisão para fazer face às situações realmente urgentes e relevantes. A Constituição federal foi produzida pela nação, portanto reúne a vontade permanente de toda a sociedade. Ela governa permanentemente quem governa temporariamente.

Vitória no Supremo Tribunal Federal quanto à impossibilidade de controle prévio de constitucionalidade de projetos em tramitação. Decisão histórica que preservou a independência dos poderes quando o Congresso deliberava sobre um projeto que inibia a criação de novos partidos ao restringir o tempo de televisão para novas siglas e cuja tramitação foi suspensa por uma liminar judicial.

Outra vitória junto ao Supremo Tribunal Federal quanto ao poder exclusivo do Congresso Nacional para dispor sobre proporcionalidade das bancadas estaduais por lei complementar.

Em 2014, o TSE, por 5 votos a 2, recalculou o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados com base no Censo do IBGE de 2010. Com a mudança, oito Estados perderiam e cinco ganhariam cadeiras no Legislativo. Ocorre que, conforme está explicitado na Constituição federal, o tamanho das bancadas é definido, obrigatoriamente, por lei complementar, que é uma prerrogativa do Congresso Nacional.

Fixação de calendário permanente para deliberação mensal de vetos. Com a aprovação da Resolução 1/2013, do Congresso Nacional, ficou estabelecido que as apreciações de vetos presidenciais ocorrerão em sessões do Congresso Nacional a serem convocadas, impreterivelmente, para a terceira terça-feira de cada mês.

Regulamentação da avaliação de políticas públicas pelas comissões permanentes, que entregarão ao final da legislatura seus primeiros relatórios.

Ampla abertura de todos os dados corporativos, financeiros e institucionais do Senado Federal no Portal da Transparência. O Senado Federal, ao criar a Secretaria de Transparência e o Conselho de Transparência e Controle Social, em fevereiro de 2013, teve como diretriz central aumentar a transparência de seus atos e gastos públicos e estimular a cultura de acesso à informação e controle social no país.

Uma das principais ações nesse sentido foi reformular o seu Portal da Transparência para possibilitar amplo acesso a dados corporativos, financeiros e institucionais. O objetivo foi, ainda, organizar melhor as informações de modo a tornar a navegação mais fácil, eficiente e funcional. Outra novidade foi a inclusão de respostas às demandas de informação recorrentes, recebidas pelo Senado.

Hoje a sociedade pode acompanhar informações atualizadas sobre os gastos associados a cada uma das prerrogativas e benefícios dos parlamentares, bem como a legislação que os regulamenta. É possível, também, acessar as despesas com suprimento de fundos, materiais de consumo, viagens oficiais, pagamento de horas extras, além da relação de bens patrimoniais, licitações e contratos da instituição.

Na área de recursos humanos, o portal da Casa disponibiliza a lista de todos os servidores efetivos e comissionados, com possibilidade de acesso à remuneração, lotação e função exercida, dentre outros; e dados sobre pensionistas e concursos.

O Conselho de Transparência e Controle Social, integrado por servidores do Senado e representantes da sociedade civil organizada, atua como órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora na proposição de ações que disseminem o acesso à informação pública e a cultura da transparência. Em reuniões bimestrais, o colegiado discute projetos e formula estudos para nortear a Política de Transparência e Controle Social do Senado.

Orçamento impositivo que obriga o governo a executar as emendas individuais dos parlamentares à peça orçamentária anual. Anseio histórico de todo o Congresso Nacional, desde a emenda constitucional apresentada pelo ex-senador Antônio Carlos Magalhães⁹¹, que teve meu apoio e entusiasmo.

Anunciamos que o Senado certamente suspenderá os efeitos do Decreto presidencial 8.243, de 2014, que regulamentava os conselhos populares e estabelecia diretrizes para criação dos conselhos prevendo que eles fossem ouvidos na formulação de políticas públicas, passando por cima das prerrogativas do Congresso no processo legislativo. O Congresso recuperou, assim, a prerrogativa de ser o único foro de discussão e deliberação de assuntos que se refiram ao próprio regime de democracia representativa vigente no país. Na verdade, o Decreto 8.243 relativiza o papel do Congresso como espaço de representação política da sociedade, transferindo parte de seu poder para essas comissões, mesmo sendo consultivas. Eu, pessoalmente, sugeri à presidente, diante da evidência da derrubada do decreto, que ela o substituísse por um projeto de lei a ser aprimorado no Congresso Nacional.

Discussão e aprovação de um novo pacto federativo, incluindo a mudança do indexador que corrigia as dívidas dos estados com a União e a redistribuição dos impostos arrecadados no comércio eletrônico. Durante os últimos anos, o PMDB capitaneou uma ampla rediscussão do pacto federativo. O partido apresentou projetos concretos e, no Senado Federal, foi criada a comissão de especialistas para sugerir reformas nesta área.

Após 25 anos da promulgação da Constituição, são muitas as ponderações quanto à distribuição da receita dos impostos entre a União, os estados e os municípios e todos desejavam substituir o

91. Antônio Carlos Magalhães 1927-2007) – Médico, empresário e político brasileiro com base eleitoral na Bahia, estado que governou por três vezes. Foi senador em 1994 e em 2002 e presidente do Congresso Nacional.

IGP-DI⁹² pela Selic, diminuindo ainda os juros dos atuais 6%, 7,5% e 9% para 4% ao ano. A mudança do indexador foi aprovada, por unanimidade, no final de 2014, conforme compromisso que havia anunciado antes das eleições.

A medida vai permitir aos estados recuperarem sua capacidade de investimento. A alteração significou a redução no endividamento das unidades da Federação, que poderão contratar novas dívidas e reduzir o percentual dos seus gastos que estão comprometidos hoje com essas prestações.

Uma das principais mudanças é a substituição do indexador utilizado na correção das dívidas estaduais. Sai IGP-DI mais juros de 6% a 9% e entra o IPCA mais 4% ao ano ou taxa básica Selic, o que for menor. As alterações foram retroativas ao valor da dívida a partir de janeiro de 2013.

O modelo antigo asfixiava a capacidade de pagamento e de investimento dos estados e o governo federal se comportava como um verdadeiro agiota. Contraídas no final da década de 90, quando o governo federal as assumiu, as dívidas dos estados e municípios se tornaram impagáveis.

De maneira geral todos os estados foram beneficiados, alguns mais, outros menos. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tomou em 1998 R\$ 9,8 bilhões. Até dezembro de 2013 já havia pago R\$ 16,8 bilhões e ainda devia R\$ 44,3 bilhões. Alagoas é outro estado da Federação a se beneficiar. Em 1997, a dívida era de R\$ 2 bilhões. Foram pagos R\$ 3 bilhões até 2013 e a dívida continuava a subir, consumindo R\$ 50 milhões todos os meses.

92. IGP-DI – Calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, é coletado entre o primeiro e o último dia do mês de referência. O índice registra as variações de preços de matérias-primas agropecuárias e industriais, de produtos intermediários e de bens e serviços finais.

À mudança do indexador somem-se o aumento de 1% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁹³ e a partilha dos tributos arrecadados nas vendas não presenciais. A medida se justifica com a extraordinária expansão do uso da internet, que instituiu o chamado comércio eletrônico, em que o comprador é exposto a uma variedade de produtos e preços sem precedentes em nossa história econômica. A proposta foi a de sujeitar essas operações ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes e foi aprovada por unanimidade no Senado Federal.

Ressalte-se que só durante nossas passagens pela Presidência do Congresso Nacional, a participação do FPM na arrecadação do IR e IPI foi aumentada duas vezes.

Dessa forma, caberá ao Estado de localização do destinatário da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Somente em 2013, o comércio eletrônico movimentou perto de R\$ 19 bilhões. É uma proposta importante para o equilíbrio fiscal e, por consequência, para o Pacto Federativo, considerando que quando as atuais regras de distribuição foram colocadas na nossa Constituição, em 1988, o comércio eletrônico ainda nem existia.

Devolução do valor pago pela cobrança feita em 2012 para quitar dívida do Imposto de Renda não recolhido sobre o 14^o e 15^o salários dos senadores entre 2007 e 2011 a um custo de R\$ 5 milhões. O pedido de devolução foi baseado na decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda, que considerou que não deve haver incidência de IR no pagamento de ajuda de custo – finalidade dos extintos 14^o e 15^o salários. Alguns senadores (47) fizeram o recolhimento diretamente e outros fizeram uma cobrança provisionada pelo Senado.

93. Fundo de participação dos Municípios – O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 24,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes.

Outras ações sociais e ambientais

2013

Focos principais:

Inclusão das pessoas com deficiência e uso racional dos recursos;

O Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais participou da elaboração da Política de Acessibilidade do Senado Federal;

Destacaram-se, também, as gestões do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais em relação à aposentadoria especial para o servidor público com deficiência;

Em 2013, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais atendeu a 1.976 visitantes com deficiência e também àqueles com mobilidade reduzida, como idosos, gestantes e obesos;

Celebração da Semana em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, desenvolvida sob a coordenação da Diretoria Geral Adjunta de Gestão, com a realização de palestras, teatro, desfile, projeto cão guia, *talk show*, exposição de artes, oficina de libras, exibição de filmes e visitação;

Distribuição, por todo o Senado, de 390 novos coletores de papel usado. O resultado da coleta segue para reciclagem;

Assinatura do acordo de cooperação de catadores de materiais recicláveis e instituída a coleta de pilhas, baterias e vidro triturado para destinação final adequada.

2014

Senado Verde

Doação de 800 (oitocentas) mudas excedentes produzidas no viveiro do Senado ao Jardim Botânico de Brasília.

Elaboração do balanço social do Senado.

Elaboração de plano de gestão.

Nova página do Senado Verde.

Elaboração e divulgação de calendário ambiental.

Adesão e participação da Hora do Planeta.

Parceria com o EcoCâmara – Dia Mundial da Água e Semana do Meio Ambiente.

Semana do Meio Ambiente

Campanha Coleta Seletiva com o objetivo de sensibilizar os servidores da Casa para o descarte correto do lixo.

Campanha de redução do uso de copos descartáveis com objetivo de minimizar o uso de copos descartáveis e substituí-los por canecas.

Campanha das Estantes do Desapego, instaladas na entrada da garagem coberta Anexo II, no Prodasen e no Espaço do Servidor.

Campanha de descarte de lixo eletrônico com o objetivo de orientar e informar sobre a necessidade de destinação correta do lixo eletrônico.

Circuito Tela Verde, com a exibição de filmes com temática ambiental.

Realização de oficina de artesanato com reutilização de caixas tetra park com o objetivo de sensibilizar o consumo sustentável.

Realização de oficina de cosméticos fitoterápicos (plantas medicinais).

Palestra com o técnico fitoterápico Airton Barbosa, destinada a estimular o uso de plantas para fabricação de xampus, cremes e sabonetes caseiros.

Participação de representante do Senado Verde (Mário Viggiano) no Seminário Setor Público Sustentável: Responsabili-

dades e Desafios, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Criação do projeto Mobilidade Urbana e instalação de bicicletários no Senado Federal.

Bicicletários

Instalação de equipamentos para ciclistas no Senado Federal – Chapelaria, Interlegis, Prodasen e próximo ao ponto final das vans.

Evento comemorativo ao Dia do Cerrado – Visitas e oficinas no Jardim Botânico de Brasília.

Novo projeto de coleta seletiva.

Projeto Sinalização do Viveiro.

Projeto de elaboração de campanha de racionalização de uso de recursos naturais.

Projeto EcoLega – programa de voluntariado.

Projeto Gabinete Consciente – ações setoriais de sustentabilidade.

Projeto de reciclagem de bitucas de cigarros.

Instalação de 2 (duas) estações do Projeto BikeBrasília (Praça dos Três Poderes e via N2). As estações serão disponibilizadas em dezembro de 2014.

Projeto de parceria com a Embrapa Cerrado para a inserção de plantas nativas do cerrado e utilização nos arranjos florais decorativos da Casa.

Participação do Fórum Governamental de Responsabilidade Social.

Projeto de redução de consumo de copos descartáveis e papel.

Campanha setorial para redução de uso de copos descartáveis – ação implementada no Prodasen com a realização dos eventos Café com Queijo e Café com Tapioca.

Ação de monitoramento do consumo de água e energia.

Participação no Projeto Integrar novos servidores.

Participação no Seminário Desafios da Gestão Pública no Brasil e nos Estados Unidos, na Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Elaboração da cartilha (folder). Dicas para quem quer ter atitude na preservação do meio ambiente – 5 R's.

Senado Inclusivo

Revisão do Pleno de Acessibilidade.

Instituição da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado, com diretrizes de acessibilidade, de abertura de oportunidades sociais de gênero e raça, e com critérios de gestão de resíduos e aproveitamento de recursos ambientais.

Acessibilidade estrutural e urbanística:

Projeto para demarcação de vagas reservadas a pessoas com deficiência e idosos em todos os estacionamentos do Senado;

Determinação para construção de acesso para deficientes à Mesa do Plenário, atrás do painel eletrônico.

Acessibilidade assistida:

Coordenação da Acessibilidade Assistida;

Acompanhamento dos atendimentos realizados;

Reunião com os responsáveis pelo Programa de Visitação do Senado.

Acessibilidade virtual:

Atualização do conteúdo do *site* do Senado Inclusivo;

Acompanhamento das mensagens recebidas na pasta no Outlook (acessibilidade@senado.leg.br).

Contratação de intérpretes de libras para atendimento de sessões solenes e especiais, audiências públicas e eventos no Senado.

Acompanhamento do processo iniciado pela Coordenação de Relações Públicas, que inclui a contratação de recepcionistas bilíngues (português/libras) para atuar em eventos.

Criação, sem custos ou criação de cargos, da Procuradoria da Mulher.

Ações de sensibilização/prevenção.

Dia Internacional da Síndrome de Down:

Organização de audiência pública em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, no dia 20 de março, na Comissão de Direitos Humanos;

Organização da Exposição Lúcio, arteiro, artista, lúcido pintor, com obras do artista plástico Lúcio Piantino, ocorrida nos dias 17 a 21 de março, no Salão Branco;

Apoio na organização da sessão especial para comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, no dia 20 de março, no Plenário do Senado Federal.

Dia Nacional do Braille:

Elaboração de vídeo informativo, produzido pela TV Senado, para divulgação das ações realizadas pelo Serviço de Impressão em Braille.

Dia Nacional de Combate ao Glaucoma:

Palestra proferida pelo Dr. Diego Tebaldi com o tema “Glaucoma: riscos, prevenções e tratamento”, no dia 26 de maio, no Plenário 3.

Aferição da pressão intraocular, realizada no Plenário 3, no dia 26 de maio, com o apoio do Hospital Oftalmológico de Brasília.

Aferição da pressão intraocular, realizada na Praça de Alimentação, nos dias 26 e 27 de maio, com o apoio do Hospital Pacini.

Divulgação de informações:

Publicação de informações relacionadas à acessibilidade a pessoas com deficiência através da intranet, nas seguintes datas:

15/1 – Eleição em 2014 terá urnas eletrônicas com áudio para deficientes visuais;

2/4 – Senado apoia Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Apoio a eventos:

Apoio na realização da audiência pública para lançamento da Cartilha do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo – PCD Legal.

Capacitação da equipe:

Participação nos seguintes eventos/ações de capacitação:

XIII Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Paradesporto (Reatech), na cidade de São Paulo – 10 a 13 de abril de 2014;

Seminário Dia Mundial das Doenças Raras – Juntos Cuidaremos Melhor, realizado no dia 26 de fevereiro, no Auditório Nereu Ramos, Anexo II da Câmara dos Deputados;

Simpósio sobre Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, realizado no Hotel Royal Tulip Brasília, nos dias 24 e 25 de abril.

Pesquisa de satisfação com os chefes de gabinetes

Prodasen

O atendimento do gerente de contas e o presencial têm aceitação de 78.3% e 73.3%, respectivamente;

O atendimento por telefone figura entre os quesitos mais bem avaliados da tecnologia, com 73.3% do total de respondentes declarando satisfação;

Ainda preocupam a velocidade de rede e a estabilidade de conexão. Entretanto, a Diretoria Geral está procurando melhorar esse cenário, com a aquisição do *storage*, servidores (lâmina, *rack* e banco de dados) e *switches* de camadas de acesso e núcleo de rede. Essas são peças fundamentais para a melhoria do desempenho da internet e da intranet nesta Casa Legislativa.

Secretaria de Gestão de Pessoas

Em 2013, a disponibilidade de informações e o atendimento ao usuário por telefone foram considerados insatisfatórios ou muito insatisfatórios por 40.3% e 37.7% dos entrevistados, respectivamente. Esses percentuais caíram para 16.7% e 11.7% na atual pesquisa, o que representa aprovação de mais de 80%.

Os sistemas de informação voltados para gestão de pessoas (ex.: Ergon e Forponto) foram mal avaliados em 2013, uma vez que 35.1% declararam-se insatisfeitos com alguma medida com essas ferramentas. Na atual sondagem, o número de insatisfeitos caiu para 23.3%.

A eficiência no serviço prestado pela SERH era malvista por 31.2%, índice que agora fica em 16.7%.

O único índice que não apresentou redução, mantendo a insatisfação de 2013, foi a “Posse do servidor comissionado”, com 28.3%. Ressalte-se que, para minimizar o grau de insatisfação, foi publicado o Ato da Diretoria Geral nº 18/2014, o qual dispensa, no caso de posse em cargo de comissão do Senado Federal, a apresentação de nova documentação pelo interessado, desde que não haja interrupção de vínculo funcional.

Apoio à atividade parlamentar

Os índices com maiores percentuais de satisfação dos respondentes foram: “Qualidade no atendimento”, “Eficiência do serviço prestado” e “Rapidez na solução das demandas” (75%, 70% e 66,7%, respectivamente);

O índice de satisfação da “Disponibilidade de relatórios para controle interno dos gastos de gabinete” cresceram 22.9%, alcançando 56.7% em 2014.

Secretaria de Patrimônio

Os itens mais bem avaliados na Secretaria de Patrimônio foram: “Aspectos relacionados à frota de veículos do Senado” e “Atendimento ao usuário”. Em 2013, 55.8% dos respondentes afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o atendimento ao usuário. Em 2014, totalizaram 75% dos respondentes.

O item “Manutenção dos veículos” em 2013 foi declarado satisfatório ou muito satisfatório por 59,7% dos respondentes. Hoje, esse índice alcança 73.3% dos respondentes.

As taxas de satisfação com os índices “Rapidez na solução das demandas”, “Eficiência no serviço prestado” e “Sinalização corporativa” tiveram notável crescimento de 2013 para 2014 (de 36.4% para 56.7%, de 50.6% para 68.3% e de 45.5% para 63.3%, respectivamente).

Entretanto, o item “Disponibilidade de mobiliário e de eletrodomésticos” continua gerando grande insatisfação, com 28.3% em 2013 e 26.7% em 2014.

Secretaria de Polícia do Senado Federal

Comparado com a pesquisa de 2013, a Secretaria de Polícia teve a melhor avaliação. O controle de acesso às dependências do Senado e a fiscalização de vagas de estacionamento em 2013 registraram índices de insatisfação de 27.3% e 20.8%, respectivamente. Em 2014, os percentuais caíram para 18.3% e 8.3%, respectivamente.

Em 2013, 37.7% estavam satisfeitos com o controle de acesso ao Senado. Hoje esse item aumentou para 51.7%.

Quanto à fiscalização de vagas de estacionamento, em 2013, 39% dos respondentes declararam-se satisfeitos, número que agora alcança 60% do total de entrevistados.

Os índices dos que declararam insatisfação com a “Segurança dos plenários” e com a “Segurança dos parlamentares” eram em 2013 de 14.3% e 9.1%, respectivamente. Hoje caíram para 8,3% e 6.7%.

Coordenação da Biblioteca

Na opinião de 80% dos respondentes o atendimento ao usuário é considerado satisfatório ou muito satisfatório.

A excelência da qualidade do acervo físico e a eficiência do serviço prestado foram reconhecidas por 81.7% dos gabinetes, que disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com esses itens.

Quanto à qualidade do acervo digital da Biblioteca em 2013, 68.6% afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Hoje esse número corresponde a 75% dos respondentes.

Realização de reuniões setoriais

31 reuniões da Diretoria-Geral com mais de 2.600 servidores, com o intuito de conhecer as demandas das diversas unidades administrativas e colher sugestões para melhoria e esclarecimento de dúvidas.

Pesquisas de satisfação setorial

Pesquisas de satisfação setorial realizadas com os servidores do Instituto Legislativo Brasileiro, da Secretaria de Administração de Contratações e da Secretaria Geral da Mesa.

Pesquisas externas (Sepop)

Em 2013 e 2014 o DataSenado contou com a participação de 310.479 pessoas na realização de 19 pesquisas externas, 15 internas e 40 enquetes.

As pesquisas externas e as enquetes são desenvolvidas com o intuito de aumentar o conhecimento do parlamentar sobre a sociedade brasileira, dando destaques a assuntos que estejam em debate no Senado ou que despertam a atenção da população. Além disso, oferecem um retrato confiável da opinião pública a respeito do desempenho da instituição e dos trabalhos legislativos, ao investigar temas de grande relevância social, como reforma eleitoral e política, legalização de drogas, regulamentação de profissões, leis

de trânsito, direitos humanos, transparência, Código Penal, dentre outros.

Já as pesquisas de opinião internas são uma grande ferramenta da Gestão de Pessoas, tendo por objetivo conhecer a percepção dos colaboradores da organização em relação aos fatores que afetam a sua satisfação no ambiente de trabalho. Também servem para avaliar o funcionamento da organização, a comunicação entre os setores, a prestação de contas, entre outros.

.....

Balanço Legislativo

A DESPEITO DE TRATAR-SE DE UM BIÊNIO em parte tumultuado pelas eleições, pela Copa do Mundo e das Confederações, por manifestações sociais e intensa movimentação política, inúmeras matérias foram examinadas, discutidas e aprovadas no Senado Federal, o que nos motiva a traçar um breve histórico aqui.

Apesar dos poderosos *lobbies* que se opuseram à reforma administrativa, notadamente daqueles que tinham interesse direto em licitações e contratos do Senado Federal, a Mesa Diretora não se afastou do trinômio: economia, eficiência e transparência.

O resultado na produtividade da Casa mostrou o quanto havia de desperdício, privilégios, redundâncias e sobreposições. Como em poucas oportunidades de nossa história democrática, o Senado votou em profusão e aprovou mais proposições nascidas no Parlamento, demonstrando que o Congresso é capaz, sim, de produzir políticas públicas autônomas, independente de sua composição política e dos interesses do Poder Executivo.

A relação de propostas aprovadas é relevante tanto do ponto de vista qualitativo quanto do quantitativo. Boa parte desta

produção deve-se à sociedade, que pressionou o Legislativo – e só a sociedade tem legitimidade para tal –, exigindo uma nova agenda para o Brasil. Só para se ter uma ideia da força emanada das ruas, o Senado, naquele momento histórico, aprovou em regime especial mais de 40 matérias relevantes em apenas 20 dias, algumas delas, que dormitavam havia anos nas nossas gavetas preguiçosas.

Foram projetos, emendas constitucionais, decretos de vários matizes, teores diversos que, em comum, guardam apenas o interesse social e não a vontade de grupos econômicos poderosos.

Entre eles podemos citar a equiparação dos direitos trabalhistas para empregados e empregadas domésticas que abre caminho para jogarmos fora a última chave da senzala; a mudança de critério para análise de vetos; a universalização do Supersimples, a prorrogação da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos, a carreira do agente e guardas de trânsito, a regulamentação da profissão de vaqueiro, uma das mais icônicas das imagens produzidas no sisudo tapete azul, a Lei Menino Bernardo⁹⁴ para inibir a violência contra crianças, que contou com a participação decisiva da atriz e apresentadora Xuxa Meneghell, a PEC da Música que, coordenados pela produtora Paula Lavigne, levou ao Senado artistas da categoria de Caetano Veloso, Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Fafá de Belém, Fagner, Alexandre Pires, Carlinhos Brown, Carlos Mills, Dado Villa-Lobos, Du Oliveira, Dudu Falcão, Eduardo Rajo, Emicida, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Francis Hime, Frank Aguiar, Frejat, Gaby Amarantos, Ivan Lins, Joãozinho Gomes, Jorge Vergillo, Jota Quest, Lenine, Léo Jaime, Léo Esteves, Leoni, Luana Quintas, Márcio Victor, Marisa Monte, Max Viana, Mc Federado, Nando Reis, Olívia Hime, Otto, Paula Lavigne, Patrícia Bastos, Péricles, Pretinho da Serrinha, Renio Quintas, Roberta Miranda, Rogério Flausino, Rosemary, Thiaguinho, Tim Rescala, Sandra de Sá, Stihel Nogueira, Xande e tantos outros, a ampliação do voto

94. Lei Menino Bernardo – Refere-se à lei brasileira que visa proibir o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes.

aberto, os *royalties* para saúde e educação, o próprio Plano Nacional de Educação, o piso salarial mais do que justo para agentes comunitários de saúde, a PEC da Defensoria Pública, que significa levar mais justiça a todos, a transparência nos direitos autorais, o Estatuto da Juventude, que tramitou intermináveis nove anos no Parlamento, a perda imediata do mandato para parlamentares condenados por improbidade ou crimes contra a administração pública, o orçamento impositivo e tantas outras matérias verdadeiramente revolucionárias que estão detalhadas a seguir.

Matérias já promulgadas (leis e emendas à Constituição)

2014

1. *PEC 426/2014 (PEC 39/2013)* – Aumenta em dois pontos percentuais o repasse do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Promulgada como Emenda Constitucional nº 84/2014.
2. *PLC 83/2014* – Transforma os cargos de Juiz de Direito em Juiz de Direito de Turma Recursal no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Sancionado como Lei 13.049/2014.
3. *PLC 82/2014* – Transforma os cargos de Auxiliar Judiciário em cargos de Técnico Judiciário e de Analista Judiciário no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Sancionado como Lei 13.048/2014.
4. *MPV 657/2014 (PLV 15/2014)* – Altera as Leis nºs 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996. Sancionado como Lei 13.047/2014.
5. *PLS 417/2007* – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá

- outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes. Sancionado como Lei 13.046/2014.
6. *PLC 99/2013* – Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, estados e municípios, e dá outras providências. Repactuação das dívidas dos estados e municípios com a União. Sancionado como Lei Complementar 148/2014.
 7. *SCD 34/2005* – Altera as Leis nºs 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Sancionado como Lei 13.045/2014.
 8. *MPV 651/2014 (PLV 15/2014)* – Dispõe sobre a desoneração da folha de pagamento de cerca de 60 setores da economia e da abertura de uma nova etapa do Refis da Crise. Sancionado como Lei 13.043/2014.
 9. *MPV 650/2014* – Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Policial Federal de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, e sobre a remuneração da Carreira de Perito Federal Agrário de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências. Promulgado como Lei 13.034/2014.
 10. *PLV 14/2014 (MPV 647)* – Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel e de álcool anidro à gasolina, comercializados com o consumidor final. Sancionado como Lei 13.033/2014.
 11. *PLC 123/2013* – Dispõe sobre a criação do quadro de pessoal, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções de

- confiança da Escola Superior do Ministério Público da União. Sancionado como Lei 13.032/2014.
12. *PLC 103/2013* – Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada. Sancionado como Lei 13.031/2014.
 13. *PLC 92/2013* – Altera o § 9º do art. 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para incluir os agentes de trânsito entre os beneficiários do projeto Bolsa-Formação. Sancionado como Lei 13.030/2014.
 14. *PLC 63/2014* – Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Sancionado como Lei 13.029/2014.
 15. *PLC 62/2014* – Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Sancionado como Lei 13.028/2014.
 16. *PLC 72/2014* – Cria Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (FCPRF); cria e extingue cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e funções gratificadas; e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007. Sancionado como Lei 13.027/2014.
 17. *PDS 52/2014* – Susta a Resolução – RDC nº 52, de 6 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre a proibição do uso das substâncias anfepramona, femproporex e mazindol, seus sais e isômeros, bem como intermediários e medidas de controle da prescrição e dispensação de medicamentos que contenham a substância sibutramina, seus sais e isômeros, bem como intermediários. Promulgado como Decreto Legislativo 273/2014.

18. *PLC 90/2014* – Altera as Leis nºs 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, na parte em que dispõe sobre o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama); cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias; e autoriza a transformação dos empregos criados pelo art. 15 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, no cargo de Agente de Combate às Endemias. Sancionado como Lei 13.026/2014.
19. *PLC 59/2014* – Altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher, que será operado pela Central de Atendimento à Mulher, mantida pelo Poder Executivo. Sancionado como Lei 13.025/2014.
20. *PL 2201/2011* – Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros do Ministério Público da União e dá outras providências (*PLC 6/2014* – Emenda do Senado foi rejeitada na CD em 6/8/2014). Sancionado com vetos parciais como Lei 13.024/2014.
21. *PLC 61/2014* – Prorroga prazo dos benefícios fiscais para a capacitação do setor de tecnologia da informação. Sancionado como Lei 13.023/2014.
22. *PLC 39/2014* – Estatuto Geral das Guardas Municipais. Sancionado como Lei 13.022/2014.
23. *SCD 41/1993* – Regula o funcionamento e a fiscalização das farmácias, a obrigatoriedade de presença de farmacêutico, a responsabilidade dos farmacêuticos e dos proprietários de farmácias. Sancionado como Lei 13.021/2014.
24. *PLC 60/2014* – Complementar. Universalização do Supersimples. Sancionado como Lei Complementar 147/2014.

25. *MPV 640/2014 (PLV 9/2014)* – Cria, em caráter temporário, as Funções Comissionadas de Grandes Eventos (FCGE) e extingue Funções Comissionadas Técnicas (FCT). Sancionado como Lei 13.020/2014.
26. *PEC 20/2014* – Amplia o prazo da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. Promulgada como Emenda Constitucional nº 83, de 2014.
27. *PLS 649/2011* – Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 (Novo Marco Regulatório das ONGs). Sancionado como Lei 13.019/2014.
28. *PLC 90/2013* – Institui a Política Nacional de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura, e dá outras providências (PL 757/2011). Sancionado como Lei nº 13.018/2014.
29. *PEC 77/2013* – Disciplina a segurança viária no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estrutura a carreira dos agentes de trânsito. Promulgada como Emenda Constitucional nº 82, de 2014.
30. *PLS 16/2012* – Altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até US\$ 10.000,00

(dez mil dólares norte-americanos). Sancionado como Lei 13.017/2014.

31. *PLC 70/2011* – Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco. Sancionado como Lei 13.016/2014.
32. *PLC 63/2013* – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. Sancionado como Lei 13.015/2014.
33. *PLS 44/2012* – Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários (do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e do Programa de Fomento às atividades Produtivas Rurais) sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Sancionado como Lei 13.014/2014.
34. *PLC 20/2013* – Denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Landri de Oliveira Cambraia o trecho da BR-156 entre as cidades de Macapá e Amapá, e Rodovia Janary Nunes o trecho da BR-156 entre as cidades de Amapá e Oiapoque. Sancionado como Lei 13.013/2014.
35. *MPV 642/2014* – Abre crédito extraordinário para o Ministério da Defesa. Promulgada como Lei nº 13.012/2014.
36. *MPV 639/2014* – Autoriza a União a alienar imóveis para revitalização da área portuária da cidade do Rio de Janeiro. Promulgada como Lei nº 13.011/2014.
37. *PLC 58/2014* – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

- de 1996 (Lei da Palmada). Sancionado como Lei 13.010/2014 e que contou com o entusiástico apoio da atriz e apresentadora Xuxa Meneghel.
38. *PLC 78/2013* – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Sancionado como Lei 13.009/2014.
 39. *PLC 62/2012* – Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, e acrescenta-lhe o art. 334-A (Contrabando e descaminho). Sancionado como Lei 13.008/2014.
 40. *PLC 136/2011* – Autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a alienar, por meio de doação, imóvel à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Sancionado como Lei 13.007/2014.
 41. *PLS 185/2008* – Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Sancionado como Lei 13.006/2014.
 42. *PL 8035/2010* – Plano Nacional de Educação, com metas a serem atingidas nos próximos anos (PLC 103/2012). Sancionado como Lei 13.005/2014.
 43. *PLP 59/1999* – Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho (PLC 62/2009-Complementar). Sancionado como Lei Complementar 146/2014.
 44. *PLS 121/2011* – Altera os arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para incluir, entre as finalidades da ação civil

- pública, a proteção do patrimônio público e social. Sancionado como Lei 13.004/2014.
45. *PLS 276/2004* – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços. Sancionado como Lei 13.003/2014.
 46. *PLC 113/2013* – Obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês. Sancionado como Lei 13.002/2014.
 47. *MPV 636/2013 (PLV 11/2014)* – Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária. Sancionado como Lei 13.001/2014.
 48. *MPV 633/2013 (PLV 8/2014)* – Autoriza a concessão de subvenção econômica sob a modalidade de equalização de taxas de juros pela União, autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH); autoriza a União a conceder empréstimo ao BNDES e a conceder subvenção econômica às unidades produtoras de etanol na região Nordeste. Sancionado como Lei 13.000/2014.
 49. *MPV 635/2013 (PLV 7/2014)* – Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2012/2013 e sobre a ampliação do Auxílio Emergencial Financeiro relativo aos desastres ocorridos em 2012. Sancionado como Lei 12.999/2014.
 50. *MPV 632/2013 (PLV 5/2014)* – Dispõe sobre remuneração das carreiras e dos planos especiais de cargos de órgãos do Poder Executivo. Sancionado como Lei 12.998/2014.

51. *SCD 193/2003* – Considera perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta (atividades de mototaxista, motobói e de motofrete). Sancionado como Lei 12.997/2014.
52. *MPV 638/2014 (PLV 10/14)* – Altera o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto); reabre até o último dia útil de agosto de 2014 os prazos de pedido de parcelamento de débitos tributários e não tributários federais (Refis da Crise); reabre o prazo de adesão das entidades filantrópicas da área de saúde ao programa de moratória e remissão de dívidas (Prosus); regula a permissão para prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual semiurbano de passageiros e para prestação regular de serviços de transporte ferroviário de passageiros e a autorização para prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo interestadual e internacional de passageiros, desvinculados da exploração de infraestrutura; autoriza a regularização das áreas ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto e por entidades de assistência social nos limites do Distrito Federal. Sancionado como Lei 12.996/2014.
53. *MPV 634/2013 (PLV 6/14)* – Mantém até dezembro de 2017 os prazos e os percentuais para destinação dos recursos para aplicação em projetos relevantes para o desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional; mantém até dezembro de 2017, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, a opção pela aplicação do Imposto de Renda no Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e no Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), em favor dos projetos aprovados e em processo de implantação até 2 de maio de 2001; reduz a zero as alíquotas das contribuições, nas hipóteses de importação de neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson e o álcool,

- inclusive para fins carburantes, na forma e prazo que especifica; altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Sancionado como Lei 12.995/2014.
54. *SCD 270/2006* – Institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Sancionado como Lei 12.994/2014.
55. *PLC 28/2014* – Permite porte de armas fora do serviço a agentes e guardas prisionais. Sancionado como Lei 12.993/2014.
56. *PLC 27/2014* – Cria cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), destinados ao Ministério da Cultura. Sancionado como Lei 12.992/2014.
57. *PLC 3/2014* – Cria cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas destinados ao quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências. Sancionado como Lei 12.991/2014.
58. *PLC 29/2014* – Quotas para negros em concursos: 20% das vagas oferecidas. Sancionado como Lei 12.990/2014.
59. *PLC 32/2014* – Abre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Sancionado como Lei 12.989/2014.
60. *PEC 57-A/1999* – PEC do Trabalho Escravo, que determina a expropriação de terras exploradas com trabalho escravo. Promulgada como Emenda Constitucional nº 81.
61. *PEC 4/2014* – PEC das Defensorias, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos. Promulgada como Emenda Constitucional nº 80.
62. *MPV 631/2013 (PLV 3/2014)* – Transfere recursos da União aos órgãos e entidades dos estados, Distrito Federal e municí-

- pios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastres. Sancionado como Lei 12.983/2014.
63. *ECD 51/2003* – Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de Aids. Sancionado como Lei 12.984/2014.
 64. *MPV 630/2013 (PLV 1/2014)* – Estende a aplicação do referido Regime Diferenciado de Contratações Públicas às obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. Sancionado como Lei 12.980/2014.
 65. *MPV 628/2013 (PLV 4/2014)* – Institui fonte adicional de recursos para o BNDES; autoriza a União a encerrar o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo. Sancionado como Lei 12.979/2014.
 66. *PLS 243/2010* – Classifica como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente (PL 7220/2014 na Câmara). Sancionado como Lei 12.978/2014.
 67. *PEC 11/2014* – Regulariza a situação de servidores dos ex-territórios do Amapá e Roraima na administração pública federal. Promulgada como Emenda Constitucional nº 79.
 68. *PLC 38/2013* – Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres. Sancionado como Lei 12.977/2014.
 69. *PLC 117/2010* – Estabelece normas para as eleições (ordem em que a urna eletrônica exibirá para o eleitor os painéis referentes aos cargos a serem preenchidos na eleição). Sancionado como Lei 12.976/2014.
 70. *MPV 627/2013 (PLV 2/2014)* – Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas. Sancionado como Lei 12.973/2014.
 71. *MPV 637/2013* – Abre crédito extraordinário em favor de vários ministérios. Sancionado como Lei nº 12.969/2014.

72. *MPV 626/2013* – Abre crédito extraordinário para o Fies. Sancionado como Lei nº 12.956/2014.
73. *PEC 122/2011* – Estende a possibilidade de acumular cargos públicos aos profissionais de saúde integrantes das Forças Armadas. Promulgada como Emenda Constitucional nº 77.
74. *PLC 04/2014* – Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro. Sancionado como Lei nº 12.968/2014.
75. *PLC 110/2013* – Tipifica o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. Sancionado como Lei nº 12.959/2014.
76. *PLC 98/2013* – Exige manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Sancionado como Lei nº 12.960/2014.
77. *PLC 58/2013* – Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Sancionado como Lei nº 12.962/2014.
78. *PEC 61/2013* – Indenização aos soldados da borracha. Promulgada como Emenda Constitucional nº 78.
79. *PLS 114/1997* – Altera a Lei da Ação Civil Pública para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Sancionado como Lei nº 12.966/2014.
80. *PLC 115/2013* – Dispõe sobre a destruição de drogas apreendidas. Sancionado como Lei nº 12.961/2014.
81. *PLC 21/2014* – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil (marco civil da internet). Sancionado como Lei nº 12.965/2014.
82. Aprovação da Medida Provisória 651, que concedeu uma série de incentivos fiscais. O principal deles tornou permanente a desoneração da folha de pagamento para 59 setores da economia. A MP 651 reabriu por 15 dias o prazo para que contribuintes optem pelo Refis – programa de parcelamento de dívidas

tributárias que prevê o pagamento desses débitos com prazos maiores e juros menores. Outro item trata da capitalização do BNDES. A MP inclui ainda a capitalização do BNDES até o valor de R\$ 5 bilhões, com remuneração até a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A MP 651 traz de volta o Reintegra, que dá a exportadores crédito de PIS/Cofins sobre as vendas de manufaturados no exterior.

83. *PLC 147/2009 (PL 2162/2007)* – Altera o art. 25 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat e estabelecer condições necessárias ao bem estar desses animais. Sancionado como Lei 13.052/2014.
84. *PLC 91/2012 (PL 1185/2007)* – Altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para incluir a não violação de regras antidoping como requisito adicional a ser cumprido por atletas candidatos ao benefício e instituir penalidade aos bolsistas que violarem as regras antidoping. Sancionado como Lei 13.051/2014.

2013

1. *PLS 240/2013* – Distribuição dos recursos do FPE, com emenda que protege a parte dos estados contra desonerações de impostos federais. Sancionado como Lei Complementar nº 143/2013
2. *PLS 129/2012* – Transparência na gestão dos direitos autorais pelo Ecad. Sancionado como Lei nº 12.853/2013.
3. *PLC 39/2013* – Projeto que responsabiliza a pessoa jurídica que auferir vantagem com corrupção. Já sancionado como Lei nº 12.846/2013.

4. *SCD 268/2002* – Regulamenta o Ato Médico, fixando quais atribuições são privativas desses profissionais da saúde. Sancionado como Lei nº 12.842/2013.
5. *MPV 609/2013 (PLV 15/2013)* – Desonera a cesta básica e reduz tarifa de energia elétrica. Já sancionado como Lei nº 12.839/2013.
6. *PLC 3/2013* – Projeto que prevê o atendimento integral pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual. Já sancionado como Lei nº 12.845/2013.
7. *PLC 98/2011* – Estatuto da Juventude. Já sancionado como Lei nº 12.852/2013.
8. *PEC 82/2011* – Trata da Defensoria Pública, a fim de conferir poderes de gestão de seu orçamento. Promulgada como Emenda Constitucional nº 74.
9. *PLS 150/2006* – Projeto que define organização criminosa, que no Brasil não tinha tratamento legal adequado, sendo genericamente tratado no delito de “formação de quadrilha”. Sancionado como Lei nº 12.850/2013.
10. *PLC 11/2013* – Cria o Sistema Nacional de Combate à Tortura. Sancionado como Lei nº 12.847/2013.
11. *MP 610/2013* – Renegociação de dívidas de agricultores do semiárido. Sancionada como Lei nº 12.844/2013.
12. *PLC 51/2013* – Anistia a policiais e bombeiros militares punidos por infração ao Código Penal Militar, por participarem de movimentos reivindicatórios. Sancionado como Lei nº 12.848/2013.
13. *PLC 41/2013* – Destinação dos *royalties* do petróleo à saúde e educação. Sancionado como Lei nº 12.858/2013.
14. *MP 613/2013* – Desonera a produção e comercialização de álcool, inclusive etanol. Sancionada como Lei nº 12.859/2013.
15. *PLC 46/2013* – Desonera a prestação de serviços de transporte coletivo municipal de passageiros (zera alíquota do PIS/Pasep e Cofins). Sancionado como Lei nº 12.860/2013.

16. *MP 618/2013* – Dispõe sobre a garantia da União sobre entes controlados indiretamente e autoriza a União a conceder crédito ao BNDES. Sancionado como Lei nº 12.872/2013.
17. *MP 619/2013* – Autoriza a Conab a utilizar o RDC em suas licitações e fixa subvenções à indústria canavieira, entre outros. Sancionado como Lei nº 12.873/2013.
18. *PLC 83/2011* – Regulamenta a profissão de vaqueiro. Sancionado como Lei nº 12.870/2013.
19. *PEC 123/2011* – PEC da Música – Isenta de tributos a produção audiovisual de artistas brasileiros. Promulgada como Emenda Constitucional nº 75.
20. *MP 624/2013* – Abre crédito extraordinário. Sancionada como Lei nº 12.866/13.
21. *MP 615/2013 (PLV 21/2013)* – Fixa subvenção aos produtores de cana-de-açúcar, Refis, regula a transmissão de permissão para taxistas, dentre outras matérias. Sancionada como Lei nº 12.865/2013.
22. *MP 616/2013* – Abre crédito de dois bilhões e novecentos milhões para o FIES. Sancionada como Lei nº 12.861/2013.
23. *MP 620/2013 (PLV 22/2013)* – Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. Sancionada como Lei nº 12.868/2013.
24. *PLC 40/2013* – Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e sua atuação como correspondente bancário. Sancionado como Lei nº 12.869/2013.
25. *PLC 43/2013* – Restabelece o fuso horário do Acre e de parte do Amazonas. Sancionado como Lei nº 12.876/2013.
26. *PDS 121/2013* – Aprova a Convenção das Espécies Migratórias de Animais Silvestres. Promulgado como Decreto Legislativo 387/2013.
27. *MP 621/2013 (PLV 26/2013)* – Institui o Programa Mais Médicos. Sancionada como Lei nº 12.871/2013.

28. *PDS 177/2013* – Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteirços ou comuns. Promulgado como Decreto Legislativo 388/2013.
29. *MP 622/2013* – Abre crédito extraordinário para viabilizar a subvenção às indústrias de etanol combustível. Promulgada como Lei nº 12.877/2013.
30. *PLS 126/2008* – Dá nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição. Promulgado como Lei nº 12.878/2013.
31. *PLS 352/2012* – Inclui tratamentos entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde. Promulgado como Lei nº 12.880/2013.
32. *PLC 53/2013* – Cria cargos no Ministério Público do Trabalho. Promulgado como Lei nº 12.883/2013.
33. *PEC 43/2013* – Disciplina o voto aberto. Promulgada como Emenda Constitucional nº 76.

Matérias com veto total

1. *PLC 22/2012* – Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho. Vetado integralmente – Mensagem 327/2014 (DOU de 29/10/2014).
2. *PLC 111/2010* – Altera a denominação da barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no Município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, para “Dr. Ulisses Bezerra Potiguar”. Vetado integralmente – Mensagem 332/2014 (DOU de 29/10/2014).
3. *PLC 78/2014* – Altera o art. 5º da Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, para incluir entre os peritos oficiais os peritos

- em papiloscopia. Vetado integralmente – Mensagem 285/2014 (DOU de 25/9/2014).
4. *PLC 89/2014* – Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para resguardar aos que ingressaram na atividade notarial e de registro por concurso público as remoções ocorridas até 18 de novembro de 1994 que atenderam aos critérios previstos na legislação estadual e do Distrito Federal. Vetado integralmente. Mensagem 286/2014 (DOU de 25/9/2014).
 5. *SCD 104, de 2014* – Complementar – Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição federal. Mensagem 250/2014 (DOU de 27/8/2014).
 6. *PLC 57/2013* – Desobriga as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual. Mensagem 110/2014 (DOU de 14/5/2014).
 7. *PLS 161/2009 (PL 7.082/2010)* – Altera os arts. 20 e 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências – Mensagem 418/2014 (DOU 09/12/2014)
 7. *PLS 47/08 (PL 6.711/2009)* – “Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento” – Mensagem 417/2014 (DOU 09/12/2014)

Normas já promulgadas como resolução do Senado

2014

1. *PRS 38/2013* – Institui o Grupo Parlamentar de Apoio Brasil-Organização das Nações Unidas e dá outras providências. Promulgada como Resolução 36/2014.

2. *PRS 39/2012* – Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Malásia e dá outras providências. Promulgada como Resolução 35/2014.
3. *PRS 3/2014* – Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Cingapura e dá outras providências. Promulgada como Resolução 34/2014.
4. *PRS 43/2013* – Inclui informações de risco político entre aquelas prestadas ao Senado Federal para avaliação de processos de renegociação ou rolagem de dívidas externas. Promulgada como Resolução 5/2014.
5. *PRS 55/2014* – altera o Regimento Interno do Senado Federal, para adequá-lo às diretrizes de modernização e padronização do trabalho das Comissões.
6. *PRS 6/2014* – institui o Grupo Parlamentar Brasil-Irlanda e dá outras providências.
7. *PRS 57/2014* – consolida as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal.
8. *PRS 20/2014* – altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre os requerimentos de voto de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura.

2013

1. *PRS 7/2013* – Institui a Medalha Ulysses Guimarães pelo transcurso dos 25 anos da Constituição federal. Promulgada como Resolução 39/2013.
2. *PRS 46/2011* – Institui a Comenda Dorina Gouveia Nowill, para agradecer as pessoas com contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. Promulgada como Resolução 34/2013.
3. *PRS 5/2012* – Institui a exigência de Ficha Limpa no âmbito do Senado Federal para ocupar cargos de confiança ou funções comissionadas. Promulgada como Resolução 35/2013.

4. *PRS 66/2013* – Estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. Promulgada como Resolução 44/2013.
5. *PRS 59/2013* – Submete o perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor à análise da CRE. Promulgada como Resolução 45/2013.
6. *PRS 13/2007* – Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela. Promulgado como Resolução 46/2013.
7. *PRS 45/2011* – Cria a Comenda Senador Abdias Nascimento para agradecer personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à promoção da cultura afro-brasileira. Promulgado como Resolução 47/2013.

Matérias aprovadas no Senado que aguardam apreciação pela Câmara dos Deputados

2014

1. *PLS 467/2012* – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para incumbir o sistema de ensino de identificar os estudantes de baixo rendimento e inseri-los em plano de recuperação (proveniente da Sugestão nº 12, de 2011, do Programa Senado Jovem Brasileiro).
2. *PLS 185/2012* – altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar a presença de professores devidamente qualificados nas redes públicas de ensino (proveniente da Sugestão nº 25, de 2011, do Programa Senado Jovem Brasileiro).
3. *PL 1.960/2007* – acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio. (PLC 15/2009).

4. *PL 7890/2014* – Institui contribuição devida pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social em favor de entidades que atuam na defesa de seus interesses individuais e coletivos, facultada a oposição do aposentado ou pensionista (PLS 672/2011).
5. *PDC 1506/2014* – Susta os efeitos da Resolução nº 34/89, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorrer por meio de cartão de crédito (PDS 31/2013).
6. *PEC 426/2014* – Aumenta em dois pontos percentuais o repasse do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (PEC 39/2013).
7. *PEC 424/2014* – Torna privativa do Senado Federal a competência para decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais (PEC 35/2011).
8. *PLP 417/2014* – Autoriza a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores (Emenda 2-CAS – Substitutivo ao PLS 150/2013 – Complementar).
9. *PDC 1493/2014* – Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais (PDS 787/2009).
10. *PL 4246/2012* – Disciplina a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional (PLC 41/2014).
11. *PL 7370/2014* – Dispõe sobre prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como sobre medidas de proteção às vítimas (PLS 479/2012-Complementar).
12. *PL 7371/2014* – Cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e dá outras providências (PLS 298/2013).

13. *PL 7369/2014* – Isenta de pagamento de pedágio em rodovias as pessoas com deficiência (PLS 452/2012).
14. *PLP 381/2014* – Estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (assegura o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo fiscal) (PLS 222/2013-Complementar).
15. *PL 7264/2014* – Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal (PLS 592/2011-Complementar).
16. *PLS 332/2011* – concede pensão especial aos ex-integrantes do “Batalhão Suez”.

2013

1. *PL 6.953/2002* – Código de proteção do usuário de serviço público (que tem pedido liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão da OAB) (PLS 439/1999 no Senado).
2. *PEC 70/2011* – Altera o rito de tramitação das MPs. Aprovado no Senado desde 2011, recebeu parecer favorável da CCJ. A matéria está na Comissão Especial para avaliar o mérito (PEC 11/2011 no Senado).
3. *PEC 196/2012* – Fim do voto secreto para perda de mandato de deputados e senadores. A CCJ da Câmara já aprovou a proposta do Senado (PEC 86/2007 no Senado).
4. *PL 7.699/2006* – Estatuto da pessoa com deficiência (PLS 6/2003).
5. *PEC 197/2012* – Partilha com os estados e municípios dos impostos do comércio eletrônico (PEC 103/2011 no Senado).
6. *PL 3.503/2004* – Fundo de vítimas de homicídio. Já aprovado no Senado, está na Câmara dos Deputados (PLS 269/2003 no Senado).

7. *PL 5.900/2013* – Passam a ser crimes hediondos a corrupção e crimes contra a vida (PLS 204/2011 no Senado).
8. *PLP 295/2013* – Simples para Advogados (PLS 105/2011 no Senado).
9. *PEC 284/2013* – Ficha Limpa para servidor público dos três Poderes (PEC 6/2012 no Senado).
10. *PL 5.957/2013* – Estabelece regras para impulsionar zonas de exportação (ZPEs) (PLS 764/2011 no Senado).
11. *PEC 287/2013* – Veda que cônjuge ou parente possa ser suplente de senador e reduz para apenas um os suplentes de senador (PEC 11/2003 no Senado).
12. *PEC 286/2013* – Facilita o exercício da iniciativa popular (PEC 3/2011 no Senado).
13. *PL 6.041/2013* – Concede benefícios trabalhistas a portadores de hepatite B e C. Aprovado terminativamente na CCJ, foi enviado à Câmara dos Deputados (PLS 11/2011 no Senado).
14. *PL 1.927/2003* – Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup), para desonerar o custo do transporte coletivo, condicionado à implantação de bilhete único temporal ou de rede integrada de transportes (PLC 310/2009 no Senado).
15. *PLP 302/2013* – Regulamentação da emenda constitucional que ampliou os direitos das empregadas domésticas. Enviado à Câmara dos Deputados (PLS 224/2013 no Senado). 30/4/14.
16. *PEC 291/2013* – Eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção ou outros crimes (PEC 53/2011 no Senado).
17. *PEC 313/2013* – Estabelece a perda automática do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou de condenação por crime contra a administração pública (PEC 18/2013 no Senado).

18. *PL 4.124/1998* – Prevê como infração de trânsito estacionar em vagas privativas de deficiente físico (PLC 99/2007 no Senado).
19. *PL 6.446/2013* – Dispõe sobre direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada (PLS 141/2011 no Senado).
20. *PL 6.460/2013* – Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira (PLS 380/2012 no Senado).
21. *PL 6.575/2013* – Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte (PLS 15/2011 no Senado).
22. *PL 3799/2000* – Desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde (PLC 30/2009 no Senado).
23. *PEC 358/2013* (Desmembramento da PEC 353/2013 – PEC 359/2013-apensada) – Torna obrigatória a execução orçamentária de emendas parlamentares destinadas à saúde pública (PEC 22-A/2000 no Senado).
24. *PL 7169/2014* – Novo projeto de lei de mediação⁹⁴, com base em anteprojeto elaborado por comissão de juristas constituída no início de 2013 (PLS 517/2011).

Deliberações do Congresso Nacional

2014

1. Aprovado o PLN 31, de 2014, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência So-

94. Dispõe sobre a mediação entre particulares como o meio alternativo de solução de controvérsias e sobre a composição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

cial, crédito especial no valor de R\$ 248.265.342,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais), para o fim que especifica (pagamento dos beneficiários do fundo de pensão Aerus).

2. Apreciados os vetos apostos a 40 diferentes projetos de lei, nas sessões de 25/11/2014, 2/12/2014 e 3/12/2014.
3. *PLN 36, de 2014* – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 (alteração da meta de resultado primário).

2013

1. Resolução 1/2013 – Regula a apreciação dos vetos presidenciais em 30 dias.
2. Aprovados 22 projetos de remanejamento orçamentário.
3. Aprovado projeto de resolução que anulou a sessão do Congresso Nacional de 2 de abril de 1964, em que foi declarado vago o cargo de presidente da República.
4. Aprovado o PRN nº 2/2008, que regulamenta as atividades da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.
5. Apreciados os vetos apostos a 25 diferentes projetos de lei, nas sessões de 20/8/2013, 17/9/2013, 15/10/2013, 19/11/2013 e 10/12/2013.
6. Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013.
7. Aprovado projeto que altera o Plano Plurianual (PPA).
8. Aprovado o Orçamento Geral da União de 2014.

.....

Tabelas e Gráficos

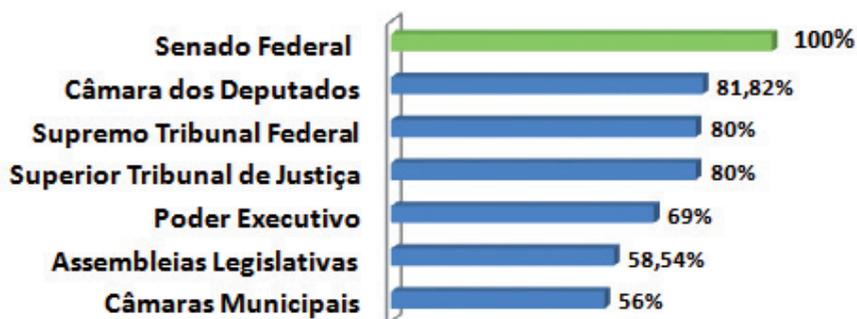
CONCEBEMOS ESTA SEÇÃO PARA SINTETIZAR e ilustrar com alguns gráficos os principais aspectos da gestão orçamentária do Senado Federal no biênio 2013/2014, na qual deixou-se de pedir suplementação orçamentária, e, mais que isso, devolvemos aos cofres da União mais de 500 milhões de reais, mesmo triplicando o investimento realizado na Casa.

Considero imprescindível que estes números venham à tona, para demonstrar cabalmente que o discurso de racionalização das despesas e de responsabilidade fiscal na gestão do Senado Federal é veraz e coerente.

Transparência no Senado Federal

A exposição destes dados ao cotejo público reforça também a cultura de transparência que foi implantada no Senado Federal, como demonstra recente estudo da Fundação Getúlio Vargas. Após consultar centenas de órgãos públicos por todo o Brasil, sem identificar que o fazia para essa pesquisa, a FGV atestou que o Senado Federal respondeu a 100% das solicitações baseadas na Lei de Acesso à Informação. Além disso, o fez em apenas 15 dias, a metade do prazo máximo previsto na Lei.

Taxa de Resposta às demandas de informação



Fonte: Relatório FGV <http://transparenciaaudit.net/node/16>

O Orçamento do Senado no contexto da Administração Federal

Para iniciarmos a incursão no Orçamento do Senado que se pretende fazer, inicialmente cumpre desmistificar o tamanho da despesa da Casa no contexto federal. O Senado Federal, neste ano de 2014, teve uma dotação orçamentária de apenas 3,8 bilhões de reais, frente a 5 bilhões da Câmara dos Deputados, 5 bilhões do Ministério Público da União, 35 bilhões do Poder Judiciário federal e 1.329 bilhões do Poder Executivo, já abatendo-se as despesas com o pagamento de juros e amortização da dívida, que distorceriam a análise.

Poder/Órgão	Despesa liquidada até 30/11/2014	
	Dotação	Executado
Senado Federal	3,8	3,1
Câmara dos Deputados	5,0	3,9
Tribunal de Contas da União	1,6	1,4
Ministério Público da União	5,1	4,1
Poder Executivo	1.329,9	1.044,5
Poder Judiciário	35,5	29,8

* Valores em bilhões de reais. Despesa liquidada até 30 de novembro de 2014. Exclui juros e amortização da dívida. Fonte: Siop gerencial

O gráfico abaixo é essencialmente derivado da tabela acima apresentada, que demonstra a despesa executada até 30/11/2014, apenas excluindo o Poder Executivo, para melhor exame da ordem de grandeza dos demais Poderes e órgãos autônomos:



Fonte: Siop gerencial

Execução Orçamentária

Dos últimos cinco anos, o de 2014 foi o exercício financeiro no qual o Senado menos gastou e no qual mais investiu. Os gráficos que se seguem demonstrarão a evolução das despesas totais, de pessoal, de custeio e de investimento.

No gráfico abaixo, verifica-se a curva descendente por que passou no último biênio a execução de despesas do Senado Federal, de todas as espécies somadas. Os dados de cada ano tomam por base o período de janeiro a novembro. Na curva, são apresentados os valores corrigidos pela inflação e nas barras os valores nominais históricos. Vê-se que, ainda que se desconsiderasse a inflação acumulada de mais de 20% no período (IPCA), 2014 ainda seria o ano com menor gasto.

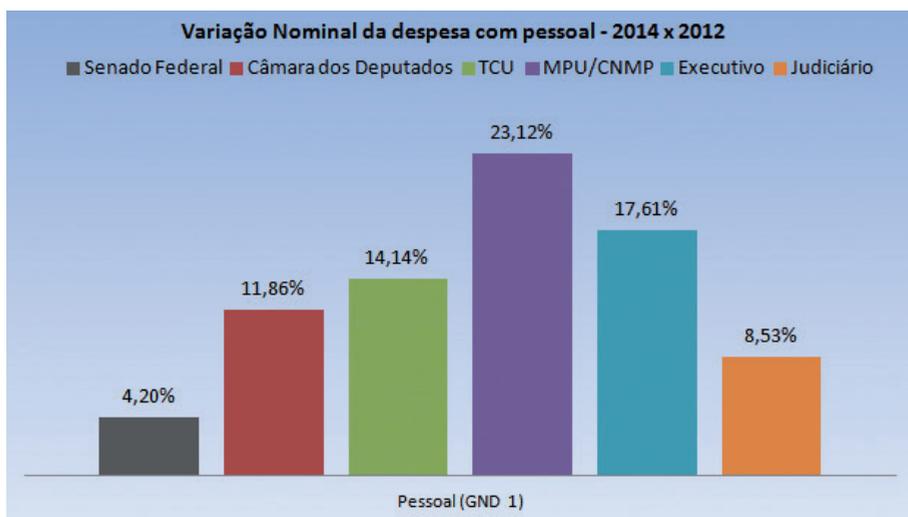


Fonte: Siop gerencial

Despesa de pessoal

A despesa de pessoal, assim considerada a folha de pagamentos do pessoal efetivo e comissionado, é responsável por mais de 80% do orçamento total do Senado e é justamente a parcela em que a Administração tem menos margem de atuação, uma vez que os salários são, em grande medida, irredutíveis.

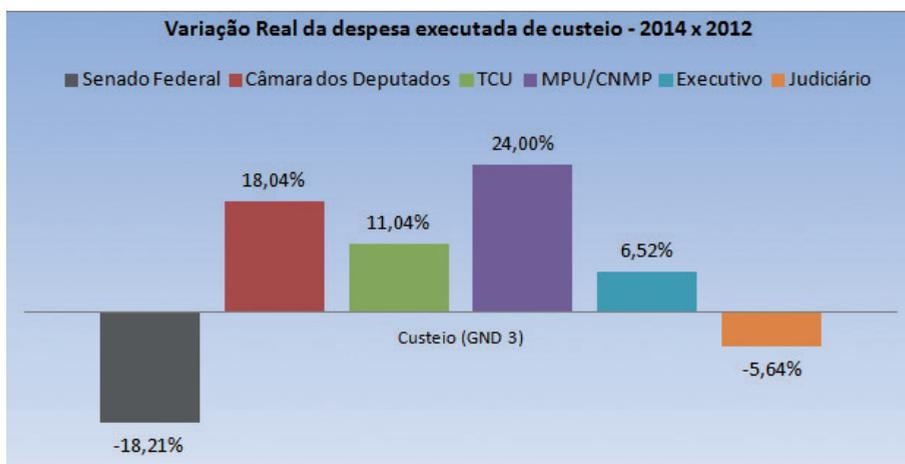
Além disso, no período, houve aumento de 10% no valor dos vencimentos do Senado Federal (5% em 2013 e 5% em 2014), fruto da negociação do governo federal com todas as categorias. O impacto, no entanto, foi menor no Senado em virtude de cortes de funções de confiança, da parcela do salário que excedesse o teto constitucional e da reposição de apenas um terço das aposentadorias ocorridas no período. No gráfico abaixo não está considerada a inflação.



Fonte: Siop gerencial

Despesa de custeio

A despesa com custeio é a que permite maior ação administrativa e racionalização dos gastos. Ela engloba fundamentalmente contratos de aquisição de bens e serviços, usados para consumo e manutenção. O gráfico abaixo apresenta a variação da despesa realizada com custeio do biênio 2013/2014 comparado a 2012, considerada a inflação medida pelo IPCA.



Fonte: Siop gerencial

Despesa com mão de obra terceirizada

Dentro da rubrica de custeio, o principal elemento de despesa são os contratos de mão de obra terceirizada. A grande queda verificada no período 2012-2013 foi fruto essencialmente das medidas de racionalização administrativa implementadas pela Comissão Diretora a partir de maio de 2013, ocasião em que se conseguiu uma redução de 215 para 178 milhões de reais. Os valores apresentados tomam por base o valor dos contratos em dezembro de cada ano e foram trazidos a valor presente com base no índice percentual da inflação (IPCA).

Ano	Valor dos contratos no mês de dezembro de cada ano, atualizado pelo IPCA (R\$)
2010	221.688.732,69
2011	218.042.410,08
2012	215.773.931,36
2013	178.008.811,08
2014	169.905.984,49



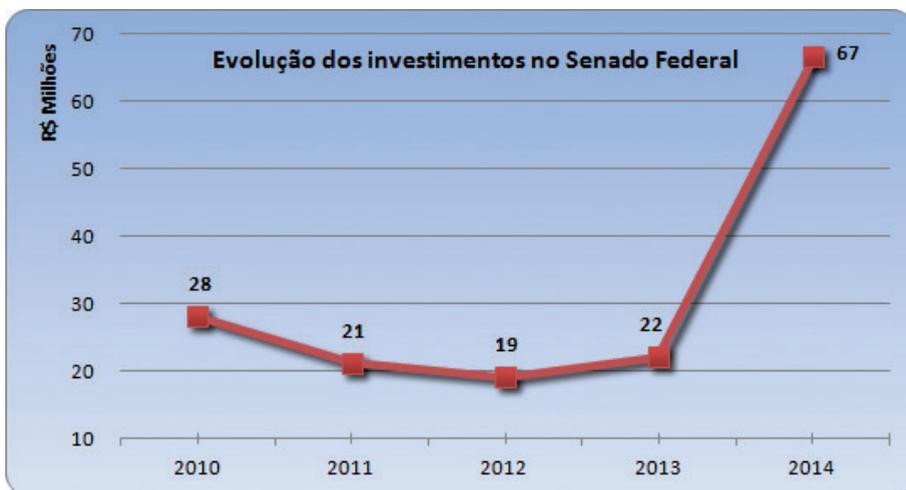
Fonte: Siop gerencial

Evolução dos investimentos no Senado Federal

A despeito da economia demonstrada anteriormente, o Senado conseguiu mais que triplicar seus investimentos, passando de uma média anual de R\$ 20 milhões para R\$ 66 milhões em 2014, e isso sem gastar recursos do orçamento da União: esses investimentos foram custeados com recursos oriundos da venda da operação da folha de pagamentos ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Os investimentos foram concentrados, principalmente, na aquisição de novos equipamentos para a TV Senado (que ainda operava sobre plataforma analógica), Prodasen, modernização das comissões e centralização administrativa.

Ano	Despesa de investimento (R\$) *	Varição sobre ano anterior
2010	28.091.060	----
2011	21.175.928	-24,6%
2012	19.046.674	-10,1%
2013	22.115.622	16,1%
2014	66.680.000	201,5%

* Valores de 2010 a 2013 referem-se à despesa empenhada do GND "4" (SIAFI Gerencial) e de 2014 à estimativa de gasto no ano considerando as contratações em andamento.

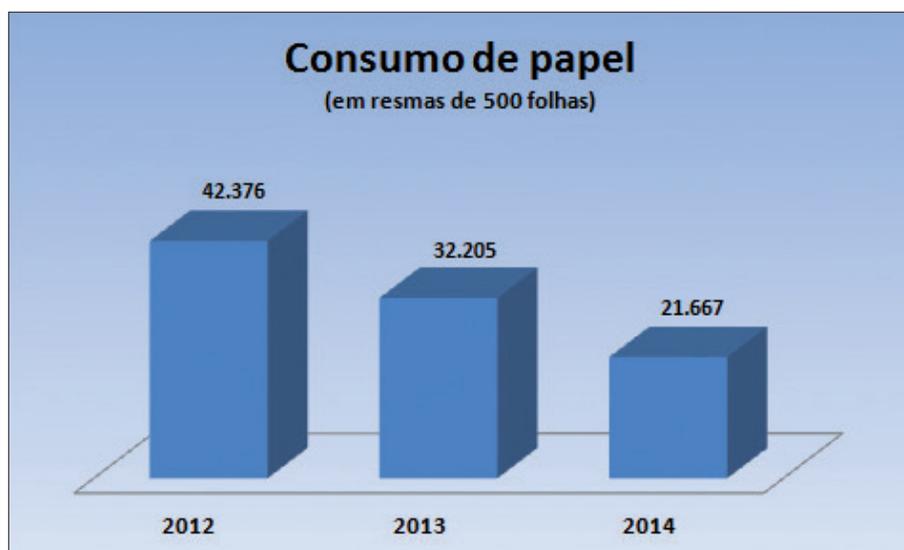


Fonte: SIAFI gerencial

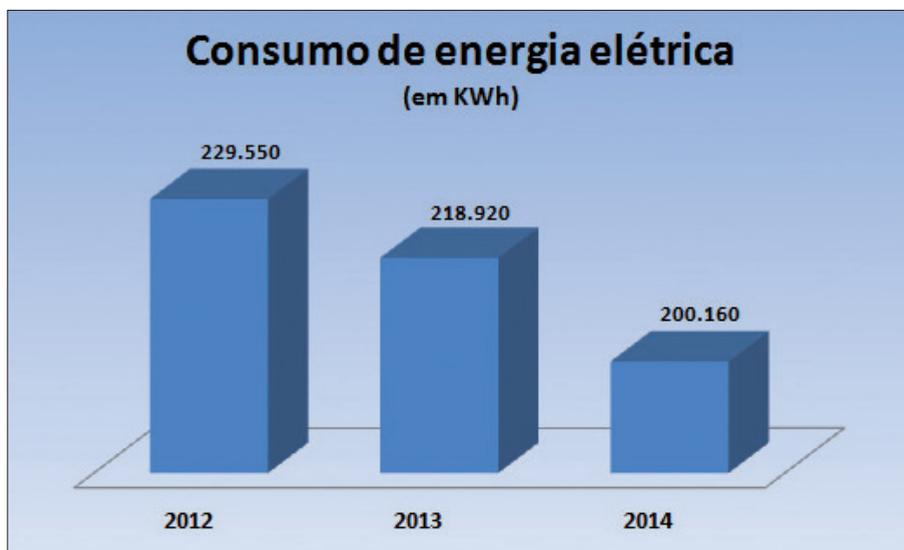
Sustentabilidade e redução do consumo no Senado Federal

Como demonstrado, as políticas de modernização adotadas no Senado Federal não buscaram simplesmente a economia de recursos, mas também um zelo pelo meio-ambiente, na medida em que foram favorecidos controles mais eficientes do consumo de água, energia e papel, zelando pela sustentabilidade ambiental. Nos últimos doze meses houve redução de consumo na ordem de 37% em papel A4, 9% em copos descartáveis para café, 18% em copos descartáveis para água, 4% em energia elétrica e 33% em água. Os números abaixo evidenciam essa preocupação.

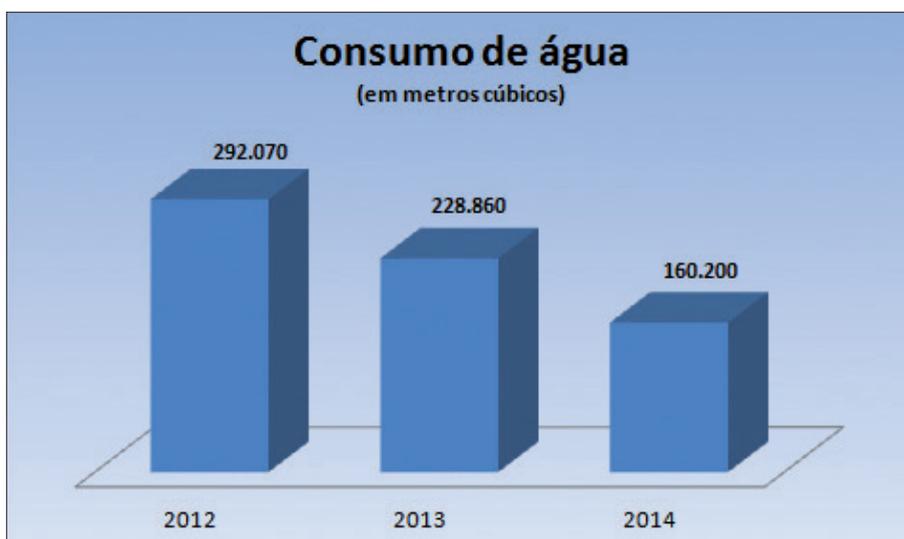
Ano	Consumo de papel A4 (em resmas de papel)	Consumo de energia elétrica (em kWh)	Consumo de água (em m ³)
2012	42.376	229.550	292.070
2013	32.205	218.920	228.860
2014	21.667	200.160	160.200



Fonte: SIAFI gerencial e GESCON



Fonte: SIAFI gerencial e GESCON



Fonte: SIAFI gerencial e GESCON

Horas-extras, correios, verba indenizatória, diárias e passagens

As ações de racionalização do Senado Federal atingiram também rubricas que já foram focos de problemas no passado, devido a um regramento deficiente e a sistemas de controle precários que foram aprimorados no último biênio. Isso possibilitou que no ano de 2014 fosse feita uma economia, em relação ao valor gasto em 2012, de 61% no valor pago a título de horas-extras, 80% na utilização das cotas de correios, 33% na verba indenizatória e 60% nas despesas com diárias e passagens, considerando os valores atualizados pelo IPCA.

Ano	Horas-Extras	Correios	Verba indenizatória	Diárias e Passagens
2010	63.726.565,41	16.644.591,59	18.887.231,52	16.225.735,59
2011	11.713.229,40	11.110.083,81	26.021.063,88	11.431.775,63
2012	12.472.860,06	12.934.526,01	30.969.868,72	7.033.617,59
2013	9.286.981,26	9.188.555,54	29.596.566,95	5.028.686,24
2014	4.908.576,55	2.593.619,14	20.962.084,14	2.839.752,70

* Valores de anos anteriores atualizados pelo IPCA



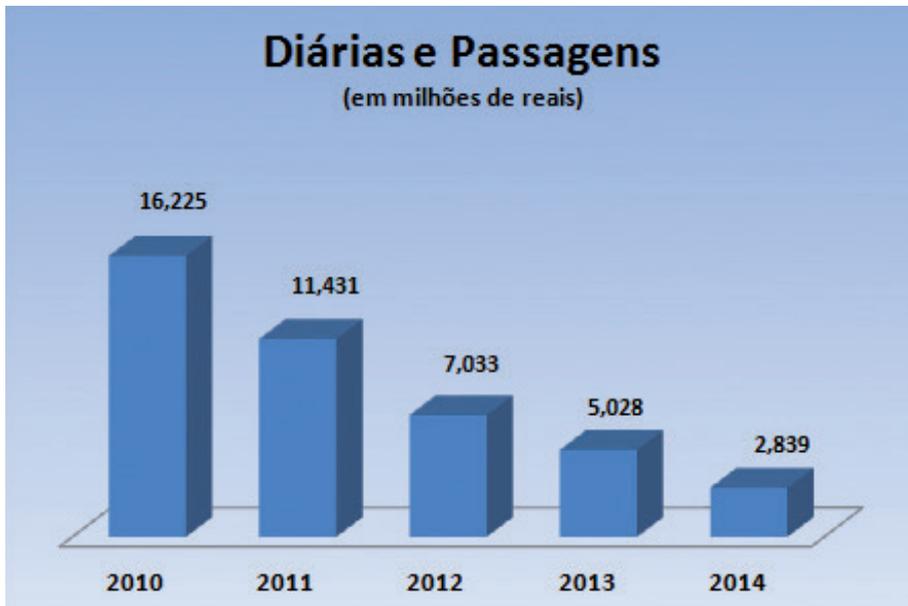
Fonte: SIAFI gerencial e ERGON



Fonte: SIAFI gerencial e GESCON



Fonte: SIAFI gerencial e Sistema COTAS



Fonte: SIAFI gerencial e GESCON

.....
Índice onomástico
.....

A

ABRAMO, Cláudio Weber (jornalista) – 109
ABREU, Kátia (senadora) – 23, 73
ALMEIDA, José Américo de (escritor, ministro) – 63
ALVES, Henrique Eduardo (deputado) – 56, 59
AMBROSIA, Pedro de (vaqueiro) – 40
ARAÚJO, Ildeu (deputado) – 48
ARRUDA, Inácio (senador) – 62, 72
AZEDO, Maurício (jornalista, presidente da ADL) – 109

B

BACON, Francis (filósofo) – 61
BANDEIRA, Luiz Fernando (servidor do Senado) – 72
BARBOSA, Joaquim (ministro do STF) – 59
BARBOSA, Rui (escritor) – 31
BARRETO PINTO (deputado) – 62
BELCHIOR, Míriam (ministra) – 15
BENETI, Sidney (ministro) – 17
BIDEN, Joe (vice-presidente dos EUA) – 60
BISSOLI, Sidney da Silva Pereira (servidor do Senado) – 106
BULHÕES, Otávio Gouveia de (ministro) – 49
BRUNO JÚLIO (ministro da Juventude do PMDB) – 38

C

CABRAL, Marco Antônio (deputado) – 38

CABRAL, Sérgio (ex-governador) – 44
CALHEIROS, Renan (senador) – 7, 38
CAMPOS, Jayme (senador) – 7, 72
CAMPOS, Roberto de Oliveira (ministro) – 49
CARMEN LÚCIA (ministra do STF) – 56
CARNEIRO, Sérgio Barradas (advogado) – 30
CHERMONT, Abel (suplente de senador) – 62, 64
CHERMONT, Auta – 64
CHERMONT, Carlos Eduardo – 64
CLAUDINO, João Vicente (senador) – 7, 72, 73

D

DILMA, Ver ROUSSEFF, Dilma
DORNELLES, Francisco (senador) – 23, 72
DURVAL, João (senador) – 7, 30, 72, 73

E

ERASMO CARLOS – 136

F

FAFÁ DE BELÉM – 136
FARIA, Enéas (deputado) – 48
FERREIRA, Aloysio Nunes (senador) – 23, 65, 72
FLEXA RIBEIRO (senador) – 7, 72
FUX, Luiz (jurista, ex-ministro do STJ) – 29, 33

G

GOEBBELS, Joseph (ministro nazista) – 61
GOULART, João (presidente da República) – 60, 61
GUIMARÃES, Ulysses (deputado) – 74

J

JORGE ABRAHÃO – 109
JOSÉ AMÉRICO – Ver ALMEIDA, José Américo de
JUCÁ, Romero (senador) – 7, 72, 73

K

KUBITSCHKEK, Juscelino (ex-presidente) – 47

L

LAVIGNE, Paula (atriz) – 136
LENINE (cantor) – 136
LYRA, Cláudia (servidora do Senado) – 72

M

MALDANER, Casildo (senador) – 7, 72
MALTA, Magno (senador) – 7, 72, 73
MANTEGA, Guido (ministro) – 56
MARCO AURÉLIO (ministro do STF) – 66, 67
MASSENA, Eduardo Prestes – 64
MEIRELLES, Domingos (jornalista) – 108
MENEGHELL, Xuxa (apresentadora) – 136
MOKA, Waldemir (senador) – 23, 73
MONTE, Marisa (cantora) – 136
MONTEIRO, Armando (senador) – 23, 72
MORAIS, Wilder (senador) – 23, 73

N

NEVES, Aécio (senador) – 50, 72
NEVES, Tancredo (presidente eleito) – 12
NOGUEIRA, Ciro (senador) – 7, 72
NORONHA, João Otávio (ministro do STJ) – 21

O

OBELAR, Padma Querido (monge) – 107
OLIVEIRA, Anderson Alves de (servidor do Senado) – 107
OLIVEIRA, Creuza Maria (Federação das Domésticas) – 35, 36
OLIVEIRA, Eunício (senador) – 26, 72
OLIVEIRA, Jorge de (deputado) – 57

P

PADILHA, Alexandre (ex-ministro) – 56
PAES, Álvaro (ex-governador) – 77
PAIXÃO, Thaís Castro (servidora do Senado) – 106
PEREIRA, Valter (advogado, vereador, deputado estadual) – 29
PORTELA, Angela (senadora) – 7, 72
PRESTES, Ermelinda Ribeiro – 64
PRESTES, Luís Carlos (ex-senador, líder comunista) – 60, 62, 63
PRESTES, Mariana Ribeiro – 64
PRESTES, Zoia Ribeiro – 64
PRESTES FILHO, Luís Carlos – 64

R

RABELO, Ana Maria Prestes – 64
RABELO, João Luís Prestes – 64
RAMOS, Graciliano (escritor) – 8, 9, 12, 40, 77

REGO, Vital do (senador) – 33, 55, 73
REIS, Nando (cantor) – 136
RIBEIRO, Maria do Carmo – 64
ROBERTO CARLOS (cantor) – 136
ROLLEMBERG, Rodrigo (senador) –
58, 73
ROOSEVELT, Franklin Delano (presi-
dente dos EUA) – 37
ROUSSEFF, Dilma (presidenta da Repú-
blica) – 15, 50, 75

S

SALOMÃO, Luís Felipe (ministro do
STF) – 19
SANTOS, Nelson Pereira dos (cineasta)
– 40
SANTOS FILHO, Sérgio de Oliveira
Cabral – Ver CABRAL, Sérgio
SARNEY, José – 12, 26, 29, 47, 68, 69,
73, 74, 108
SILVA, Artur da Costa e (ex-presidente)
– 42
SILVA, Luís Inácio Lula da (ex-presiden-
te) – 67

SIMON, Pedro (senador) – 54, 73
SOUSA, Tomé de (governador-geral) – 40
SUPLICY, Eduardo (senador) – 23, 72

T

TAQUES, José Pedro Gonçalves (sena-
dor) – 26, 73
THOMAS Jefferson (presidente dos
EUA) – 10
TEIXEIRA, Paulo (vereador, deputado
estadual) – 30
TEIXEIRA, Irapuan (deputado) – 48
TEMER, Michel (vice-presidente da Re-
pública) – 75
TRAD, Fábio (advogado, presidente da
OAB) – 30

V

VANDERLEI, ASSIS (deputado) – 48
VELOSO, Caetano (cantor) – 136
VIANA, Jorge (senador) – 7, 72, 73

Z

ZOINHO – Ver OLIVEIRA, Jorge de

Contas abertas, de Renan Calheiros,
foi composto em Garamond, corpo 13/15, e
impresso em papel vergê 85gr/m², nas oficinas da
Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAE,
em Brasília. Impresso em dezembro de 2014.

